

	<i>Índice</i>
Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice	1
Introdução	3
Capítulo I – Conceitos e enquadramento teórico	7
1 –Património cultural, desenvolvimento, paisagem e turismo urbano	7
1.1O património cultural	7
1.1.1 O conceito de património - da simplicidade dos primórdios à versatilidade contemporânea	8
1.1.2 A noção de património histórico urbano. Cartas, convenções, resoluções e recomendações	9
1.2 A paisagem	13
1.2.1 A complexidade do conceito	13
1.3 O património e o desenvolvimento: a importância do turismo urbano	15
1.3.1 O desenvolvimento – concepção actual	15
1.3.2 A preservação e valorização do património como factor de desenvolvimento das cidades históricas	20
1.3.3 Do novo paradigma turístico às dinâmicas territoriais contemporâneas	22
Capítulo II - A paisagem cultural do Porto e o planeamento da cidade	32
2- O contributo das dinâmicas culturais e territoriais para o desenho da cidade	32
2.1 A paisagem cultural urbana	32
2.1.1 O Porto património - o percurso para a contemporaneidade	33
2.1.2 O Porto rural	59
2.1.3 O Porto cosmopolita	64
2.2 O desenho urbano	73
2.2.1 Da renovação almadina ao planeamento estratégico	73
2.2.2 Projectos urbanísticos de impacto nas dinâmicas turísticas	81

Capítulo III - Turismo urbano - avaliação do panorama actual na cidade do Porto	91
3 – Avaliação dos desafios e oportunidades da cidade	91
3.1 Instrumentos	92
3.2 Diagnóstico	99
3.3 Propostas	120
Capítulo IV- Considerações finais	133
Bibliografia	136
Apêndice Fotográfico	141
Anexos	149
Índice de anexos	156
Índice de figuras	156
Índice de quadros	157
Índice de fotografias	157
Lista de abreviaturas	158

Nos quadros actuais de desenvolvimento regional e local, o Património constitui uma plataforma versátil de estratégias e lógicas de crescimento que rentabilizam os recursos endógenos. Por isso mesmo, “assistimos a uma explosão patrimonial que se manifesta em todos os domínios: cultura, sociedade, política, ecologia” (Lacroix, 1997, p.16).

Em contexto urbano, o Património cultural, quando pensado como uma estratégia económica, é passível de proporcionar vantagens competitivas realçando um território face a outro, facilitando a integração em espaços económicos mais alargados. Contudo, apesar da multiplicidade de estudos e da literatura existente, a “descoberta do valor patrimonial da cidade é incrivelmente recente, só acontece no século XIX” (Salgueiro, 2005, p. 259) o que denota a complexidade que lhe está associada.

A cidade é um espaço privilegiado de afirmação cultural e identitária num Mundo globalizado e aparentemente uniformizado. São as especificidades locais e a sua valorização, por vezes inflamada, que lançam as cidades para um lugar de destaque no panorama nacional e até mesmo internacional. Esta crescente necessidade da valorização do lugar gerou, segundo Peixoto (2002) citando Martin-Granel (1999), uma verdadeira “patrimomania” e a corrida ao estatuto de Património Mundial da Humanidade, como é o caso do Centro Histórico (CH) do Porto, classificado em 1996. A rotulação que cativa visitantes em grande abrangência não fica apenas pela “corrida ao status de património mundial” (Peixoto, 2002) mas também pela aposta no complexo e significativo evento Capital Europeia da Cultura (CEC) conseguindo o Porto em 2001 o seu lugar de destaque. É nesta lógica que as cidades se projectam e entram nas dinâmicas competitivas de captação de recursos e turistas, produzindo eventos de abrangência considerável, criando infra-estruturas e entrando num ciclo de fabricação da imagem de marca e de um conjunto de tradições e características identitárias. É um processo ao qual todo o mais subtil pormenor é alvo das mais rebuscadas exaltações e hipervalorizações construindo aquilo a que se pode chamar de fachada do lugar. A aposta no marketing cultural urbano trouxe não só as vantagens de uma estratégia promocional bem concebida mas, em contrapartida, dificilmente evita ou minimiza a artificialização da imagem da cidade. Estes eventos como a CEC podem ser factores de mudança substantiva e estrutural da imagem da cidade, tal como aconteceu com Barcelona em 1992.

O emergir das cidades enquanto foco da atractividade cultural, patrimonial e turística prende-se com um novo entendimento acerca das mesmas fazendo parte de um processo de “nacionalização do passado” e constituindo-se “frequentemente um potente veículo para a expressão da identidade nacional”¹ (Lew, 2004, p.215). É neste sentido que cada vez mais se encetam processos de valorização das especificidades identitárias, geossímbolos, ambientes,

¹ Tradução nossa

sonoridades, elementos de distintividade e as lembranças que orientam o nosso sentido de pertença e o nosso quotidiano.

Segundo Luchiari (2007) são dois os factores que conferem identidade às paisagens: um é a escala de análise – as paisagens possuem significados diferentes e amplamente subjectivos resultantes de uma complexa realidade cénica e funcional e da herança das dinâmicas naturais, o outro é a cultura. E aqui reside um dos vectores do nosso estudo - as paisagens culturais urbanas – que descrevem a forma de pensar do lugar, possibilitam a experiência e inspiram reflexões e movimentos idealistas. As paisagens culturais urbanas estão impregnadas de dinâmicas simbólicas que se traduzem na forma de apropriação do espaço e na maneira de pensar, sentir e construir a urbanidade. Neste sentido, o exercício propõe-se a dar resposta à pergunta: Que paisagens tem o Porto?, e se estão a ser aproveitadas nas estratégias promocionais de turismo e de marketing do lugar que em convergência com o planeamento estratégico da cidade, consigam “a construção de imagens com capacidade de diferenciação face a outras cidades (Neves, 1996,p.97).

Assim, constitui objectivo geral da dissertação perceber o magnetismo das cidades Património Mundial no âmbito do turismo urbano, quais os factores mais importantes na percepção do Porto enquanto cidade marcada pela diversidade através da valorização das paisagens, das experiências estéticas mais profundas, e do entendimento da cidade enquanto espaço de confronto com o outro e de espaço de afirmação de singularidades num contexto de diversidade cultural.

A metodologia de investigação assentou, numa primeira fase, na selecção de material bibliográfico. Esta pesquisa permitiu a construção do esquema mental da dissertação, orientando a reflexão para clarificar o objectivo específico do trabalho.

A posterior análise bibliográfica teve como objectivo sistematizar e clarificar conceitos cruciais abordados ao longo da dissertação como é o caso do património cultural, da paisagem, do desenvolvimento e do turismo urbano.

Concluída a abordagem teórica, estabeleceu-se uma ponte entre esta e o estudo do caso, analisando a paisagem cultural urbana do Porto e com posterior abordagem aos projectos urbanísticos de relevo, uma vez que consideramos que as dinâmicas turísticas e de lazer estão intimamente ligadas à qualidade urbanística. Para um estudo mais incisivo a nível das intervenções na malha urbana e, dado que a cidade do Porto não possui um plano estratégico, utilizaremos o plano de monitorização do Centro Histórico da cidade do Porto, cuja realização foi proposta pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), assim como as iniciativas do Programa Polis, enquanto modelos de gestão que não substituem a existência do Plano da Cidade.

Paralelamente procuramos dados sobre o que está proposto a nível turístico para a cidade junto do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) e de dois organismos como a

Entidade Regional de Turismo (ERT) e a Associação de Turismo do Porto (ATP). Para o estudo da paisagem da cidade do Porto procedeu-se à identificação dos elementos, dos agentes e das personalidades mais significativos que marcam a cidade, percebendo que geossímbolos podem funcionar como atractivo ou como elementos-chave de uma estratégia de marketing urbano, articulando a cidade com a escala internacional. Esta abordagem evolui em duas dimensões: a macro e a micro uma vez que o estudo vai da peça arquitectónica, do mobiliário e do conjunto urbanos, à pessoa que em determinada época deu o seu contributo à cidade. Além disso procuramos fazer uma absorção imaterial da cidade, ou seja, fazer uma observação permeável das vivências, das cores, das rotinas que agitam pontos cruciais da cidade, da mutabilidade impulsionada pelas festividades e pelas estações do ano, a sua carga simbólica, a força dos lugares e as dinâmicas que os alimentam.

Quanto à organização da dissertação, esta encontra-se estruturada por quatro capítulos. No capítulo I encontramos o enquadramento geral, abordando algumas questões da actualidade a nível da gestão do património, da evidenciação turística das cidades e do processo paralelo da valorização da imagem e das estratégias de marketing territorial. Apresentamos ainda o objectivo geral da investigação e a questão formulada seguidos da metodologia adoptada para a concretização da investigação.

Ainda neste capítulo elaboramos um quadro teórico de referência que pode ser lido como tendo duas partes, dados os conceitos que definimos. Numa primeira parte tratamos os conceitos de património cultural e de paisagem. Numa segunda parte associamos as definições de desenvolvimento e de turismo urbano, não esquecendo a importância das novas dinâmicas territoriais onde se destaca o marketing das cidades.

No segundo capítulo da dissertação, procedemos à caracterização da paisagem cultural da cidade do Porto e introduzimos num outro ponto o estudo das dinâmicas urbanísticas que a cidade tem conhecido e que podem ser cruciais no melhoramento da imagem da mesma e, por consequência, de grande importância na captação de fluxos turísticos diversificados.

O terceiro capítulo apresenta o levantamento e estudo dos dados de índole turística avaliando o papel da autarquia, mais concretamente do Gabinete de Turismo, dos diferentes promotores como a ATP, a ERTPNP e do que se encontra estabelecido no PENT. Para completar o trabalho adiantamos algumas propostas que nos parecem viáveis para a cidade do Porto e que visam um novo entendimento das potencialidades da mesma. A marca Património Mundial é o que passa para o exterior, mas diz-nos pouco sobre a verdadeira essência da cidade. Assim, pretendemos que o Porto seja entendido como espaço de diversidade, de lugares com dinâmicas próprias.

Deste modo, a escolha do tema justifica-se pela pertinência e urgência de reflexões que o objecto de estudo carece, tendência que procura ser invertida pelas políticas urbanas que cada vez mais se ocupam das problemáticas associadas ao turismo e ao património visando

objectivos dos quais se salientam a competitividade, a minimização de problemas estruturais nesta área e a valorização de parcerias e sinergias entre os sectores público e privado.

Capítulo I – Conceitos e enquadramento teórico

“Monumento e cidade histórica, património cultural e urbano: estas noções e as suas figuras sucessivas fornecem um esclarecimento privilegiado sobre o modo como as sociedades ocidentais assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram a sua identidade”
(Choay, 1999, p. 181)

1. Património cultural, paisagem, desenvolvimento e turismo urbano

Nesta fase procuramos desenhar um quadro teórico de referência analisando diversos discursos e perspectivas teóricas assim como metodológicas. O objectivo prende-se com o clarificar de conceitos e de incentivo ao debate sobre as complexidades inerentes aos diferentes conteúdos.

Salientamos que os diferentes conceitos que serão abordados – património cultural, paisagem, desenvolvimento e turismo urbano – devem ser reflectidos e questionados no âmbito interdisciplinar para que se promovam diálogos contextualmente enquadrados. Só assim conseguiremos encontrar o eixo comum aos diferentes conceitos e trabalhá-los não como estanques antes como flexíveis e complementares.

1.1 O património cultural

A aplicação do termo património cultural obriga-nos a clarificar esta noção de cultura que se associa ao vastíssimo e abrangente conceito de património. Se deslindar os contornos do património se apresenta complexo então ao conceito de cultura mostra-se-nos uma tarefa demasiado extensa para o espaço que temos de indagação teórica. Contudo desenharemos os contornos do conceito no contexto do nosso trabalho sem querer assumir uma postura redutora ou simplista.

Analisando a cultura enquanto conceito alargado e genérico, verificamos que esta assume vários e distintos contornos, pelo que se traduz num campo de actuação que vai desde a literatura às artes performativas, do turismo ao património. É nesta acepção que nos interessa reflectir a cultura descortinando o entendimento que a sociedade possui da sua identidade e do seu património.

Ora, se entendermos a cultura como identidade e património, tendo em conta as dinâmicas do tempo e da actividade humana, temos que pensar em duas dimensões que lhe

estão associadas: por um lado a mutabilidade, necessariamente instável, e por outro, a permanência, estática mas sem abandonar o mutável hipotético.

A identidade não se dissocia da pluralidade, conceito que cada vez mais se afirma numa altura em que as diferenças se valorizam, funcionando como elemento diferenciador dos lugares numa lógica global. O pensar global e agir local é o paradigma da actualidade e aplica-se na perfeição às cidades. São as especificidades locais que catapultam o meio para as dinâmicas turísticas e de lazer destacando-o dos restantes e fazendo com que se distancie do carácter ambíguo e massificado. Assim, as identidades cultural e patrimonial podem funcionar como motor de afirmação e, por consequência, de desenvolvimento numa lógica sustentável e integrada. É nesta fase que a autarquia tem um papel decisivo, estabelecendo directrizes e monitorizando procedimentos através do plano estratégico da cidade. Caso contrário, há fragilidades que se impõem comprometendo o futuro da cidade nas mais diversas áreas de actuação, entre as quais no turismo urbano.

Depois desta abordagem que visou demonstrar as dinâmicas dos conceitos inerentes ao património cultural tão difíceis de conviver pacificamente gerando controvérsia na aplicabilidade de políticas, passaremos para a evolução do conceito de património até à acepção actual de património cultural.

1.1.1 O conceito de património: os deslindar dos contornos - da simplicidade dos primórdios à versatilidade da contemporaneidade

Na actualidade assistimos a discursos inflamados, mais ou menos paternalistas, relativamente às questões patrimoniais. Mas afinal o que podemos entender como património, nesta sociedade em constante mutação.

A noção contemporânea de património é abrangente, possui múltiplas acepções e a “transferência semântica sofrida pela palavra assinala a opacidade da coisa” (Choay, 1999, p. 11). Lançarmos aqui a definição de património não é aquilo a que nos propomos, pois para além da facilidade de cairmos no erro por defeito, a instável sociedade em que vivemos rapidamente remeteria para o obsoleto a nossa ingénua tentativa. Assim, o que pretendemos é ficar conscientes dos seus contornos e da mutação que sofreu até ao seu entendimento actual.

Na sua origem etimológica, Património provem do latim *patrimonium* e surge no século XVIII associado a um conjunto de bens de pertença familiar, às estruturas económicas e jurídicas de uma sociedade. É com o Iluminismo que o património vai conhecer novas teorizações e entendimentos onde a memória lhe está cada vez mais associada e as diferentes acepções vão surgindo numa dimensão conceptual que abrange, para além do hereditário e do genético, o cultural, o histórico e o natural.

Esta evolução do conceito desenvolve nas sociedades um “poderoso movimento em favor da salvaguarda, que se esforça por contrariar as forças da destruição, da negligência e da modernização excessiva (...) num mundo cuja fragilidade é extrema (Lacroix, 1997, p.12). Este medo da fragilidade e da consequente perda leva à evolução dos critérios: de monumentos isolados ao entendimento do conjunto; de bens culturais a sítios e de uma dimensão material a uma imaterial numa era em que a filosofia de Noé choca com a de Prometeu².

É nesta ética da salvaguarda que se desenvolveram organismos supra-nacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e de associações internacionais como o Conselho da Europa, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS – International Council of Monuments and Sites), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais (ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), o Conselho Internacional de Museus (ICOM – International Council of Museums) até órgãos estaduais, no nosso caso o Instituto Gestão do Património Arquitectónico (IGESPAR), assim como, entidades privadas e outras associações de base, que têm contribuído de forma activa e veemente para o crescente esforço de manutenção do património. Em paralelo, é numerosa a panóplia de cartas, convenções e declarações que abrangem as mais recentes noções de património, estipulando directrizes na forma da sua preservação e dinamização.

O património é um tema que entrou no nosso quotidiano, mas está longe de ser pacífico. Na acepção actual, o património constitui “uma das maiores (mas, ao mesmo tempo, mais tortuosas) invenções da contemporaneidade ocidental, sendo, provavelmente, uma das suas mais relevantes criações propagadas à escala mundial e de instrumentalização de propagação por todos os países do ideário de uma determinada ocidentalidade” (Martins, 2004, p.115). Assim, tornou-se num fenómeno de massas, de matriz democrática, sendo visto segundo Choay (1999) como um “culto” ou uma “síndrome”, ou segundo Vítor Oliveira Jorge (2004) como uma “neurose contemporânea”, ou se quisermos ainda, segundo Marc Guillaume (2003) que entende a instrumentalização actual do património como um modo que satisfaz “atitudes nacionalistas ou regionalistas”.

1.1.2 A noção de património histórico urbano. Cartas, convenções e recomendações

A noção de Património Histórico Urbano (património específico susceptível de ser preservado como monumento histórico) teve a sua origem na Grã-Bretanha com Ruskin (Choay,

² Segundo Lacroix, a ética da salvaguarda é simbolicamente representada por Noé e a ética da modernização por Prometeu, na sua obra “O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda”

1999, p 155-156). Com fortes convicções, Ruskin³ chega a ser polémico em matéria de conservação e restauro chocando com as perspectivas ideológicas de Viollet-le-Duc⁴, pois o primeiro defendia o “restauro romântico” e o segundo defendia o “restauro estilístico”. Contudo o seu contributo é crucial e incontornável na política do Património.

Retomando a busca da noção de Património Histórico Urbano, Choay (1999) adianta que a complexidade e a dimensão do espaço urbano, a associação da cidade a uma comunidade e a inexistência de documentação cartográfica credível conduziram a um aparecimento tardio da noção de “Cidade Histórica” o que por sua vez se traduz na escassez de estudos até à segunda metade do século XX (idem, p.157-158). A verdade é que os propulsores que conseguirão um grande avanço nesta matéria serão os fundadores do urbanismo que reconhecem às formações antigas uma identidade conceptual, todavia sem a preocupação da conservação do Património Histórico Urbano (Chueca, 1996, p.135).

O surgimento dessa preocupação só se torna visível depois de estabelecida a lei Malraux⁵ de 4 de Agosto de 1962 que nomeia para o topo das prioridades a necessidade de preservação dos conjuntos urbanos com valor arquitectónico e histórico. O objectivo desta directiva seria o de preservar o sentido e a cultura dos lugares, alargando as preocupações de preservação para além do monumento isolado efectuando propostas quanto aos meios para renovar e reabilitar quarteirões considerados importantes para a imagem da cidade. Choay (1999) refere que neste processo a obra de Giovannoni⁶ teve uma importância crucial, pois ele é pioneiro na utilização do conceito de “Património Urbano” enquanto elemento intrínseco de uma realidade territorial.

Hoje, a questão do património é colocada numa nova dimensão e a preservação do mesmo assume-se como elemento basilar para a manutenção da identidade cultural das cidades, o que leva ao repensar do papel dos centros antigos das áreas urbanas. Com o sintoma da salvaguarda já enraizado na nossa cultura e a atenção redobrada para tudo o que possa consistir uma ameaça, são factores suficientes para justificar a unanimidade a favor da conservação e da sua protecção. Prova disso é a atenção manifesta que recai sobre o património por parte das instâncias internacionais, o que se traduz num número elevado de encontros com o intuito de definir medidas e de garantir a imutabilidade desse património. Prova clara destas preocupações é a resposta dada pelo direito internacional através da noção de Património Comum da

³ John Ruskin (1818 – 1900) ficou conhecido pela sua entrega à literatura, à poesia, à filosofia e ao ambiente, assumindo um lugar de destaque enquanto crítico de arte. Em 1849 é publicado o seu livro “As Sete Lâmpadas da Arquitectura” onde expõe a sua teoria passiva da não actuação sobre os monumentos. Este admirador da arquitectura medieval gótica dá um importante contributo preocupando-se com a envolvente do bem patrimonial em causa. Como seguidor do seu pensamento, tem Williams Morris que colabora na definição do conceito moderno de preservação cultural.

⁴ Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) defendia que o arquitecto-restaurador devia conhecer o espírito do construtor, incorporá-lo e posteriormente projectar segundo esse espírito. Assim seria unificador do estilo e respeitador das formas originais. Este grande estudioso ficou conhecido pelo seu pioneirismo nesta temática deixando um importante contributo: a valorização e respeito pela aparência autentica dos materiais, legado importante para a criação moderna na arquitectura do século XX.

⁵ André Malraux (1901 – 1976) foi uma incontornável personalidade da literatura e da política francesas, assumindo o cargo de Ministro dos Assuntos Culturais entre 1959 e 1969.

⁶ Gustavo Giovannoni (1873-1943) defensor do “restauro científico” que sucedeu ao “restauro moderno”, a partir da reelaboração da teoria de Camilo Boito. Nesta apologia científica dava-se prioridade aos valores documentais em detrimento dos formais.

Humanidade. Isto conduz-nos mais uma vez para algo que é intrínseco à nossa condição humana: a necessidade de transmissão do legado de geração em geração, acrescentando que neste caso se trata de uma herança considerada como comum a todas as gerações do mundo.

Essa preocupação em transmitir levou a que se percebesse que o incumbir de uma função ao uso do património fosse à partida reconhecida como uma das melhores e mais práticas formas de o conservar. Assim, em 1931 a Carta de Atenas, inaugurou uma vasta lista de documentos de âmbito internacional a declarar a necessidade de um uso para os monumentos, assegurando a sua salvaguarda e autenticidade.

Em 1943 surgiu uma nova Carta de Atenas, publicada por Le Corbusier. Nela encontra-se exposto que embora a salvaguarda de edifícios ou de conjuntos urbanísticos com valor cultural seja muito importante, não se pode comprometer a qualidade de vida das populações, salvaguardando a necessidade de construir novas cidades, modernas e funcionais que respondessem aos direitos fundamentais do indivíduo, entre eles o direito à habitação, ao trabalho, à circulação e à recreação. Isto pode ser entendido como uma manifestação à concepção da “cidade histórica” e ao valor que lhe era associado. Como exemplo, o plano Voisin de Le Corbusier “propõe arrasar o tecido dos velhos quarteirões de Paris (...), e não conserva senão alguns monumentos heterogêneos” (Choay, 1999, p.168).

Em 1954 surge, sob a égide da UNESCO, a Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, ou também denominada de Convenção de Haia. Esta convenção surge na sequência das perdas provocadas pela 2ª Grande Guerra Mundial. Este documento recomenda o recenseamento dos bens culturais de valor inquestionável ficando os Estados signatários na responsabilidade de os preservar, interditando-os à exposição dos efeitos destrutivos dos conflitos armados e procurando em simultâneo prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra.

Também da responsabilidade da UNESCO, surge em 1962 a Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e Sítios, também designada por Recomendação de Paris. Esta XII Conferência Geral a UNESCO enunciou medidas de salvaguarda e quando possível de restituição do aspecto das paisagens e dos lugares urbanos, não esquecendo de referenciar a importância da existência de planos de ordenamento das regiões culturais.

Na Carta de Veneza de 1964, que surge pela iniciativa do ICOMOS estão presentes algumas noções anteriormente aceites como válidas e outras que foram repensadas, colocando-as em causa ou sendo alargadas. Esta carta é incontornável pelo contributo que deu para a ampliação da noção de monumento histórico “da obra arquitectónica isolada ao sítio rural e urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um dado acontecimento histórico”.

Em 1972, surge a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural e a Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do Património Cultural e Natural, ambas sob a alçada da UNESCO. Na primeira distinguiram-se as noções de Património Cultural e Património Natural, é criado o comité intergovernamental para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural e recomenda a criação de programas educativos de informação e sensibilização para estas questões. Quanto à segunda, é produto da 17ª sessão da conferência da UNESCO, onde são apresentados princípios ecológicos, responsabilizando os estados nacionais nas questões da preservação e salvaguarda.

Em 1975 através do Conselho da Europa surge a Carta Europeia do Património Arquitectónico, no ano em que se comemorava o Ano Europeu do Património Arquitectónico e teve em Portugal uma aceitação especial, pois congregaram-se vontades interdisciplinares de muitos especialistas nacionais, reflectindo-se na criação dez anos mais tarde da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho considerada o primeiro código do Património Cultural Português, que viria a ser substituída pela actual Lei 107/2001, de 8 de Setembro.

Segundo a Recomendação de Nairobi de 1976, também designada por Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu Papel na Vida Contemporânea, o fracasso atingido pelas sucessivas intervenções urbanísticas que conduziram ao crescimento descontrolado das cidades desencadeou novos anseios e exigências, entre as quais a revitalização dos centros urbanos antigos através da reutilização do Património edificado. Acima de tudo, deu um forte contributo para a clarificação da noção de conjunto histórico e tradicional ou salvaguarda.

Em 1987 o ICOMOS lança a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas e Áreas Urbanas, ou Carta de Washington. Esta carta veio complementar a Carta de Veneza no que concerne à exposição dos objectivos, princípios e métodos necessários à conservação deste património, quer no domínio público quer no privado. Este documento explica as etapas necessárias para a protecção e conservação dos espaços urbanos e para um desenvolvimento adaptado às dinâmicas e necessidades das sociedades contemporâneas.

Mais recentemente, o ICOMOS elabora o Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) que surge como resposta ao alargamento das preocupações e interesses relativos ao Património Cultural no mundo contemporâneo e tendo em conta o contexto de globalização.

Após a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados-membros manifestaram interesse em ver criado um instrumento de protecção do património imaterial, o qual materializou-se em 2003, com a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que entrou em vigor a 20 de Abril de 2006. Portugal ratificou a Convenção a 26 de Março de 2008.

Existe, cada vez mais, uma relação de proximidade entre paisagem e património estando, a ambos os conceitos, associadas importantes funções de interesses públicos no

domínio cultural, ecológico, ambiental e social podendo, inclusivamente, constituir um recurso favorável à actividade económica, mantendo o princípio da sustentabilidade. Dada a importância atribuída à paisagem, a 20 de Outubro de 2000, o Conselho da Europa elabora, a Convenção Europeia da Paisagem. Esta convenção reafirma a importância das paisagens europeias, enquanto recurso comum, pela sua qualidade e diversidade, alertando para a necessidade de cooperação no âmbito da sua protecção, gestão e ordenamento. É neste contexto que se estabelece um novo instrumento dedicado exclusivamente à protecção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias.

1.2 A Paisagem

Orlando Ribeiro diz-nos que “esta renovada curiosidade pela paisagem não nos pode levar a esquecer que o seu estudo é tão antigo como a própria geografia” o que denota “como a importância deste conceito variou no tempo”, estando ligada “a diferentes escolas de pensamento” (Ribeiro, 2001, p.27). Denota, paralelamente, que sempre existiu ambiguidade em torno do conceito de paisagem.

Se pensarmos em “paisagem” sem os contornos que a geografia lhe dá, verificamos que o seu emprego tem conotações variáveis, pois, por um lado, podemos encontrá-la abrangida por um sentido mais “naturalista” onde se multiplicam os elementos de referência; por outro, verifica-se o emprego no estilo literário de forma frequente, numa tentativa de resgatar representações de um mundo mais ou menos ruralizado, onde a valorização do bucólico, do pitoresco e do autêntico (conceito altamente relativizado, discutível e ideológico) conduz à construção de uma imagem idealista de determinado local. Domingues, citando Corbin, refere que “este sentido do pitoresco remonta, em França, aos princípios da protecção da paisagem, e inaugura ‘uma política da paisagem’, já em 1906” (Domingues, 2001, p.60-61).

Isto leva-nos a pensar que a “nova relação que conhecemos da sociedade com o seu espaço não é portanto um dado mas um produto, construído por um processo cultural e social” (Salgueiro, 2001, p.38).

1.2.1 A complexidade do conceito

Para definirmos o conceito de paisagem podíamos socorrer-nos das evoluções que as suas abordagens científicas e culturais sofreram. Socialmente, a busca pela paisagem, pelos lugares e pelo património material ou imaterial, multiplica-se numa panóplia de conteúdos e significações heterogéneas que por vezes se tornam vagos e contraditórios. O que nos parece

pacífico é a vontade generalizada de alcançar uma “identidade cultural” e de valorização das especificidades locais numa lógica de defesa dos valores patrimoniais, naturais e ecológicos, para “qualificar o quadro de vida quotidiano, mas também (e, sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excepcionais” (Domingues, 2001, p.62).

De facto, o surgimento do conceito de paisagem foi seguido de uma revolução científica e técnica que livrou a natureza do concurso divino tornando-a objecto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins (Salgueiro, 2001, p. 39).

Essa revolução científica passa também pelo re-entendimento da paisagem e permite uma contextualização *outra* no âmbito da Estética, da Arquitectura Paisagista, da Etnologia da Paisagem e de outras áreas disciplinares análogas.

A paisagem, no período em que a geografia se constituía o eixo nevrálgico entre as ciências físicas e humanas, funcionava como uma síntese e epifenómeno, os quais derivavam da relação entre factores naturais e biofísicos e a intervenção da humanidade organizada em sociedades que detêm uma historicidade, uma cultura e uma evolução tecnológica.

Reflectindo sobre a Paisagem-Património, esta constitui um caso particular no contexto das Paisagens Culturais e que nos interessa especificamente para o trabalho em causa. Se nos deixarmos levar por uma abordagem menos incisiva, verificamos que o valor patrimonial da paisagem circunscreve-se, frequentemente, a dinâmicas cenográficas distantes das condições intrínsecas de produção e de evolução dessas paisagens, caindo em jogos de hipervalorização de elementos com conotações tradicionalistas que, por sua vez, são alvo de uma recente abordagem iconográfica exaltada, transformando-os em símbolos de uma “autenticidade cultural perdida”. Este fenómeno remete-nos para processos de fabricação da imagem da cidade, estratégia largamente aplicada nos modelos de gestão que entendem a cidade como uma empresa. Contudo, não é isso que visa o marketing territorial, hoje mais compreendido e aplicado nas dinâmicas competitivas entre lugares e na conquista de um estatuto favorável no âmbito dos fluxos turísticos internacionais e que não deixam de forçar a comunidade receptora, o tecido empresarial e eventuais stakeholders.

Este trabalho da imagem levou ao fenómeno do consumo das paisagens que traduziu numa valorização mais abrangente do património. Isto é, o interesse pela peça patrimonial em si deu lugar ao interesse pelo conjunto e pela envolvente paisagística. Aqui, julgamos poder ir mais longe integrando a imaterialidade da cidade como factor intrínseco de deleite no processo de observação e absorção da paisagem cultural urbana.

Retomando a abordagem teórica, a paisagem, enquanto objecto de estudo, torna-se progressivamente uma temática de interesse científico para novas áreas e abordagens, as quais acabaram por remeter a sua conceptualização para uma situação menos direccionada e preenchida de alguma indefinição. Isto verifica-se em várias vertentes, nomeadamente pela perda da geografia do seu património hegemónico – a paisagem; pela emergência de novas

ciências do ambiente que leva à incorporação de novas variáveis, constituindo uma fonte de enriquecimento, mas, em contrapartida pode ser entendida como um elemento de ameaça à própria referenciação e caracterização do seu objecto de estudo; pelo crescente interesse atribuído aos valores patrimoniais que concedem à paisagem um grande impacto social e, por outro lado, contribui para o aumento da diversidade dos estudos e dos investigadores da paisagem que se traduz num reforço dos valores do conceito de autenticidade cultural das paisagens patrimoniais.

Esta revisão e reconceptualização da paisagem durante as últimas décadas e sobretudo por parte da geografia anglófona conduziram inevitavelmente à variação da polissemia do conceito e à sua complexa apropriação o que se traduz numa ruptura, numa “crise” da paisagem, no fundo, numa mudança de paradigma. A paisagem deixa de ser interpretada como uma “combinação hierárquica das componentes físicas e simbólicas numa vista estática, valorizando o visual e estético” para ser remetida a “interpretações bem menos assertivas e definitivas, que procuram posicionar e enquadrar as paisagens em contextos mais complexos, dinâmicos e instáveis” (Linehan, 2006, p.115).

Quanto às paisagens urbanas, que trataremos de seguida, podem subdividir-se, segundo George, em áreas centrais, áreas consolidadas e áreas suburbanas/periféricas (George, 2001, p.115-116). Para o caso interessa-nos debruçar sobre as áreas centrais da cidade do Porto, tema que será tratado no capítulo três.

1.3 O património e o desenvolvimento: a importância do turismo urbano

É confortável atribuímos rótulos, designações e enquadramentos para que possamos lidar com os diversos conceitos que fazem parte das nossas abordagens. Contudo, definir desenvolvimento é uma tarefa que se apresenta extensa e de difícil conceptualização encontrando-se desadequada para o enquadramento que propomos, até porque o próprio conceito de “desenvolvimento” se encontra algo desgastado pela falta de consenso nos discursos e pela multiplicidade de adjectivos que foi conquistando à medida que as sociedades evoluíram.

Assistimos frequentemente a definições mais ou menos elaboradas e transversais, mas sempre a partir de uma perspectiva ocidentalizada de desenvolvimento.

O que pretendemos para o nosso enquadramento é perceber a evolução da aplicabilidade do conceito no âmbito do património e do turismo urbano.

1.3.1 Desenvolvimento – a concepção actual

No sentido restrito do termo, desenvolvimento tem surgido frequentemente associado à ideia de alteração da estrutura económica e do crescimento das suas variáveis. Pressupõe-se assim que para que haja desenvolvimento tem de haver uma melhoria, um avanço e uma mudança significativa. Isto pode processar-se no domínio económico-financeiro, na política, em contextos sociais e comunitários e na cultura.

A dificuldade de tratar este conceito prende-se igualmente com a versatilidade que possui e com a incessante busca de novas formulações para uma aplicabilidade mais direccionada. Por isso julgamos necessário recorrer a dados históricos para enquadrarmos cronologicamente a sua evolução.

O final da II Guerra Mundial (GM) marca o período a partir do qual começaram a existir preocupações com as questões do desenvolvimento e de identificação das componentes que viriam a ser delineadoras da sua noção, permitindo-lhe adquirir validade científica, desconhecida até então. A sua emergência está ainda associada ao confronto entre os dois blocos dominantes – EUA e União Soviética – no período da Guerra Fria que se seguiu ao final da II GM. Na sequência deste conflito mundial o território europeu encontrava-se altamente fragilizado pelo que era imperativa a criação de uma política de desenvolvimento que encontrasse o fio condutor para o progresso e para o equilíbrio das relações internacionais.

Por outro lado, com a difusão do novo paradigma económico proposto pelo economista inglês John Maynard Keynes no seu livro *General theory of employment, interest and Money*, onde demonstra que o progresso, o bem-estar e o desenvolvimento se encontravam directamente dependentes da intervenção estatal, permitiu que o próprio Estado despertasse para o papel de relevo que deveria ter no assunto.

Aqui não podemos esquecer o contributo que a Revolução Industrial deu neste campo, nomeadamente através da maior importância dada à componente humana nas teorias de crescimento, resultantes das consequências perniciosas desta Revolução, tanto a nível das questões ambientais como profissionais e humanas. Em paralelo, as teorias economicistas não atingiram resultados satisfatórios nos países designados como subdesenvolvidos o que conduziu inevitavelmente ao questionar do sistema de desenvolvimento economicista adoptado. A ruína destas abordagens económicas deve-se à pouca clareza que partilhavam do conceito de desenvolvimento. Os contornos deste esbatiam-se quando se falava em crescimento económico. Assim, desenvolvimento era sinónimo de conceitos como “economicismo”, “produtivismo” e “tecnicismo”.

Esta associação do conceito de desenvolvimento a outros termos técnicos próprios do crescimento económico e produtivo foi amplamente praticada nos primórdios da introdução e universalização do termo. Posteriormente, este desconhecimento dos contornos do conceito, traduzido em associações incorrectas, mostrou-se desacertado remetendo a perspectiva economicista do desenvolvimento para uma situação menos prestigiante. Desta situação ao

início da multiplicação das crises económicas nos países desenvolvidos foi uma questão de pouco tempo, verificando-se a partir dos anos 70 do século XX a estagnação e até mesmo retrocesso do progresso científico, o que veio corroborar com a desadequação do modelo.

Foi esta falência do modelo economicista que permitiu o avanço, no sentido em que se procuraram abordagens alternativas e se investiu na construção de uma nova noção de desenvolvimento.

Esta busca de novas e mais completas abordagens para a definição do conceito de desenvolvimento veio alargar o campo de aplicabilidade do termo e, concomitantemente, dificultou a constituição de uma definição que conseguisse a aprovação geral, pela subjectividade que lhe está associada.

De facto, o conceito encontra-se envolto nalguma complexidade e, a fim de permitir uma maior eficácia na sua aplicação, as áreas de actuação do conceito foram divididas por aquilo a que se designa de “fileiras”: a ambiental que abrange o desenvolvimento sustentável; a de componente comunitária que inclui o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo; e por fim a dos Direitos Humanos que abrange o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social.

O desenvolvimento integrado surge aqui como agente de articulação entre as diferentes fileiras anteriormente expostas.

Esta acepção actual do conceito resulta da falha dos modelos anteriores e surge com novos elementos basilares, remetendo para parâmetros de igualdade os factores económicos, centrando-se no Homem e nas suas necessidades comunitárias, locais e regionais recorrendo à intervenção participativa e à promoção endógena.

Neste sentido, para percebermos a permeabilidade a estas transformações ocorridas no conceito temos de recuar aos anos 60, onde assistimos ao emergir do conceito de “desenvolvimento comunitário”, pois é uma altura em que o Serviço Social no nosso país começa a ter uma maior abrangência, paralelamente à sua vinculação com as Ciências Sociais e com os Direitos do Homem, materializando como inovação a intervenção grupal e a intervenção comunitária. Por outro lado, é um período marcado pelo contexto internacional algo agitado, onde emergem as críticas ao modelo de desenvolvimento do pós-guerra e surgem novos movimentos sociais e reivindicativos. Em território nacional é particularmente importante no sentido em que se assiste ao fortalecimento da oposição em relação à ditadura e à Guerra Colonial (Branco, s.d., p.5).

A literatura é vasta e não muito pacífica no que diz respeito às designações que o conceito de desenvolvimento foi adquirindo. Contudo, decidimos seguir as “cadeias conceptuais” propostas por Amaro (1996) podendo sintetizar os diversos conceitos no seguinte quadro:

Quadro 1 – Sintetização dos diversos conceitos de desenvolvimento a partir da década de 60. Fonte: Amaro (1996)

Décadas	Designação
Anos 60	Desenvolvimento Comunitário
Anos 60 e uma nova versão nos anos 90	Desenvolvimento integrado
Anos 70	Desenvolvimento Autocentrado
Anos 70	Outro Desenvolvimento
Anos 70	Ecodesenvolvimento
Anos 70 e 80	Villageconcept
Anos 70 e 80	Desenvolvimento Alternativo
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Participativo
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Endógeno
Anos 80 e 90	Desenvolvimento Sustentável
Anos 90	Desenvolvimento Humano

Para a nossa dissertação decidimos expandir, de entre todos os conceitos existentes, o de desenvolvimento sustentável, uma vez que os discursos sobre turismo e o património frequentemente abordam este conceito, transportando a sua essência e adaptando-a.

Se entendemos o património e o turismo enquanto factores de progresso e desenvolvimento das cidades históricas temos obrigatoriamente que alargar a abordagem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Este conceito é hoje utilizado inúmeras vezes sobretudo em discursos governamentais e nos preâmbulos de projectos de investimento alargado e, cada vez mais, em reflexões e debates sobre o património como recurso endógeno explorado de forma sustentável, sobre o turismo sustentável e sobre cidades sustentáveis.

Ora, impõe-se questionar sobre o que é “sustentável”. Se abordarmos o caso de uma forma mais profunda percebemos que o conceito está envolto nalguma falta de consenso. No entanto, a fim de evitar cair na análise dos inúmeros discursos sobre a matéria julgamos indicado socorrer-nos da definição que tem sido amplamente utilizada e que se encontra em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação e na Comissão de Brundtland (ONU, 1987). A definição mais conhecida é a da Comissão de Brundtland (O Nosso Futuro Comum, 1987), segundo a qual o desenvolvimento sustentado é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas⁷.

⁷ Apesar de encontrarmos esta definição aplicada de forma vasta na variada literatura, o que sugere uma correcta e adequada conceptualização, a verdade é que tem sido alvo de críticas. Consideram os especialistas que a definição não dá a ênfase necessária às condições internacionais e por isso verifica-se a necessidade de pensar uma outra ética mais integradora e manifesta a falta de conhecimento relativamente às contradições internas dos países em desenvolvimento. A multiplicidade de definições que se criaram propicia alguma relatividade na abordagem ao conceito. Todavia, o

Não esquecendo que um dos elementos basilares do desenvolvimento sustentável é a sua componente ecológica – conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, daí que seja sobejamente aplicado e considerado um clássico na literatura ambiental - este tem sido transportado para as problemáticas patrimoniais, urbanas e turísticas. Esta ampla aceitação do conceito sucede da aparente exequibilidade de interligação entre ambiente e desenvolvimento e da consequente atenuação em que o desenvolvimento sustentável assenta.

A incorporação desses pressupostos à análise turística conduziu a uma maior flexibilidade do termo permitindo que se chegasse ao conceito de “turismo sustentável”⁸. Esta proposta pressupõe que haja uma efectiva preocupação com a preservação ambiental, procurando regularizar o mercado da indústria do turismo de massas e do, mais recentemente designado, turismo alternativo. Para os investigadores e teóricos que tratam da problemática do turismo sustentável a escala de análise remete-se ao lugar ou ao contexto regional. Mas, apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo, ele é, antes de tudo um instrumento político que não deixa de permitir a exploração económica ao longo do tempo e à escala mundial.

Prosseguindo com a análise cronológica do conceito, a Conferência do Rio em 1992 interligou definitivamente as questões do ambiente com as do desenvolvimento. Para além de estabelecer o princípio de desenvolvimento sustentável, como seria de esperar, impulsionou também o estabelecimento de estruturas institucionais em cada país com a finalidade de coordenar as iniciativas levadas a cabo em âmbito nacional.

É nesta sequência evolutiva e de promoção de debates e reflexões que surge a Carta de Aalborg aprovada a 27 de Maio de 1994 pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, que decorreu na Dinamarca. Apesar de não constar neste documento directrizes claras quanto à gestão cultural e turística em espaço urbano há, implicitamente, uma preocupação na gestão e ordenamento do território que passa também pela gestão sustentável dos bens patrimoniais.

Não podemos deixar de salientar a Agenda 21 com um mérito decisivo na determinação das responsabilidades de cada um dos actores da sociedade civil na aplicação do princípio de desenvolvimento sustentável.

Na dissertação ao abordarmos as questões patrimoniais que se prendem com a protecção, conservação e a valorização dos recursos, sejam eles naturais, patrimoniais ou de índole cultural, não podemos encara-los individualmente e fora do seu contexto onde estão inseridos. Aliás, em muitas das situações são indissociáveis e de certo maneira dependentes

eixo nevrálgico é comum a todas as definições: os objectivos intrínsecos mantêm-se consensuais e passam pelo atingir de um processo de desenvolvimento que garanta a manutenção da capacidade de suporte de vida e de qualidade ambiental, assim como a equidade de custos e benefícios do desenvolvimento, não só em relação às gerações do presente como em relação às vindouras.

⁸ Termo utilizado mais frequentemente nas modalidades de ecoturismo. Apoia-se nos princípios do uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais, de um marketing responsável, da necessidade de pesquisas, entre outros. Hoje, a aplicação do conceito estende-se ao turismo urbano e cultural.

daquilo que os rodeia. Portanto, é ao nível do ordenamento do território, pela sua multiplicidade de sectores de actuação, que se irão plasmar estas preocupações, tornando-se indispensável o aprofundamento e a investigação de cada um deles de modo a perspectivar estratégias de actuação integradas.

1.3.2 A preservação e valorização do património como factor de desenvolvimento das cidades históricas

Portugal já encontra um número relativamente elevado de bens inscritos na Lista do Património Mundial (LPM) (quadro 2) o que sugere, para além da óbvia preocupação no âmbito da preservação e salvaguarda do património e a valorização do passado, um papel cada vez mais interventivo do património da humanidade nos processos de desenvolvimento, não só a nível da afirmação local e de uma comunidade humana mais direccionada para o fomento das relações internacionais, mas também na promoção do exercício de cidadania por parte das populações (figura 1).

Quadro 2 – Património da Humanidade de Portugal, fonte: www.unesco.pt

Bens portugueses inscritos na LPM	
Data	Designação
1983	Convento de Cristo em Tomar
1983	Mosteiro da Batalha
1983	Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém
1986	Centro Histórico de Évora
1989	Mosteiro de Alcobaça
1995	Paisagem Cultural de Sintra
1996	Centro Histórico do Porto
1998	Locais de arte rupestre pré-histórica do Vale do Côa
1999	Bosque de Laurissilvas da Madeira
2001	Centro Histórico de Guimarães
2001	Região vitícola do Alto Douro
2004	Paisagem vitivinícola da Ilha do Pico, Açores

Esta nova abordagem às questões culturais revela “a forma como as questões de salvaguarda do património se tornaram num objecto corrente da atenção da opinião pública” (Henriques, 1996, p. 55) o que contribui directamente para a diversificação dos elementos sobre os quais incide a procura do turismo urbano.

No entanto, novos esquemas de poder, concorrência e influência despontaram com a globalização da economia o que se traduz na crescente necessidade de re-análise das formas de resposta das cidades aos seus imperativos e das ligações que deverão prosseguir ou desenvolver para que as cidades mantenham a sua posição na economia global e nas dinâmicas internacionais.

Contudo esta questão é uma espada de dois gomos. Se por um lado as cidades procuram



Figura 1 – Mapa dos bens portugueses inscritos na LPM, fonte www.unesco.pt

evidenciar-se no panorama mundial através da classificação dos seus bens na categoria de Património Mundial da Humanidade, por outro, é possível que esta rotulagem funcione, não no sentido desejável, como factor para o desenvolvimento, para o planeamento e gestão promovendo uma dimensão transversal na abordagem às políticas de desenvolvimento, a par das questões económicas e sociais, mas como um processo de mercantilização, politização e de “espetacularização” do património. (Fortuna, 1995, p.23).

Por outro lado verifica-se que os CHs assumem-se como espaços peculiarmente susceptíveis ao desenvolvimento turístico e, por vezes, a uma procura não controlada e não planeada corresponde efeitos destrutivos, degradação e especulação. Aqui impõe-se a criação de um plano estratégico de desenvolvimento sustentado do turismo, que deve assentar em estudos que prognostiquem a dinâmica dos fluxos turísticos e proponham directrizes quanto a programas de acção específicos para estas áreas. Com esta atitude pró-activa pode-se evitar e prevenir que a indústria comprometa ou destrua recursos patrimoniais valiosos. A exploração turística dos locais com interesse histórico não é fruto do acaso. Embora o turismo não deva ser entendido como o único agente a moldar a cidade contemporânea, ele é, sem dúvida, um agente de forte impacto, o qual é reconhecido quase instantaneamente pelas cidades. Daí que se tenha tornado e afirmado como uma estratégia potenciadora de regeneração urbana generalizada.

Este interesse turístico dos centros históricos resulta, simultaneamente, do que Lew et al. (2004) designa por “heritagization”, ou seja, o processo através do qual o Património é fabricado com atributos do passado, revelando histórias, memórias e vivências culturais, praticado à escala global. Isto conduz-nos à problemática da fabricação da imagem de um determinado local.

Esta valorização e crescente contacto com o turismo urbano em cidades históricas sugerem também que o passado é valorizado enquanto uma das dimensões mais importantes da singularidade. Este, “materializado na paisagem, preservado em ‘instituições de memória’, ou ainda vivo na cultura e no quotidiano dos lugares” transforma-se no “suporte mais sólido dessa procura de diferença” (Abreu, 1998, p.79). Daí que a correcta valorização das especificidades locais se traduza em desenvolvimento económico, social e cultural da região.

A cidade do Porto enquanto “metrópole turística” ao lado da cidade de Lisboa constitui-se assim “de entre todos os destinos urbanos, os de maior atractividade; significa isto que captam não apenas volumes mais elevados de turistas, mas também turistas de mais longe, o que sugere uma visibilidade externa e uma capacidade de irradiação superior à dos restantes turismos urbanos” (Henriques, 2003, p.171).

O turismo urbano, com a sua forte componente cultural tem sido considerado como uma área de consumo elevado e em expansão, pelo que tem contribuído para a concretização de metas que passam pela regeneração económica e cultural. Esta modalidade turística representa uma forma de atracção de investimento interno e externo que se traduz no investimento da melhoria da imagem da cidade, no sentido em que tiram proveito das receitas que a despesa turística movimenta. Assim, a promoção patrimonial com fins turísticos pode, mediante uma boa gestão, ser encarado como uma forma crucial de recompensar o custo da disponibilização de infra-estruturas e equipamentos culturais.

Para finalizar, o Património pode funcionar como um excelente motor de desenvolvimento se for pensado de forma multidisciplinar e se forem propostos os mecanismos correctos de conservação, renovação e reabilitação. É a crescente consciencialização para a salvaguarda do património e o uso turístico dos CHs dos últimos anos que têm funcionado como rampa de lançamento de numerosas iniciativas de conservação e dinamização (Atlante, 2005, p. 45). Neste âmbito verifica-se que, de um modo geral, cada vez mais os Estados apostam em investimentos de envergadura considerável, não só em infra-estruturas, como em projectos de investigação, conservação e restauro, sempre com a expectativa do retorno. Aliás, a crescente importância dada aos tempos de lazer, pode proporcionar a médio/longo prazo esse retorno dos investimentos favorecendo a criação de um espaço económico próprio, associado ao usufruto e divulgação do Património cultural.

1.3.3 Do novo paradigma turístico às dinâmicas territoriais contemporâneas

Na actualidade, o turismo nos centros urbanos ligado ao património e à cultura desperta grande atenção não só nos meios académicos como junto da sociedade em geral. No entanto, a verdade é que não é uma actividade recente. Pelo contrário, o turismo baseado na herança

cultural como indústria reconhecida é um desenvolvimento moderno, remontando ao século XVIII o estreitamento das relações entre turismo e Património.

Até ao emergir da sociedade urbana industrial, o que conhecemos como tempo de trabalho e de não-trabalho ou o tempo do trabalho e do ócio, não faziam parte da organização laboral nem eram reconhecidos como uma disposição lógica binária da vida. O panorama só conhece a ruptura com o trabalho assalariado que instituiu tanto o ócio como o não-trabalho e vai conquistando progressivamente as férias remuneradas como um tempo de lazer em oposição ao tempo de trabalho.

Se o capitalismo industrial constitui o trabalho como valor universal, não tardou a que o tempo de ócio fosse reclamado pelos assalariados. É nesta fase que a noção contemporânea de turismo começa a evidenciar os seus contornos uma vez que já não era da exclusividade das classes de elite, mas alargava-se agora, a um leque maior e necessariamente mais diversificado da população. Esta conquista deve-se às inúmeras pressões sindicais e progressivamente o tempo de ócio das classes populares e trabalhadores vai sendo admitido com menor resistência.

O que tem de novo na indústria do turismo é o facto de cada vez mais os destinos utilizarem as imagens do património como forma de afirmação da sua identidade, assistindo-se em simultâneo ao aumento da procura interna deste tipo de produto, agora democratizado e passível de ser usufruído por outras camadas populacionais. Este uso alargado da imagem do património remete-nos para a hegemonia visual sobre a cultura e a cognição, alimentada pela proliferação das tecnologias de informação que nos levam a pensar que só conhecemos aquilo que vemos (Fortuna; Ferreira, 1996, p.6).

Esta modalidade turística com forte componente cultural experimentou um desenvolvimento equilibrado ao longo da primeira metade do século XX. O período mais espectacular do seu crescimento manifesta-se os últimos 50 anos, acompanhando o crescimento do turismo internacional e das actividades de lazer.

O crescimento exponencial da indústria turística criou uma forma massificada da procura e uma oferta pouco personalizada, abordagem que se questiona actualmente pelas consequências que poderá ter com o meio. Se considerarmos a relação do turista com o meio destrutiva então parece-nos legítimo que a indústria turística passe a avaliar os seus fluxos fazendo a mediação entre o turista e o lugar. Numa perspectiva económica, a gestão dos fluxos é uma mediação necessária, legitimada pela necessidade de preservação.

A ruptura do turismo tradicional massificado surge motivada pelas transformações que ocorreram na sociedade e que possibilitaram o fortalecimento do “pós-fordismo” ou da sociedade “pós-industrial”.

A transformação turística surge pela mudança de comportamento dos consumidores e da sua motivação para viajar, manifestando-se contra uma oferta homogénea conduzindo à “crise da massificação”. A crescente valorização da cultura visual sobre o conhecimento resulta na

referida “espetacularização” da sociedade “pós-moderna”. Nesta ruptura a alteração na motivação do turista não é um agente singular. Devemos ainda reconhecer que o marketing, as características dos próprios destinos, entre outros factores determinantes, colocaram em fragilidade o turismo massificado. Portanto são estas alterações, que dão oportunidade ao aparecimento do modelo turístico actual questionando a essência do modelo fordista e os comportamentos que lhe estavam associados.

É nesta dinâmica de ruptura que o interesse pelo turismo urbano surge acompanhado pelo interesse das questões patrimoniais ficando a procura turística afastada dos espaços turísticos tradicionais.

Este aprimorar das modalidades turísticas resultado do crescimento recente da indústria do turismo pode ser encarado como consequência de três mudanças sociais importantes.

O desenvolvimento dos meios de transporte e a criação de infra-estruturas para a actividade possibilitaram a aproximação do mundo e impulsionaram o acesso à tecnologia da comunicação, levando-nos a questionar o novo entendimento de tempo e espaço (compressão do espaço-tempo). A movimentação turística ficou claramente afectada no sentido em que a viagem foi democratizada e destinos que nos pareciam remotos tornaram-se alcançáveis, alimentando a competitividade entre companhias da indústria.

O interesse pelo desconhecido e por hábitos diferentes dos que adoptamos conduziu à necessidade de conhecer outras culturas e à vontade de vivenciar experiências estéticas, humanas e sociais únicas. Este crescente interesse pode ser entendido como o resultado da inúmera e transversal informação que circula diariamente pela internet, pelos audiovisuais e pela imprensa do mundo globalizado. É esta sede de conhecimento mútuo por parte das diferentes culturas, aliada à evolução dos transportes e a uma conjuntura política e económica favorável, que a iniciativa de viajar para novos destinos, incluindo as cidades históricas e grandes metrópoles, despontou.

Assim, estas três mudanças - sistema de transportes, maior disponibilidade económica por parte dos turistas e a tecnologia de comunicação – fizeram com que aumentasse o número de pessoas que viaja frequentemente impulsionadas por múltiplas motivações. Esta tendência se for bem aproveitada pode servir como processo potenciador de desenvolvimento dos territórios e das cidades.

Vivemos na era das cidades e dos consumos que lhe estão associados pelo que as dinâmicas competitivas e de concorrência se intensificam e “mais que tudo, elas procuram cada vez mais singularizar-se, de modo a posicionarem-se no jogo da competição económica nacional e internacional” (Peixoto, 1997, p.12). Contudo é crucial que estas estejam sensibilizadas para a importância do marketing territorial estratégico num processo de captação de fluxos turísticos não padronizados e de promoção da imagem de marca.

Todavia, existem duas razões que as cidades devem ter em conta no processo de promoção da sua imagem mesmo quando se apresentam economicamente fortes. A primeira prende-se com a possibilidade de apropriação da sua estratégia de marketing e captação de fluxos por cidades potencialmente rivais ou com características semelhantes oferecendo estas últimas uma gama de produtos e de atracções similares. A segunda prende-se com o facto de como a própria cidade encara esta competição. Mesmo não temendo a existência da concorrência, é vital que se mantenha atenta na mudança da opinião pública ou na emergência de novas tendências e modas que poderão levar a uma alteração nos fluxos, daí que não devam ser entendidos como constantes e padronizados. A própria existência de vários perfis de turistas, com diferentes motivações pela busca do conhecimento ou com diferentes necessidades culturais faz-nos encarar os fluxos turísticos com alguma flexibilidade.

Uma estratégia de marketing actual é delineada tendo em conta os “4 P’s” de Product, Place, Price e Promotion. Contudo, quando adaptada ao marketing territorial e nomeadamente às cidades este modelo deve ser ajustado (quadro 3). Embora entre as duas abordagens haja uma grande aproximação as diferenças são cruciais. Apesar de ambas iniciarem e terminarem o processo de marketing pela mesma acção - análise da envolvente externa (factores sociais, políticos, jurídicos e tecnológicos) no início e a análise dos resultados no fim – a evolução é divergente. Vejamos no esquema que se segue.

Quadro 3 - A evolução estratégica no marketing. Fonte: Kolb (2006)

Estratégia de marketing tradicional	Estratégia de marketing territorial urbano
Análise da envolvente externa	Análise da envolvente externa
Definição do segmento de mercado	Análise do produto
Escolha do produto em função do mercado	Definição do segmento de mercado
Determinar o preço e a distribuição	Definição e gestão da imagem do produto - marca
Delinear a estratégia de marketing-mix	Delinear a mensagem promocional
Avaliar os resultados	Avaliar os resultados

A cidade enquanto produto só pode ser consumido e vivenciado se os turistas se deslocarem até ela. Assim, o produto é também o lugar e ambos podem ser consumidos por diferentes turistas e por diferentes preços. Se, por um lado, a cidade procurando a captação de uma determinada elite, proporciona espectáculos para pessoas com códigos de leitura mais exigentes como uma sessão de ópera ou de música clássica; por outro, não abdica das restantes franjas de consumidores e aposta em festivais temáticos ao ar livre, concertos e feiras, com mais frequência no verão. Assim, a crescente valorização do património urbano acumula, paralelamente, uma importância económica e uma importância estratégica e política.

Retomando a estratégia de marketing, a importância que se dá à imagem é significativa e uma das razões prende-se com o facto da grande oferta da cidade ser do âmbito intangível e imaterial, pelo que a sua promoção necessita de uma estratégia promocional bem delineada e com uma imagem bem representativa dos seus valores. O interesse pelo seu património intangível por parte de potenciais visitantes depende, entre outros factores, da tipologia de estratégia que se adopta e dos meios pelos quais a fazem passar. Numa sociedade marcada pelo evoluir das novas tecnologias e a sua crescente presença no nosso quotidiano permite aceder aos destinos que gostaríamos de conhecer. O tipo de turista actual, selectivo e exigente, gasta tempo e dinheiro em pesquisas e à procura de informação sobre o local que lhe desperta interesse. Aqui o potencial da imagem da cidade é determinante, pois o turista não arriscará desperdiçar recursos em algo que não o convenceu totalmente. A construção de uma imagem forte e apelativa é a forma que as cidades encontraram de sair do anonimato caindo por vezes em “operações de fabricação de imagem” com o intuito de “multiplicar as ocasiões que lhes permitam aparecer na cena mediática” (idem, p.12).

A cidade enquanto produto exige uma estratégia de marketing única no sentido em que não pode ser estipulada por modelos universais, uma vez que o produto em causa é a combinação de uma vertente intangível, tangível, de serviços e ideias que permitem uma experiência turística profunda. A cidade contém a sua componente material como a arquitectura e o património histórico construído, os monumentos, as ruas de hoje e do passado que transparecem a riqueza histórico-urbana do local, os espaços públicos como parques, praças, a estação ferroviária que, no caso do Porto, é emblemática e toda uma rede de transportes que ligam estes espaços. São estas condições e a disponibilidade dos equipamentos que terão uma forte influência na construção da imagem da cidade histórica, tradicional ou moderna.

A localização geográfica do lugar e, neste caso da cidade do Porto, é igualmente uma mais-valia na medida em que a proximidade ao rio está muito presente, nomeadamente na zona histórica, permitindo um outro tipo de experiência ao visitante. Tudo isto, representativo da cultura material, torna evidente a importância da cultura no âmbito do desenvolvimento da região, económico e social, e permite uma maior afirmação da cidade nas dinâmicas locais e globais.

As frentes de água têm captado a atenção dos autarcas nos últimos anos pelo seu forte potencial turístico e de lazer. Vejamos o caso da Ribeira, cuja frente foi alvo de um projecto de reabilitação no âmbito da Intervenção Urbana da Câmara Municipal do Porto reforçando a ligação da cidade ao rio e à frente ribeirinha. Outras preocupações estiveram na linha de pensamento do arquitecto Manuel Fernandes de Sá nesta intervenção, nomeadamente o ordenamento e hierarquização do espaço, a gestão do trânsito que afluí diariamente àquela zona da cidade, as zonas de estacionamento, a delimitação do espaço para mercado, entre outras.

É esta diversidade que a cidade encerra que contribui para a riqueza da experiência estética e cultural do turismo urbano, funcionando a combinação das componentes físicas com as componentes humana, social e artística como elemento-chave da criação da imagem da cidade. Esta imagem construída pode passar determinadas sensações susceptíveis de serem vivenciadas numa visita à cidade, ou pode transparecer a culturalidade e os estilos de vida dos residentes.

As abordagens mais restritivas, com as quais não concordamos, dotam o marketing do território de poderes ilusórios sobre determinado local ou cidade, aplicados abusivamente no sentido de influenciar decisões que se verificam dispares dos interesses do próprio território e que vão contra as prioridades e necessidades do desenvolvimento endógeno.

Preferimos entender o marketing territorial como um conjunto de práticas que visam a formatação de acções fundamentadas de promoção da imagem da cidade, naturalmente pré-concebida, no sentido de fortalecer o valor intrínseco do território em causa, alertando para as suas verdadeiras qualidades e características culturais, sociais e históricas que o distingue. Assim, na sua essência não encontramos a manipulação, mas sim uma valorização que deve ser levada a cabo num quadro de competências básicas mais amplo.

O património urbano assume-se como uma vantagem competitiva das cidades que desde a década de 80 foi alvo de novos interesses, agora direccionados para actividades turísticas e recreativas. A motivação para o consumo cultural e para novas formas de lazer permitiram o despertar das pequenas e médias cidades para uma dimensão internacional o que inevitavelmente suscitou uma maior preocupação nos mecanismos de gestão territorial urbana e respectivo planeamento.

Estas novas preocupações conduziram à ruptura do tradicional planeamento urbano que assentava em planos descritivos e passou a adoptar os princípios do planeamento estratégico urbano que enquadram objectivos específicos promocionais da vertente cultural e económica da cidade.

Parece-nos que aqui se deu o verdadeiro despertar do interesse pelo marketing territorial levantando questões e problematizando a sua importância enquanto agente dinamizador de determinadas competências específicas, uma vez que os territórios dependem cada vez mais dos seus recursos, habilidades e competências próprias. Para isso devem saber identifica-las, selecciona-las e geri-las correcta e eficazmente de modo a afastar as soluções fáceis e rápidas que prejudicariam o seu desempenho a longo prazo. Pegando na linha de pensamento de um dos mais conceituados investigadores da área – Kotler (1993) - o desenvolvimento de um processo de planeamento de marketing territorial estratégico torna possível a experimentação de uma nova dinâmica de desenvolvimento que deve assentar na referida gestão eficaz, ao anunciar como finalidade a adaptação da gestão de um lugar às necessidades dos seus agentes ou futuros

colaboradores, como a fórmula mais estável e consistente de melhorar tanto a curto como a longo prazo a qualidade da competitividade global do território na sua envolvente concorrencial.

O sucesso deste processo de planeamento de marketing territorial estratégico passa pela gestão de quatro etapas: primeiro, e como ponto de partida, é necessário traçar os objectivos para o futuro tendo presente os diversos condicionalismos tanto dos factores internos como externos; segundo é crucial conhecer de perto os actores e agentes que já existem no território em causa ou que se pretendem fixar pelas características, vantagens competitivas e recursos da região; terceiro, neste contexto de exploração da envolvente é necessário tomar conhecimento das características dos potenciais concorrentes e proceder à escolha do nicho de mercado e, por último, estruturar uma política de promoção e divulgação que dê a conhecer ao público-alvo, no timing certo, as vantagens do território em causa.

Estas vantagens do território não devem prender-se apenas à lógica económica da visibilidade e notoriedade da sua posição. Deve antes apostar num posicionamento de redes globais de relacionamento, desenvolvendo o seu próprio produto ou aquilo a que se pode chamar de oferta territorial específica. A aquisição destas competências específicas deve resultar na dinamização sustentável e criativa dos recursos endógenos, dos saberes locais e culturais. Isto abrirá caminho para um lugar na economia global. Contudo, apesar de um determinado território se especializar numa tipologia restrita e canalizar os esforços nessa mesma direcção, não deve remeter para a inutilidade outras actividades provavelmente potenciadoras de funcionarem como suporte económico significativo.

A vantagem da especialização prende-se com uma integração facilitada em diferentes redes que permitirão o acesso a novas oportunidades de negócio, a novos mercados favoráveis ao tecido económico e ainda estabelecer alianças e parcerias com novos agentes e actores. É um contexto de grande pro-actividade por parte do território que lança a sua localidade no mercado global. Daí que a estratégia de pensar global e agir local – glocalização – ganhe actualmente uma enorme adesão, uma vez que não opõe as oportunidades globais às potencialidades de desenvolvimento locais.

Esta valorização das competências locais face a um cenário globalizado (desde que se conheçam as oportunidades e as ameaças) pode trazer a garantia de níveis de desenvolvimento sustentável. Aqui é imperativo que se aposte na qualidade da oferta e do lugar e que se mudem determinadas atitudes, por exemplo, face à preservação e salvaguarda do património cultural e face às questões ambientais urbanas, apostando não só na manutenção como na divulgação.

No nosso estudo de caso, a cidade do Porto, verifica-se um esforço no sentido de projectar o território nas dinâmicas globais e na definição e especialização de um produto, também ele com uma vertente cultural, para a captação de fluxos turísticos.

Quanto ao esforço pela busca de novos nichos de mercado, a cidade integrou-se no projecto Eixo Atlântico que representa um instrumento de várias cidades com características

semelhantes que se constituem num grupo de reflexão, tendo por objectivo estabelecer parcerias e projectos de dinamização patrimonial em rede, entre outros. Quanto à segmentação do produto, a cidade apostou no turismo de negócios e na vertente citybreak, a qual encerra uma vertente cultural e de divulgação patrimonial.

Este contacto multilateral confere à cidade um conjunto de aprendizagens nomeadamente a capacidade que os actores adquirem no sentido de modificarem a sua acção, acompanhando as transformações que se vão processando na envolvente e actualizando o seu know-how; maior capacidade de gestão e de inovação no âmbito dos projectos e na criação de novas oportunidades e ainda capacidade de reacção às adversidades.

Estas dinâmicas territoriais permitem, em paralelo com o conjunto de aprendizagens apresentadas, o estímulo de sinergias no sentido de funcionamento em rede e com mais interacções, troca de experiências, promover princípios de confiança entre os actores e tirar partido desta proximidade favorável às vontades colectivas de mudança.

Por outro lado, o estabelecimento de redes a nível supra-local vai permitir que a cidade e a sua capacidade de inovação tirem partido da proximidade e do relacionamento que desenvolve com o exterior. Ao longo da história da humanidade, os territórios que se mostraram mais dinâmicos foram os que tiraram partido do funcionamento em rede, assumindo-se eles próprios como agentes estruturadores desse relacionamento de trocas e de poder. Esta sobrevivência dos territórios encontra-se intimamente ligada ao conceito de resiliência que vem atenuar os efeitos das adversidades nas dinâmicas territoriais.

Actualmente, na economia global há lugar para diversos territórios com diferentes níveis de vitalidade, mas a sua sobrevivência depende da forma como enfrentam os problemas, adaptando-se. Esta capacidade de adaptação e de minorar as consequências dos múltiplos problemas sem ruir é o que está no âmago do conceito de resiliência, também vista como uma capacidade passível de ser aumentada com o objectivo de melhorar a adaptação de um determinado sistema às condições envolventes.

Se, por um lado, a globalização permitiu a expansão do mercado turístico dando às cidades a hipótese de se catapultarem, por outro aumentou a interdependência entre processos e problemas, constituindo mais um desafio para os territórios pelo que a resiliência é uma característica decisiva cuja gestão “tem como objectivo evitar que o sistema socio-ecológico se mova para configurações indesejáveis, o que depende de o sistema ser capaz de suportar choques externos” (Santos, 2009, p.15). Isto implica que o território se conheça a fim de identificar onde é que o sistema possui resiliência para que os processos de adaptação e de aprendizagem se verifiquem eficazes. O mesmo autor salienta ainda quatro propriedades chave inerentes ao conceito de resiliência e que julgamos pertinente expor: a Latitude que se refere à “elasticidade” do sistema, isto é, o quanto ele pode mudar antes de perder a sua capacidade de recuperação; a Resistência que se refere à capacidade, aproveitando as facilidades e

contornando as dificuldades, de fazer mudar o sistema; a Precariedade que se refere à proximidade do sistema ao limite e por último a Panarquia que dada a interacção entre várias escalas, a resiliência do sistema numa dada escala focal torna-se dependente da influência das restantes escalas que se encontram acima ou abaixo.

No âmbito das políticas urbanas e do planeamento a utilização do conceito de resiliência aplica-se tanto numa lógica estratégica (capacidade de antecipação contínua e adaptação face às tendências evolutivas que podem condicionar o desenvolvimento futuro da cidade), como operacional (procedimentos objectivos para aumentar a resiliência do sistema).

As cidades para se tornarem resilientes devem apostar numa maior e reforçada ligação entre o urbanismo, o planeamento e a ecologia para que possam mais facilmente tolerar as dinâmicas e mutações antes de se reorganizarem em torno de um novo conjunto de estruturas e processos. Aqui deve ter-se em conta os fluxos, as dinâmicas sociais, as redes e parcerias já estabelecidas, o meio biofísico, entre outros.

Em jeito de conclusão, reconhecemos que o turismo pode ser entendido como agente nevrálgico da mudança económica, social e cultural no âmbito do sistema das cidades nas últimas décadas motivado pelo afastamento de uma economia induzida e pela produção industrial, dando lugar a novas formas de organização mais flexíveis, a uma maior mobilidade de capital e de pessoas e, sobretudo, a uma crescente competitividade entre os locais.

Na tentativa de se especializarem turisticamente, muitas cidades valorizaram os seus recursos patrimoniais e culturais com o objectivo de aumentar o seu potencial competitivo num contexto altamente competitivo entre os lugares. Esta valorização passa não só pela salvaguarda do património, mas, simultaneamente, por iniciativas dinamizadoras que promovam a imagem do território em causa. Neste contexto, veja-se a título de exemplo, o caso da Capital Europeia da Cultura. Aqui podemos encontrar outra questão actual que se prende com a mercantilização da cultura. O consumo da cultura e as crescentes necessidades do consumidor cultural permitiram que o turismo e o património estreitassem relações. Quando protagonizado pelo espaço urbano o acto turístico revela-se mais flexível e segmentado dada a multiplicidade de dinâmicas em interacção na cidade, proporcionando as experiências mais diversificadas que o turista actual valoriza como é o caso do consumo das paisagens urbanas.

Este fomento do desfrutar turístico em centros urbanos não se prende apenas com o significativo consumo da cultura e do património, mas também pela capacidade de antecipação da oferta. Isto leva-nos à crescente atenção dada pelo poder local às políticas urbanas, que se traduz no reconhecimento da importância do planeamento estratégico da cidade e no marketing territorial. Esta capacidade de antecipação está também na activa intervenção dos sectores público e privado no âmbito do património, transformando-o em recurso para a actividade turística. O objectivo centra-se na vontade de perceber o potencial do património enquanto aspecto específico da oferta turística, ambicionando a captação de um determinado segmento.

Para isto há que recorrer a instrumentos legais e a práticas de planeamento sustentáveis para que os valores do passado sejam verdadeiramente salvaguardados.

Capítulo II - A paisagem cultural do Porto e o planeamento da cidade

*“Tanto como Cidade, como realização do Homem,
o centro histórico do Porto constitui uma obra-prima do
génio criativo da Humanidade. Interesses comerciais, agrícolas e
demográficos convergiram aqui para abrigar uma população capaz de construir
a Cidade. O resultado é uma obra de arte única, de elevado valor estético”*
(UNESCO, 1996)

2- O contributo das dinâmicas culturais e territoriais para o desenho da cidade

2.1. A paisagem cultural urbana

Para desenhar o perfil cultural da cidade recorremos ao que percebemos nas deambulações pelas ruas da mesma, numa tentativa de absorção das suas características materiais e imateriais, da sua história, das suas tradições e vivências. No fundo, senti-la e interpretar os seus espaços e os seus territórios simbólicos, uns familiares, outros estranhos. Optamos, assim, por uma abordagem sensorial dado que a “cidade é uma experiência sensorial e isso não deve ser descurado quando se pensa no seu futuro. Acima de tudo, nós vemos, ouvimos, cheiramos, tocamos e saboreamos a cidade.” (Landry, 2007, p.75)⁹. Esta abordagem fez-nos reconhecer que o CH, paralelamente a outras áreas da cidade, constitui-se crucial para a paisagem cultural do Porto, pois nele conjugam-se elementos do passado e do presente numa dinâmica e criatividade que se reflectem na concentração da criação da oferta cultural e na abertura de espaços para esse fim, denunciando um *Porto Cosmopolita*.

Por isso, a observação directa é a condição *sine qua non* para tornar possível a reflexão e a interpretação imaginativa do urbano, estimulando o pensamento crítico sobre o espaço e a cidade.

É neste contexto que temos a oportunidade de repensar a cidade, com perspectivas de futuro e de conhecimento do passado e entende-la enquanto espaço de diferenças, de subjectividades, de interações de identidades e de confronto com o outro.

Este exercício permitiu-nos perceber, também, a essência do *Porto Património*, enquanto cidade com fortes raízes no passado que se traduzem numa riqueza patrimonial, histórica e paisagística justificativas da classificação Património da Humanidade.

⁹ Tradução nossa

Há ainda uma outra componente que marca o carácter da cidade: a permanência de traços, mais ou menos acentuados da ruralidade, nas suas gentes, nas tradições e nas vivências. É um *Porto Rural* que resulta dos êxodos que a cidade conheceu, proveniente de todo o Norte do país, e que aconteceram com alguma regularidade ao longo de todo o século XX. No entanto, a atractividade do Porto vem desde os tempos medievais, estabelecendo uma relação estreita com o conjunto humanizado do Norte, acabando por absorver determinadas características e assumindo-se como elemento crucial para o contacto com o exterior devido à presença e influência do rio Douro.

2.1.1 O Porto património - O percurso para a contemporaneidade

Traçar o perfil cultural da cidade do Porto é uma tarefa que se apresenta minuciosa e extensa dada a sua riqueza histórica, patrimonial e urbanística e pela multiplicidade de acontecimentos no âmbito político-económico e de índole social que marcaram e marcam a cidade.

Para fazermos uma leitura algo cuidada da paisagem actual da cidade temos inevitavelmente que recuar ao passado e, principalmente, a um passado relativamente recente, pois é nele que vamos encontrar a chave para os elementos contemporâneos.

Um deambular atento pela cidade é preenchido de elementos arquitectónicos que denunciam um período medieval agitado pelas dinâmicas mercantis e de forte presença do poder religioso, assumidamente determinantes para a configuração do centro da cidade.

A muralha primitiva (figura 2) que chegou frágil aos nossos dias circundava o Morro da Sé estando pequenos trechos ainda em condições de serem observados como é o caso do vestígio ainda visível ao cimo da Av. Afonso Henriques.



Figura 2 – Muralha primitiva, junto à sede regional da Associação dos Arquitectos Portugueses. Fonte: autor

Sobre o cubelo aí existente encontrava-se um exemplar de arquitectura civil gótica, cuja parede meridional está hoje integrada na fachada norte da sede regional da Associação dos Arquitectos Portugueses.

A posterior Muralha Fernandina¹⁰, com uma cinta mais abrangente é o reflexo das novas necessidades trazidas com o crescimento demográfico. Esta segunda cinta de muralhas começou a ser construída cerca de 1336, ficando concluída em 1376. O trecho dos Guindais (figura 3), hoje dinamizado com um elevador panorâmico detém uma vista privilegiada da zona da Ribeira e de toda a margem de Gaia.



Figura 3 – Muralha fernandina-trecho dos guindais. Fonte: autor

Existem outros elementos medievais no tecido urbano, uns mais intervencionados que outros, como são os casos da Torre Medieval, da Casa da Câmara, da Casa do Beco dos Redemoinhos, da Casa da Rua da Reboleira, do Muro dos cobertos da Ribeira, do Postigo do Carvão, da Casa do Infante¹¹ que funcionou como Alfândega – Antiga Casa da Alfândega Velha, da Casa da Bolsa do Comércio, da Torre de Pedro Sem, da Torre do Barredo e do Hospital da Confraria do Espírito Santo já na Alta Idade Média.

O poder religioso desta época é traduzido na imponente Sé Catedral e em igrejas de raiz românica e gótica como é o caso da Igreja de Cedofeita, edifício cuja construção remonta possivelmente ao período visigodo sendo, posteriormente, reconstruída em estilo românico. Outros exemplos incontornáveis são a Igreja Conventual de São Francisco (figura 4) e a Igreja Santa Clara, acumulando ambas um maior valor estético e artístico em séculos posteriores pela presença de talha dourada no seu interior. A arte da talha nestes edifícios chega mesmo a preencher todo o espaço das naves e do transepto, onde a raiz medieval da estrutura

¹⁰ Classificada como Monumento Nacional, visível em apêndice iconográfico.

¹¹ A Casa do Infante, a Sé Catedral, a Igreja Conventual de S. Francisco, a Igreja de Santa Clara e a Igreja de S. Lourenço encontram-se classificados como Monumento Nacional.

arquitectónica se dissimula, constituindo o fenómeno a que Robert C. Smith (1963) chamou “igrejas forradas de ouro”.

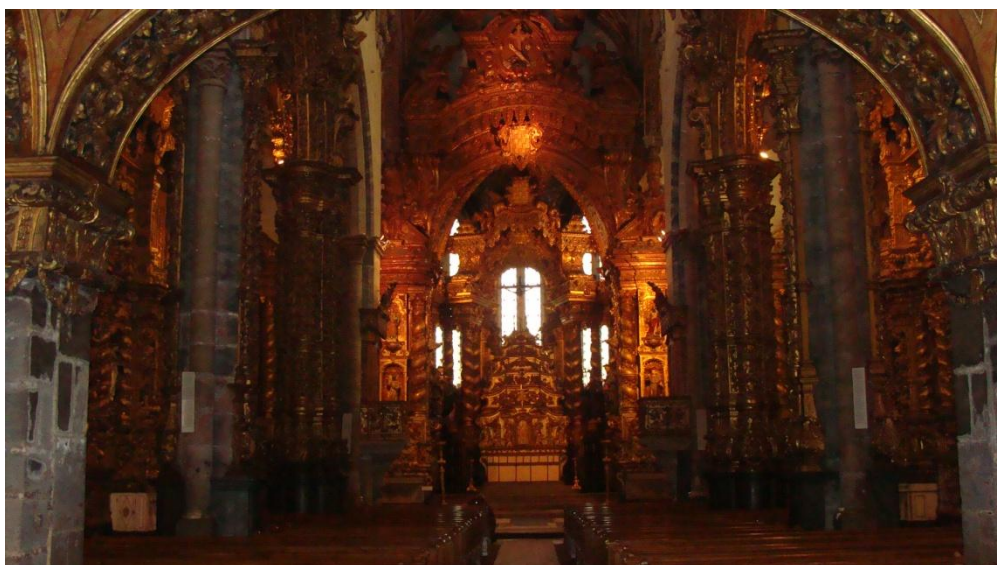


Figura 4 – Igreja Conventual de São Francisco do Porto. Um exemplar do fenómeno das “igrejas forradas a ouro”.
Fonte: autor

É de facto o clero que detém poder para a implantação de grandes obras não só na época medieval mas nos séculos que se seguiram. Antecedendo o produtivo Barroco, o Maneirismo deu à cidade pela mão dos Jesuítas uma obra de grande impacto na paisagem da cidade: a Igreja de S. Lourenço.

Este edifício localizado junto da Sé, também conhecido por Igreja dos Grilos, apesar dos acessos pouco evidentes consegue impor-se na paisagem pela monumental frontaria que ostenta, bem característica da arquitectura jesuítica, onde se acumulam frontões, entablamentos, cornijas, pilastras e janelas.

Nesta época, pelos meados do século XVI, o Porto vivia um intenso período de experiências culturais constituindo-se a mais europeia das cidades portuguesas, uma vez que os contactos que por essa época os mercadores portuenses estabeleciam com a Europa não ficavam apenas pelas actividades comerciais ou marítimas. Alargavam-se aos sectores do pensamento e da cultura sendo por essa via que projectam no quotidiano portuense os ecos da cultura Renascentista já sedimentada nalguns países da Europa.

Do prolixo período Barroco somos presenteados um pouco por toda a cidade com inúmeras manifestações traduzidas na arquitectura civil e principalmente religiosa, nos azulejos, na arte retabular e da talha, na escultura e na pintura. A estética barroca que na cidade obteve grande aceitação conduzindo ao prolongamento temporal da sua aplicabilidade, produziu uma completa transformação na paisagem cultural setecentista que contou com o contributo activo e alargado de Nicolau Nasoni.

No âmbito da arquitectura civil, a cidade possui valiosos exemplares como é o caso da Casa de Ramalde, da Quinta da Prelada, a Quinta da Bonjóia, o imponente Palácio do Freixo e o Palácio de S. João Novo. Contudo, é pela encomenda religiosa que as produções são mais significativas. Dispersas um pouco por toda a cidade, podemos encontrar produções barrocas que resultam de projectos de raiz ou de adaptações nos edifícios, como por exemplo na Sé Catedral, as adaptações efectuadas na capela-mor, na galilé, na sacristia e nos claustros e no Paço Episcopal (figura 5)¹² no Terreiro da Sé que sofreu remodelações pela ordem do Bispo D. Rafael de Mendonça.



Figura 5 – Paço Episcopal. Fonte: autor

Na tortuosa e estreita rua de D. Hugo que passa pelas traseiras da Sé encontra-se a Casa do Cónego Domingos Barbosa, ilustre personalidade da Sé portuense, cuja construção remonta ao século XVIII não estando afastada a hipótese de participação de Nasoni no projecto. Actualmente o edifício encontra-se em perfeito estado de conservação fruto de intervenções já efectuadas, funcionando como Casa Museu¹³, pois acolhe a colecção de arte sabiamente seleccionada por Guerra Junqueiro.

Ainda de encomenda religiosa a cidade possui a Igreja da Ordem do Terço; a Igreja de Santo Ildefonso situada numa posição estratégica na Praça da Batalha, a Igreja de Nossa Senhora da Esperança cuja fachada virada a S. Lázaro e o edifício do antigo Convento de Santo António construído em 1842, que hoje funciona como biblioteca municipal (figura 6), contribuem para uma maior riqueza paisagística do local. Na Rua das Flores impõe-se a grandiosa fachada da Igreja da Misericórdia¹⁴ reedificada em 1748 depois de várias vicissitudes que quase remeteram o edifício para a ruína. Mais uma vez Nasoni deu o seu contributo nesta

¹² Classificado como Monumento Nacional.

¹³ O Palácio de São João Novo e a Casa Museu Guerra Junqueiro encontram-se classificados como Imóvel de Interesse Público.

¹⁴ A Misericórdia do Porto foi fundada por D. Manuel I no ano de 1499. Instalada nos claustros da Sé até 1559, a irmandade sentira, nesses anos, a necessidade de um novo espaço que viria a localizar-se na Rua das Flores. Assim, em 1555, a igreja começou a ser construída não faltando sustento para esta obra rica que conheceu o traço de Nicolau Nasoni na remodelação da nave e da fachada, imponente pela grandiosidade e pela densa decoração vegetalista, bem ao gosto da época. Actualmente a sua importância patrimonial é reconhecida através da classificação de Imóvel de Interesse Público.

obra de estética barroca já com elementos Rococó. Edifício totalmente entregue à estética barroca é a Igreja dos Terceiros do Carmo, à excepção do painel de azulejos que cobre a fachada lateral que datam de 1911. Falta-nos fazer referência a um edifício crucial e de elevada importância patrimonial e histórica: o conjunto arquitectónico dos Clérigos (figura 7)¹⁵ composto pela Igreja e pela Torre.



Figura 6- Biblioteca Pública Municipal do Porto. Fonte: autor



Figura 7 – Conjunto arquitectónico dos Clérigos. Fonte: autor

¹⁵ Classificado como Monumento Nacional.

Este conjunto teve que vencer algumas vicissitudes até à conclusão das obras idealizadas por Nasoni, não só a nível técnico pelo desnível acentuado do terreno, mas a nível dos poderes religiosos que pelo aparato da obra temeram pelas respectivas paróquias. A Torre assume-se no conjunto de forma vigorosa e com os seus 75 metros de altura permite avistar uma área significativa da cidade. A imagem não é tão harmoniosa e regular como a que a Torre Eiffel possibilita do urbanismo de Paris, mas permite ter a percepção do vasto casario e dos recortes na malha urbana.

Quanto à Igreja, sobressai a originalidade do traçado e da disposição do conjunto sem menosprezar a perícia técnica que a construção exigiu. Em Portugal, a Igreja dos Clérigos não encontra paralelo, pelo que nos atrevemos a estabelecer uma proximidade com o corpo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Ouro Preto, no Brasil, iniciada em 1765. O corpo central do edifício desenha uma forma oval, sendo a fachada e as torres recuadas separadas por um segmento côncavo, daí que estabeleçamos a proximidade, conferindo um efeito tridimensional admirável.

Nesta época de exuberância e ostentação onde o Barroco e o Rococó foram o veículo perfeito para a imposição dos poderes religiosos, não podemos deixar de fazer referência à arte da talha que cobriu inúmeros retábulos um pouco por toda a cidade. Neste sentido, apraz-nos dedicar algum espaço ao impressionante revestimento dourado que o interior da Igreja Conventual de S. Francisco acolheu.

O gosto pela talha estava profundamente enraizado no Porto tornando-a uma arte omnipresente e testemunho de um fenómeno de grande significado cultural ao ponto de se constituir original, com cunho próprio numa tradição local dentro do panorama artístico nacional. A talha é por excelência a manifestação artística da Igreja, adquirindo uma vocação figurativa apta a transmitir cenas e episódios sagrados destinados à informação dos crentes. É aqui que a talha não fica apenas como um ornamento decorativo e vai mais longe constituindo-se como “um processo original e convincente de tocar o Crente, levando-o através do estímulo de mecanismos sensoriais, ao entendimento (...) dos princípios fundamentais da Fé Católica” (Alves, 1995, p. 34).

O período Barroco, significativamente explorado em S. Francisco, vai dar especial importância às imagens, à semelhança de todas as outras instituições religiosas, uma vez que estas funcionam como veículo dos conceitos teológicos. Assim, toda a imaginária barroca, hiperbolizada e preenchida de poses teatrais, além de constituir um meio de veneração e apreensão do Divino, é uma forma de encaminhar o crente para uma participação nos assuntos religiosos. A arte passa a funcionar como objecto de poder, dissuasora para as ideologias cristãs face à heresia protestante.

O Barroco Nacional só atinge o seu apogeu no Porto nos inícios do século XVIII acabando por se alargar a toda a segunda década com aplicação de colunas torsas ou pseudo-

salomónicas e uma temática decorativa ligada à simbologia eucarística. Apesar de cada artista fazer a sua interpretação, resultando numa aplicação inventiva e variada, havia elementos de emprego mais frequentes como é o caso das folhas de videira, os cachos de uvas, meninos, pássaros e os contorcidos enrolamentos de folhas de acanto. Muitos dos altares pertencentes a esta estética foram entretanto substituídos por outros, perdendo-se, assim, elementos de estudo desta fase.

Quanto ao Barroco Joanino, amplamente explorado e marcado pela influência do Barroco Romano, contribuiu para o alargamento das novas noções estéticas e para o emprego de uma linguagem artística moderna. A presença de artistas italianos que vieram para Portugal trabalhar, nomeadamente Nasoni, a importação de obras de arte, a circulação de gravuras e tratados como a obra de Pe. Andrea Pozzo (arquitecto e pintor) *Perspectiva pictorum et architectorum*, a qual forneceu vários elementos cruciais da estrutura retabular e promoveu o gosto pela pintura em perspectiva, aplicada em muitas das capelas-mores, representa um conjunto de factores influentes nas produções de talha.

A obra atribuída como pioneira na introdução do Joanino na cidade do Porto é o retábulo-mor da Sé (1727-1730), onde trabalharam Santos Pacheco e Claude Laprade, o qual abre caminho para outros retábulos nesta linguagem onde os “esquemas inventivos e a feita esmerada dos seus artistas” (Alves, 1995, p. 40) contribuíram para o elevado estatuto de qualidade técnica da escola portuense, cuja influência se estende a outras cidades limítrofes como Braga, Barcelos, Guimarães e Aveiro. Assimilada a linguagem joanina, os artistas da escola do Porto desenvolvem elementos regionais como por exemplo as sanefas e os enquadramentos das janelas e os característicos retábulos de vários andares.

O Rococó na igreja de S. Francisco encontra-se ligado a Francisco Pereira Campanhã, que agilmente protagonizou este estilo, atingindo na década de 60 o auge com a sua obra-prima a capela de Nossa Senhora da Soledade (1764) (figura 8).



Figura 8 – Portão do retábulo da capela de N. Senhora da Soledade. Representa o momento áureo desta estética.
Fonte: autor

O tardo-barroco prolonga-se e a penetração de novas ideologias e concepções estéticas encontravam obstáculos.

Contudo, o século XIX é marcado pela presença inglesa que trouxe uma revolução a nível urbanístico, novos hábitos, uma nova hierarquia de valores e novos comportamentos caracteristicamente mais sóbrios fazendo com que a ostentação própria das correntes estéticas anteriores desse lugar a uma valorização do utilitário e não do visual. A ostentação era conotada pejorativamente e não estava de acordo com a ética e a moral cultivadas pela tradição inglesa. O aparato e o brilho eram reservados para a intimidade, para o interior, tal como tinha acontecido com as imponentes obras de talha dourada escondidas pelas fachadas, como aconteceu com o excêntrico Salão Árabe e como aconteceu com os painéis de azulejos da Estação de S. Bento

Este cenário de alguma rigidez conceptual e cultural na cidade não foi favorável ao florescer da Arte Nova que em certos países da Europa já se encontrava amplamente experienciada. Para percebermos o emergir desta frágil corrente estética devemos ter em conta que os confortáveis limites cronológicos que todos procuramos, neste caso à semelhança de muitos outros, não são passíveis de exactidão. A discussão de autores quanto ao emergir da Arte Nova e quanto ao seu declínio daria para uma longa explanação que não vamos abordar.

Quanto ao Porto do início do século XX, ainda vive agarrado ao século passado, permanecendo no seu conservadorismo e alimentando o ecletismo nas suas manifestações artísticas. Só a arte reservada aos espaços públicos destinados ao lazer manifestava alguma flexibilidade experimental como é o caso do Majestic (1921) (figura 9), e A Brasileira (1903).



Figura 9 – Café Majestic localizado na Rua Santa Catarina. Fonte: autor

A própria Educação que o Porto de então conheceu que, supostamente tinha deixado de ser um privilégio para ser uma necessidade, não oferecia estudos jurídicos ou literários remetendo os interessados para um percurso autodidacta como aconteceu com Sampaio Bruno e Júlio Lourenço Pinto, ou então remetia os seus jovens com algum desafogo económico para Coimbra.

Apesar deste cenário aparentemente pouco produtivo, o Porto consegue algum protagonismo enquanto pólo dinamizador da cultura portuguesa sentindo a agitação republicana e assistindo a três acontecimentos marcantes: o percurso cinematográfico do portuense Aurélio da Paz dos Reis¹⁶ (1862-1931); a fundação do Centro Democrático de Instrução Latino Coelho em 1906 e no ano seguinte o lançamento da revista cultural “Nova Silva” de orientação anarquista pela acção de Leonardo Coimbra, Cláudio Basto, Álvaro Pinto e Jaime Cortesão que ainda se encontrava a completar o curso de Medicina.

Em 1910 os mesmos nomes fundam “A Águia” revista preenchida de conteúdos como literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social, que circulou no Porto entre 1910 e 1932. Logo nos primeiros anos de actividade da revista emergiu o movimento Renascença Portuguesa (1912), que tinha subjacente um ideal nacionalista associado, tanto no plano literário como filosófico, ao neo-garrettismo e a um sebastianismo exacerbado. Este movimento é de uma importância cultural incontornável para a cidade uma vez que desenvolveu uma admirável actividade, com aspectos originais, alimentando a ideologia republicana. Os primeiros anos de actividade contaram com o papel activo de Teixeira de Pascoaes (até 1916) e os restantes com Leonardo Coimbra.

O início de século é marcado pela criação da Universidade do Porto (1911) com as Faculdades de Medicina e Ciências, a Faculdade Técnica em 1915 e um esforço crescente na criação e implementação do ensino liceal feminino (1914).

No panorama artístico a permeabilidade a novas estéticas e aos artistas de vanguarda mostrava-se menor roçando quase os limites da reprovção. Veja-se, a título de exemplo, os acontecimentos que se verificaram na sequência da exposição de Amadeo de Souza-Cardoso em 1916 na cidade.

Na actividade artística, à semelhança das outras cidades do território nacional, não há um estilo marcadamente aplicado nem uma filosofia orientadora que conduza a produções coerentes. Retomemos o caso da Arte Nova. Talvez seja ela própria incoerente: se uns vêm nela uma ressurreição do Barroco anunciando um mundo novo, bebendo dos poetas simbolistas a preocupação na individualização, outros, pela ausência da delimitação das suas fronteiras,

¹⁶ Aurélio da Paz dos Reis, homem com negócios de floricultura não resistia ao comércio automóvel francês da marca Minerva nem às máquinas de escrever. A sua astúcia e alcance intelectual fizeram com que despertasse para o cinema e para a fotografia em relevo. Foi na luta pela paixão da sua vida que se aventurou na compra de material adequado para iniciar as suas filmagens. Sem desprezar a influência que os irmãos franceses Lumière exerciam sobre o seu perfil cinematográfico lançou-se nas filmagens de “A Saída do Pessoal Operário da Fábrica Confiança”(Pina, 1986).

confusão das ideias e desordem dos espíritos atribuem-lhe o “fatal descalabro do mal do século” (Champigneulle, 1984).

Enquanto na Europa a essência do espírito Arte Nova, apesar de todas as suas variantes prende-se, fundamentalmente, com uma vontade de evolução social e artística onde cada manifestação possuía as tendências espirituais e expressivas de cada artista, o seu temperamento e sensibilidade numa ânsia de revolução, de um mundo novo, por cá verifica-se pouco mais que breves interpretações locais e individualizadas trazidas a público somente na decoração de fachadas e interiores de casas de comércio e cafés.

No Porto, residia um importante núcleo económico que assentava na indústria e no comércio sendo estes os motores de desenvolvimento da cidade e permitindo ao burgo constituir uma tradição secular neste sector. A pequena e média burguesia numa tentativa de espírito cosmopolita procuravam através das formas que viam no estrangeiro incutir essa essência Arte Nova nas suas lojas comerciais. No entanto, verifica-se que na construção dos seus palacetes, a burguesia, optava pela ocupação de terrenos afastados do burgo, em novas zonas da cidade, onde a ostentação da riqueza era reservada para a intimidade, podendo esta ser uma das explicações para a ausência do fenómeno de uma forma mais alargada.

A burguesia mais abastada vinda do Brasil ou enriquecida com as indústrias florescentes optava pela zona da Foz e Gaia, surgindo palacetes neo-clássicos e ao “estilo francês” os quais conferiam o tão ambicionado prestígio social, algo que não lhes trazia a Arte Nova. Desta forma, “não podia ter grande desenvolvimento, pois lhe faltou o apoio da alta finança nada interessada, em Portugal, na vanguarda artística” (Rio-Carvalho, 1986, p. 27).

“Resignemo-nos. É mal sem remédio! O século XIX está condenado a abrir um parentese na historia. Vai acabar sem ter fundado um estytle” (Macedo, 1895, p. 18). Este é o cenário que caracteriza, não só o panorama nacional como a cidade do Porto. Se em finais do século XIX as elites portuguesas viajavam até Paris por via-férrea para ver as tendências e as novidades numa altura em que a Arte Nova já atingia o seu auge, em Portugal vivia-se ainda fora da verdadeira industrialização e da revolução de pensamento, “vivia-se grande euforia romântica, com os históricos *centenários* por pano de fundo e os *neos* revivalistas a ditarem as regras da arquitectura” (Neves, 1997, p. 24).

Enquanto nas principais capitais europeias o gosto emergia com coerência, ligado a nomes importantes do meio artístico, em Portugal só na primeira década do século XX tomámos contacto com esta corrente estética, apesar de aparecer nos grafismos, do último ano do século XIX, das revistas como “*Brasil Portugal*” e “*Serões*”. À partida os leitores destas publicações serão apreciadores de Arte Nova. No entanto, devem ser uma minoria uma vez que no Porto, apenas surgem “alguns elementos ou pormenores pontuais e isolados, bastante dispersos na arquitectura da cidade, pautando-se a sua frágil presença por um painel de azulejos, uma

varanda em ferro ou mesmo uma janela” (Alves, 2003, p. 137), misturando-se elementos revivalistas com tendências Arte Nova.

O que vamos ter nas nossas produções deste estilo representam uma das muitas facetas da projecção da França na vida cultural nacional, paralelamente à difusão da língua francesa e da crescente facilidade de comunicação entre os dois países. Apesar desta relação de proximidade, a nível artístico ficamos muito distantes. Não quer isto dizer que ficássemos por uma cópia passiva do *Art Nouveau*, antes pelo contrário - “aceitou-lhe os moldes, mas informou-os de certas características específicas” (Rio-Carvalho, 1966, p. 23).

Neste sentido, constatámos a ausência de interesse por parte da generalidade dos arquitectos - salvo excepções como Korrodi, um autodidacta natural de Zurique com formação em escultura e decoração, deixa-nos várias obras enquanto arquitecto por todo o país nomeadamente em Lisboa, Covilhã, Viseu, Braga e Santo Tirso (Pedreirinho, 1988); Raúl Lino, que obteve formação em Inglaterra e Alemanha, revelou-se no desenho de móveis, faianças, têxteis e azulejos (Pereira, 1995, p. 446); e Tertuliano Marques que se destaca ao receber o prémio Valmor em 1921 - por esta corrente artística.

No Porto, é Marques da Silva (1869-1947) que lidera as projecções para a renovação da cidade o qual “não encarnou temporariamente o formulário Arte Nova” (Neves, 1997, p. 28). Maioritariamente a arquitectura deixa, assim, por definir um formulário Arte Nova sendo na generalidade casos que representam apenas um fenómeno de superfície que decora fachadas ou aplica “*devantures*”.

A Arte Nova não impregnou a sua essência na vida cultural da sociedade portuense por variadas razões mas, acima de tudo, pela ausência de um grupo de artistas e de teóricos que a encarassem de forma directa. A cultura portuguesa não desenvolve a corrente simbolista, a qual procura novas experiências estéticas sendo simultaneamente um dos suportes teóricos para o *Art Nouveau*, conduzindo assim para o afastamento do contexto poético, crucial para as realizações artísticas de verdadeira essência Arte Nova. A juntar a isto, a ausência das preocupações industriais não impulsionam a verdadeira teorização desta estética.

Olhando de forma mais atenta para os exemplos que nos surgem na cidade a nível da cantaria, da serralharia, da azulejaria e toda a decoração aplicada às fachadas verificamos, à excepção de raros casos mais significativos, que são manifestações pontuais de uma interpretação local pouco nobre do vocabulário da corrente em questão, onde a própria qualidade estética pode ser posta em causa uma vez que “as indústrias da arte vêem-se pois reduzidas quasi que apenas a esses que, por mediana de faculdades, não poderá erguer o voo - os homens de officio”. Esta qualificação por Manuel Macedo (1895) chega mesmo ao ponto de afirmar que “copiar é mais fácil, muito mais commodo que inventar”.

À partida, o Porto, com maior pujança económica, deveria sobressair em relação a Aveiro e Lisboa na adesão à Arte Nova. No entanto, a poderosa burguesia portuense optava

pelos palacetes “afrancesados” submersos no ecletismo das *beaux-arts* e o “*l’air du temp*” *Art Nouveau* emergia, aqui a acolá, nas “*devantures*” comerciais. A ausência do apoio económico por parte deste sector da sociedade foi, sem dúvida, nociva para as produções portuenses que, paralelamente, carecem de nomes fortes ligados a esta estética. Mesmo havendo divulgação em publicações periódicas que, certamente influenciavam os gostos da época, “as referências que se faziam à Arte Nova, mesmo entre intelectuais e artistas, (...) eram de carácter jocoso” (Neves, 1997, p. 25). Ora, a burguesia portuense não se identificava com este conceito e procurava, acima de tudo, com as suas escolhas estéticas, o protagonismo e *status* social.

A par destas condicionantes, não podemos esquecer a influência da colónia inglesa fortemente instalada no Porto, a qual poderá ter arrefecido com o seu espírito sóbrio, a vontade de adesão ao simbolismo *Art Nouveau*. A presença da colónia inglesa concomitantemente aliada à reformulação urbana dos Almadas, conseguem o prolongamento da corrente neo-clássica na cidade dificultando a aproximação a outra estética. Assim, a Arte Nova fica restrita quase exclusivamente às casas de comércio “no rés-do-chão com habitação no andar superior, raramente grandes imóveis” (Rio-Carvalho, 1986, p. 27), cujos proprietários movidos por uma tentativa de inovação para atrair clientes encomendavam “*devantures*” para as suas fachadas.

As produções azulejares assumem um papel dominante face aos outros materiais utilizados como o ferro, a pedra, o vidro e a madeira, uma vez que permitem com grande facilidade atribuir as “*nuances*” Arte Nova às fachadas dos edifícios, novos ou antigos, de qualquer corrente estética.

O azulejo, extremamente versátil no seu emprego, pode ocupar lugares distintos no edifício. São essencialmente de motivos vegetalistas com uma paleta cromática variada mas um pouco mais intensa das usadas na linha *Art Nouveau* em França, estas em tom pastel (idem, 1986, p. 160). Uns mais comuns que outros, aparecem distribuídos em faixas verticais e horizontais que esquadriam as fachadas; surgem aplicações de painéis previamente concebidos para uma área já definida podendo ser recortados (p.e. destinados ao topo dos edifícios ou para encimarem uma porta); podem aparecer a preencher toda a zona superior do edifício numa faixa constante; e por último um caso pouco frequente em Portugal é o preenchimento total da fachada pelo azulejo – foi pensada esta tipologia para o edifício da rua da Galeria de Paris.

No Porto, a tipologia mais comum é vermos filadas de azulejos contornando a casa junto ao telhado ou sublinhando janelas e varandas. Apresentam representações de gosto popular, pequenas flores formando grinaldas e motivos vegetalistas tratando-se maioritariamente de produções reproduzidas de modelos importados, interpretações de pintores-artífices. Assim, não se encontram grandes e emblemáticas produções neste âmbito, uma vez que “reduz-se o formulário ornamental a declinações florais e animais” (Pereira, 1995, p. 411).

Um exemplo, dos mais conhecidos, é o conjunto de painéis datados da primeira década do século XX na fachada da “Pérola do Bolhão” (figura 10) na rua Formosa. É uma pequena

mercearia com elementos revivalistas e tendências Arte Nova. Presente nos dois painéis que ladeiam a porta de entrada, o exotismo das personagens femininas, envoltas em roupagens de cor intensa, num ambiente que apela ao consumo dos produtos que ali se vendiam, é a constatação de que a mulher continua a ser tema de inspiração e elemento ornamental por excelência desta estética, ainda que numa interpretação condicionada da representação da mulher “fulgurante, espiritual e luxuosa” (Champigneulle, 1984, p. 98) da burguesia francesa.



Figura 10 – A Pérola do Bolhão. Conjunto azulejar revivalista. Fonte: autor

Ao contrário dos azulejos, há dois exemplos de Arte Nova aplicada à arquitectura, aos quais aparecem associadas influências de artistas estrangeiros que construíram um percurso artístico de grande qualidade. É o caso de Paul Hankar e Victor Horta.

Isto verifica-se no caso concreto do edifício da rua da Galeria de Paris¹⁷, n.º. 28, datado de 1906. É notória a fachada em pedra onde se salienta uma magnífica janela circular ao gosto do belga Paul Hankar (Alves, 2003, p. 140), cujos primeiro e segundo andares apresentam uma rica profusão de ornamentos. As suas portas e janelas são preenchidas de incursões vegetalistas e curvilíneas, bem características do gosto Arte Nova (figura 11). O portal principal do rés-do-chão é dividido em três partes, cuja parte central é de maior dimensão onde encontramos o vidro aliado ao ferro. Muitas das pequenas manifestações em ferro Arte Nova aparecem conjugadas com vitrais nem sempre com a mesma linguagem estética. A importância deste imóvel pela sua ornamentação é incontornável sendo classificado como Imóvel de Interesse Público.

¹⁷ Na rua da Galeria de Paris, outrora ocupada pelo Bairro das Carmelitas onde decorria a feira dos ferros velhos do Porto mergulhada na desorganização e insalubridade, a burguesia incomodada com tal cenário exigia alternativas. É neste contexto que surge um projecto de urbanização para a zona sendo proposta para esta rua “uma galeria coberta, envidraçada, com funções comerciais, bem ao estilo e gostos francês e italiano” (Alves, 2003, p.139). Devido à ausência de verbas o projecto acaba por não ser concretizado mas ficou a vontade de renovação desta zona daí o uso pontual da estética. Associado a este edifício aparece o nome do projectista Estevão Eduardo Parada da Silva Leitão, o qual desempenhou funções paralelas no projecto de renovação da área em que o edifício se insere. Actualmente o edifício pertence à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Um outro edifício, localizado na rua Cândido dos Reis, apesar de recorrer a materiais mais modestos apresenta uma fachada com largos revestimentos metálicos de carácter erudito com nítidas influências de Victor Horta onde está presente o movimento, a dinâmica das curvas e contra curvas constituindo um belo exemplar da arte de trabalhar o ferro. Encontra-se igualmente classificado como Imóvel de Interesse Público (figura 12). Estes dois exemplares são de grande qualidade estética seguindo-se-lhes outros, não tão nobres, mas igualmente importantes para a paisagem da cidade.



Figura 11 – Edifício Arte Nova, rua Galeria de Paris. Fonte: autor



Figura 12 – Edifício com aplicações Arte Nova, rua Cândido dos Reis. Fonte: autor

A “Casa Vicent”, localizada na rua 31 de Janeiro é o caso de uma “*devanture*” Arte Nova aplicada a um edifício que nada tem a ver com esta corrente. A sua fachada mantém um trabalho em ferro fundido executado pela fundição de Massarelos, funcionando quase como uma moldura. Além disso na porta está presente um trabalho de bom nível de serralharia artística. É um exemplo crucial da aderência desta estética pelos comerciantes da cidade não só como poder de ostentação como para funcionar de chamariz de clientela. A Arte Nova seria o “marketing” do comércio. Nos seus tempos primordiais, início dos anos vinte, era uma luxuosa e selectiva joalharia.

De facto a moda estava instalada junto dos comerciantes. Da produção das marcenarias saíam “*devantures*, armações e mobiliário Arte Nova destinados a padarias, pastelarias, camisarias (...), realizações modestas que iam pontualmente animando as artérias comerciais de Lisboa e Porto” (Pereira, 1995, p. 446). Só nesta rua, transversal ao importante trecho comercial de Santa Catarina, existem mais duas lojas com aplicação de “*devanture*” nas fachadas, onde revivalismos se misturam impedindo a pureza das linhas Arte Nova. Os dois casos que falaremos de seguida são exemplos de uma intenção de aplicação Arte Nova à decoração de fachadas numa época já tardia. Estamos a falar da “Reis e Filhos” primeiramente uma ourivesaria, actualmente uma loja de vestuário, e da livraria “Latina” com grande poder simbólico na cidade devido ao seu fundador¹⁸. Ambas são posteriores à “Casa Vicent”, criadas num período em que a Arte Nova já entrara em declínio, explicando assim, a pouca fidelidade à sua essência.

Um exemplo que deve ser analisado dentro da sua especificidade é o “Café Majestic”¹⁹, emblemático pela sua história, fachada e decoração interior. Também, aqui, a aplicação Arte Nova, no seu sentido mais fiel, pode ser questionada pela presença de ecletismo da decoração interior onde motivos vegetalistas absorvem-se em elementos classicizantes. Apesar de ser conhecido como o exemplo mais significativo da Arte Nova do Porto, também pela sua localização, não podemos deixar de mencionar que, na nossa perspectiva, não se verifica a pureza das linhas da corrente neste caso, que é o resultado de uma interpretação local com a ideia posta em França, pois tentou criar a luxúria parisiense. O ambiente não deixa de ter o seu requinte próprio conferido pelos dourados, pela aplicação de grandes espelhos lapidados oriundos de Antuérpia ornamentados com esculturas em estuque representando rostos humanos, corpos desnudados e florões num gosto notório pelo ondulante. O chão exhibe materiais nobres

¹⁸ Henrique Perdigão foi o fundador da Livraria Latina em 1942. Homem literato, decidido, inovador, de iniciativa, que dedicou vinte anos da sua vida à elaboração do Dicionário Universal de Literatura, obra prestigiada até no Brasil, onde mantinha estreitas relações profissionais ficando a obra conhecida como “Dicionário Perdigão”. A ele deve-se a iniciativa da primeira página literária no jornal do Porto: “O Primeiro de Janeiro”. Figura carismática, nunca esquecida até pela sua coragem: vendia, por baixo de mão, livros políticos e outros proibidos pelo regime salazarista.

¹⁹ Até aos anos vinte tem o nome de café Elite. A sua história é marcada a 17 de Dezembro de 1921 quando foi constituída a Sociedade por quotas Café Elite, Limitada. A fachada e a entrada da rua Passos Manuel são alteradas mantendo-se até hoje. No ano seguinte que passa a designar-se “Majestic” reforçando o tom do sabor *chic* parisiense. Ao seu projecto aparece associado o nome de João Queirós, admirador das obras do intitulado “arquitecto da cidade” Marques da Silva. Está classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. Nº 8/83, DR 19 de 24 Janeiro de 1983. No final dos anos 80 foi restaurado sendo o projecto da arquitecta Teresa M. Pacheco, reabrindo em 1994.

como mármore indiano e os próprios bancos e cadeiras em couro são gravados, tudo pensado ao mais ínfimo pormenor.

Quanto à decoração de interiores Arte Nova sabemos que não foi aplicada em termos significativos não só no Porto como em todo o País (Rio-Carvalho, 1986, p. 165). Os poucos que se renderam aos seus encantos acabaram por substituí-la progressivamente como aconteceu na luvária Reynaud, na rua 31 de Janeiro da cidade do Porto.

A Arte Nova fica assim marcada como sendo “testemunho de um processo especificamente nacional de rarefacção dos movimentos importados” (Rio-Carvalho, 1966, p. 27), onde o tradicionalismo enraizado conduziu à desvirtualização da sua essência e aplicação.

Esta renúncia da estética em prol de uma sobriedade incutida pela tradição inglesa, aliada ao conservadorismo que marca a cidade é igualmente um traço cultural que não podíamos deixar de referenciar e que, naturalmente, contribuiu para o desenho da paisagem cultural da cidade contemporânea.

Ainda no panorama artístico, o cinema suscitava cada vez mais interesse, pelo que motivava mais trabalhos experimentais conferindo, por consequência, à cidade, um lugar de destaque em âmbito nacional. É neste espírito produtivo que em 1918 a Invicta Film inicia actividade conseguindo a realização de trinta e cinco filmes em apenas seis anos. O Águia d'Ouro²⁰, inaugurado em 1908, apesar de começar como teatro, no espaço de duas décadas converteu-se ao cinema: foi naquela sala que passaram os primeiros filmes sonoros ganhando rapidamente o estatuto de melhor cinema do Porto. A 7 de Fevereiro de 1931 o edifício sofre uma intervenção de remodelação, sendo construída a fachada que hoje conhecemos, degrada e morta.

A revolta de 27 de Fevereiro dá a conhecer à cidade uma instabilidade que se reflectiu nas dinâmicas culturais mantendo, contudo, um espaço alargado para a diversidade de opiniões que só encontraria entraves rigorosos com a instauração formal do Estado Novo.

Nesta instabilidade, as produções literárias, com as suas publicações e periódicos, surgem e esquecem-se com demasiada frequência o que revela a intermitência dos fenómenos literários, os quais acabam por envolver diversas e importantes personalidades do panorama cultural de então, em diferentes datas. É um período de alguma indefinição onde nomes como Mendes Corrêa, Ferreira de Castro, Vitorino Nemésio e Alberto Pimentel aparecem associados às oscilações produtivas da época.

A literatura, à semelhança da rádio, foi vigiada sentindo consequentemente a carência de suportes de difusão e intercâmbio até ao momento em que se verificou uma renovação motivada pela participação nas produções de portuenses, de origem ou adopção, como Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner Anderson e Agustina Bessa-Luís.

²⁰ As projecções terminaram em Dezembro de 1989 remetendo o espaço para a ruína. O destino do Águia, espaço que tivera um papel de relevo na cultura cinematográfica da cidade e que ainda hoje, pela sua localização, se impõe na paisagem, foi repensado na altura do evento Porto – Capital Europeia da Cultura de 2001. Hoje, do edifício resta a fachada e novos desenvolvimentos estão previstos para o espaço.

Na arquitectura, após a renovação urbanística dos alamedas, que além de novas concepções técnicas introduzem uma nova linguagem formal - o Neoclássico, a cidade conheceu algum ecletismo nas suas produções, muitas das quais com o cunho pessoal de Marques da Silva²¹. A sua formação acabaria por influenciar o carácter das obras. Veja-se o caso da Estação de São Bento²², edifício cuja estética revela grande aproximação com a arquitectura francesa da Escola Fontainebleau. A influência francesa das obras de Marques da Silva é igualmente observável no majestoso Teatro Nacional de São João (TNSJ) (figura 13)²³, construído entre 1912 e 1918 e inaugurado a 7 de Março de 1920, que busca inspiração em obras incontornáveis do panorama artístico parisiense como o Louvre e a Ópera de Charles Garnier.

O Teatro constitui-se como um edifício-monumento mas, acima de tudo, como um espaço artístico de referência a nível nacional e internacional.

A soberania e o carácter de excelência artística da obra são o reflexo do conhecimento de Marques da Silva da actualidade técnica e formal dos teatros, bebido em exemplos franceses e ainda pelo consistente conhecimento geral que detinha.

No entanto, mesmo sendo construído já com o avançar do século XX, a obra era o reflexo da formação do autor e da cidade que o acolhe onde um sistema de concepções culturais, sociais e formais que reportavam aos passados séculos XVIII e XIX estavam muito presentes. Esta busca do tempo em que os teatros assumiam uma simbologia de representação social revela que existe uma vontade em reviver uma tradição em declínio, quase uma perpetuação em tempos que não já se aplicavam estes moldes de sociedade.

Quanto ao edifício Palladium (figura 14) que foi ocupado primeiramente pelos Armazéns Nascimento (1914-1927) na rua Passos Manuel apresenta já uma vontade de inovação face à influência francesa. Este edifício torna-se uma referência paradigmática que legitima o percurso actualizado, o rigor construtivo e a experimentação tecnológica do arquitecto, que já havia explorado as potencialidades do betão na obra do TNSJ.

²¹ Nasceu no Porto em 1869, construindo o seu percurso académico na Academia Portuense de Belas-Artes, seguindo depois para Paris, onde obteve o diploma de arquitecto com distinção. Posteriormente, regressou a Portugal, e a excelência dos seus trabalhos permitiram que ganhasse estatuto. Chegou a ser premiado na Exposição Universal de Paris (1900) e na do Rio de Janeiro (1908), com medalhas de prata e de ouro. Académico de mérito da Academia Portuense de Belas Artes e da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, executa os primeiros projectos de moradias particulares e palacetes, por exemplo, a Casa Ramos Pinto, na Granja, é arquitecto da Câmara Municipal do Porto, de 1904 a 1906 e, neste ano, inicia-se na Academia Portuense de Belas Artes, como Professor de Arquitectura. Em 1907 foi nomeado professor de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto, chegando a director em 1913. É um académico de excelência das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, sócio correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes e oficial da Ordem de Santiago. As idas a Paris são algo regulares e uma das viagens é motivada pela problemática dos teatros, vindo a projectar, entre outros, o Teatro Nacional de S. João, tal como acontecerá com o Monumento aos Heróis das Guerras Peninsulares que pode ser contemplado na Rotunda da Boavista. Havia já refeito os projectos da Gare de S. Bento de Avé-Maria (até ao projecto final de 1904) cuja construção prosseguirá até 1916. É igualmente da sua autoria os liceus da cidade, Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas, assim como a nova igreja de Cedofeita. Diversos prédios da cidade contam com a sua assinatura como é o caso do edifício da Companhia de Seguros "A Nacional", na Praça da Liberdade, e dos Grandes Armazéns Nascimento, na Rua de Passos Manuel, transversal à rua Santa Catarina. (Carvalho, 1992).

²² Classificado como Imóvel de Interesse Público

²³ Classificado como Monumento Nacional



Figura 13 – Teatro Nacional São João, Praça da Batalha. Fonte: autor



Figura 14 – Edifício Palladium. Fonte: autor

A Casa Serralves, conjunto arquitectónico composto pela casa, uma capela, parque exterior de grandes dimensões com zonas de lazer e agrícolas, foi encomendado a Marques da Silva pelo 2º Conde de Vizela, Carlos Alberto Cabral. O primeiro projecto, datado de 1925, foi apresentado na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais de Paris, culminando em 1931 com o que seria o risco definitivo da Casa de Serralves. Dos jardins, ficou encarregue o arquitecto e urbanista francês Jacques Gréber, que contava já com uma vasta experiência. Neste processo, o novo gosto geometrizado *Art Deco* desenvolve-se no sentido de uma

sobriedade formal, apoiada conscientemente na valorização plástica da técnica, que constituirá a base de trabalho do nosso modernismo experimental.

Posterior ao cunho pessoal que Marques da Silva deu à cidade, a arquitectura do Porto do século XX foi marcada pelo Estado Novo durante a sua vigência (1926 e 1974). A resistência a novas estéticas imposta pelo Regime não facilitou a permeabilidade das propostas arquitectónicas mais inovadoras que os arquitectos da corrente modernista tentavam explorar.

Esta corrente modernista da arquitectura desenvolve-se em Portugal nas décadas de 20 e 30 tem uma expressão marcadamente geracional. Contra todas as expectativas da sua formação revivalista e eclética, os arquitectos modernistas nascidos entre 1896 e 1898, como Carlos Ramos, Cassiano Branco, Pardal Monteiro, Cristino da Silva, Cottinelli Telmo, Jorge Segurado e Rogério de Azevedo enveredaram pela renovação linguística explorando as potencialidades do betão, contudo sem uma reflexão teórica, pois não absorveu os princípios ideológicos do movimento moderno internacional. O que se verificou, segundo Tostões (1997), foi a aplicabilidade simultânea de um vocabulário formal modernista internacional e de uma vertente eclética-historicista e regionalista.

Para percebermos verdadeiramente a corrente modernista na arquitectura nacional, o contexto das suas obras e os impasses que esta estética conheceu é fundamental analisarmos as diferentes épocas: anos 20 e 30, “os duros anos 40”, “os verdes anos 50” e “os ‘pop’ dos anos 60” (Tostões, 2004).

As primeiras décadas do século XX são marcadas por uma tendência cautelosa na adesão aos modelos progressistas que a Europa já conhecia avançados técnica, conceptual e ideologicamente, pois havia ainda a preocupação com a valorização das especificidades nacionais da cultura. É na sequência de uma maior abertura ideológica que surge a partir de meados da década de 20 a corrente modernista, explorando já as potencialidades funcionais e estéticas do betão armado. A ideia de tecnologia que a aplicação do betão armado adquiriu, foi sendo assumida, até aos anos 30, como a linguagem cultural necessária para a racionalidade que a estética impunha. Neste processo, o gosto Art Déco caminha para o despojamento formal, valorizando as potencialidades plásticas, volumétricas e geométricas da aplicação da tecnologia betão armado. Aqui encontramos os “alicerces” do modernismo experimental português que fluirá através de três elementos-chave da estética: Carlos Ramos, Pardal Monteiro e Cristino da Silva.

As décadas de 20 e 30 produzem ainda os estilos tradicionais. Contudo, verifica-se uma vontade de ruptura em cidades como Porto e Lisboa através da exploração de novas linguagens. As cidades ansiavam por uma nova arquitectura, moderna, inédita e cosmopolita, um movimento de renovação dos hábitos, gostos e formas, numa arquitectura principalmente de encomenda privada. Por exemplo, no Porto, as lojas iam aproximando-se da potencialidade

gráfica Art Déco como verificamos na farmácia Vitália, da autoria de Manuel Marques (1890-1956)²⁴, concluída em 1933.

Paralelamente ao comércio, a habitação mostrou-se permeável à experimentação, como é o caso da Casa Serralves e da corbusiana casa da Rua Honário de Lima que no final da década de 30 já assumia um radicalismo moderno denunciando o arquitecto Viana de Lima²⁵ (1913-1990) um acompanhamento da contemporaneidade internacional, tendência que só seria retomada nos anos 50. Este exemplo de arquitectura moderna aplicada à habitação é crucial não só na cidade como no País pois tratava-se da primeira vez que o vocabulário modernista era aplicado na sua essência mais pura e com influências do ideário formal e construtivo que Le Corbusier defendia.

Este ideário modernista conheceu fortes entraves durante toda a década de 40 preenchida pelo monumentalismo do programa das obras públicas do Regime que respirava um carácter historicista e regionalista, sem abandonar a narrativa de raiz clássica que o aproximava dos modelos nazi e fascista de então. O Regime não torna Portugal permeável à ruptura ideológica em favor da imposição dos valores históricos de um pátrio passado heróico, balizados entre um Império e um Portugal rural, estático face à mudança, pois estava em causa a história colectiva. Esta valorização da “alma” portuguesa é notória através da campanha de intervenção nos Monumentos Nacionais, aclamando os valores da nacionalidade e toda a simbologia inerente.

Esta estagnação da aplicação da criatividade modernista só enfraquece nos anos 50, altura marcada pelo pós-guerra e por consequência pelo repensar da política económica do Estado Novo. Foi uma década de ruptura mas também crucial, pois nela podemos buscar as chaves da contemporaneidade. Se num período anterior reinava a tendência nacionalista, monumental e ruralizante, nesta década de reacções retomam-se as vontades já esboçadas nas primeiras décadas modernistas em Portugal (20 e 30).

A agitação cultural trazida com o pós-guerra e a nova situação política, económica e social que abre a primeira grande e preocupante crise no Regime, trazem a oportunidade de resgatar a vontade modernista e de lhe atribuir novos contornos. Estes contornos prendem-se com a integração ideológica da corrente que tinha escapado à primeira fase, onde a modernidade correspondia apenas ao fruto de um processo construtivo inédito que empregava e explorava as

²⁴ Manuel Marques nasceu a 25 de Dezembro de 1890 em Avintes, Vila Nova de Gaia. Pertencia a uma família já ligada às artes, mais especificamente à talha. Pai e irmão entalhadores, Manuel Marques chega mesmo a dedicar-se à actividade da família. O seu percurso académico é dividido entre a Academia de Belas Artes do Porto, onde conhece Marques da Silva, e Paris, enquanto estudante bolseiro. De regresso a Portugal, dedica-se à actividade de projectista em regime liberal num ateliê na Rua Miguel Bombarda. A sua carreira foi próspera realizando mais de 150 obras. São várias as cidades do Norte que acolhem obras do arquitecto entre elas Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Braga e Aveiro. O seu percurso foi também marcado pela nomeação de professor da Escola Superior de Belas Artes do Porto no ano de 1927. Desempenhou ainda funções como vogal da Comissão de Estética da Câmara Municipal do Porto.

²⁵ Alfredo Evangelista Viana de Lima nasceu em Esposende em 1913. Frequentou a Escola Superior de Belas Artes do Porto, colaborando posteriormente com a mesma escola enquanto professor entre 1961 e 1983. A sua ligação a Corbusier estava muito presente quer nas suas obras, quer na sua vida pelo que participou de forma regular nos congressos internacionais dos arquitectos modernos, tutelados por Corbusier. Na década de 60 dá início à actividade de consultor da UNESCO e da Fundação Calouste Gulbenkian desenvolvendo trabalhos de qualidade a nível da preservação e restauro dos monumentos portugueses espalhados pelo Mundo.

potencialidades de novos materiais. O modernismo, nos “verdes anos 50” já não é uma simples gramática pelo que conquista toda a dimensão ética e moral que a corrente encerra.

Não só a absorção da verdadeira essência modernista marca este período, que pode ser considerado a segunda fase do Modernismo em Portugal, sendo a primeira nos anos 20 e 30 com uma efémera adesão. É também, de igual modo, um passo importante para os arquitectos que percebem que só um trabalho consistente e unificador tem a potencialidade de constituir uma plataforma difusora da ideologia moderna e atenuar a continuação da tradição na arquitectura alimentada pelos movimentos cíclicos de atraso e modernização desde o início do século. É com este espírito colectivo que se apostam em estratégias como as ICAT (Iniciativas Culturais de Arte e Técnica), onde a figura principal é Keil do Amaral; no Porto a ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos); a Revista Arquitectura que assegura de forma crucial a divulgação das obras de arquitectos da nova geração em paralelo com a referência a nomes internacionais da corrente como Le Corbusier, Gropius e Marcel Breuer.

No Porto, foi a encomenda privada, dinâmica e empreendedora, que impulsionou o aparecimento de obras livres dos códigos da monumentalidade exigidos pela Ditadura na obra pública, estimulando o emergir de linguagens de ruptura e de atitudes cosmopolitas.

O Porto, distante do poder, cidade comercial e burguesa precisava incutir novos códigos estéticos aos seus edifícios pelo que já desde 1945 acolhia projectos de elevado interesse como o Cinema Batalha (1946), o Mercado do Bom Sucesso (1949), o Palácio Atlântico (1946-1950), entre outros e respectivos arquitectos, com obras representativas de diferentes fases do Modernismo.

Neste registo estético e com influência directa na arquitectura portuense destaca-se Carlos Ramos (1897–1969), o culto, esclarecido, aberto homem do Mundo, crucial na história da arquitectura moderna da cidade, não tanto pelo exercício da sua formação, mas enquanto professor. Após um longo percurso por Lisboa, é na Escola de Belas Artes do Porto que acabará por ver o seu pensamento traduzido, a partir de 1940, quando substitui Marques da Silva e assume as funções de professor interino da 4ª cadeira de arquitectura. Pedagogo de mérito, Carlos Ramos, distingue-se pela introdução de uma série de inovações no ensino da arquitectura.

Rogério de Azevedo (1899-1983) deu à cidade uma obra notável representante da estética moderna: a inovadora Garagem do jornal “O Comércio do Porto” (1928) onde procura tornar o objecto arquitectónico permeável a uma fácil leitura estética e teórica pacificamente enquadrada no contexto urbano. Para isso teve em conta a multiplicidade de pontos de vista e a vontade crescente de dar forma à cidade pela aplicação de um discurso teórico arquitectónico bem definido. Todo este cuidado e pensamento estruturado tinha como objectivo conseguir uma fisionomia arquitectónica adequada ao programa, aos matérias e às técnicas construtivas que não resultassem numa divergência com a panorâmica urbana.

O arquitecto recorreu à composição clássica visível nas regras de simetrias, no ritmo, na proporção, no contraste e na escala, na hierarquização dos volumes que em conjunto asseguram uma linguagem unificadora do edifício cuja fachada denuncia a articulação equilibrada entre o clássico e o moderno. A linguagem classicizante está presente na simetria e no rigor e a modernidade no novo entendimento de espaço que renova o tratamento da parede, entendendo-a como superfície permeável a uma plasticidade e não apenas como massa portante.

O espaço destinado à construção do edifício, de características específicas apresentando uma esquina não foi um entrave à criação do arquitecto. Antes pelo contrário. Aproveitou essa condição projectando o edifício em torno de um eixo de simetria diagonal coincidindo com a esquina. Explorou as potencialidades do betão dotando a obra de dois alçados praticamente simétricos, articulados por uma torre cilíndrica que marca a construção pela sua expressividade volumétrica. O jogo de formas é despojado de qualquer ornamentação privilegiando a liberdade programática e o uso de materiais ainda pouco explorados como o betão. Olhando para o edifício como um todo percebe-se o seu carácter experimental pela implantação do vão de entrada aberto no ângulo do edifício e a rampa helicoidal da garagem assim como o recurso a pilares fungiformes. A Garagem enquanto fruto do pensamento criativo é uma obra que marca a arquitectura modernista portuguesa e constitui um símbolo incontornável desta época na cidade do Porto, pela sua linha purista e sóbria, pela coerência formal do seu todo, pela expressão de continuidade e fluidez da esquina.

Artur de Andrade formou-se na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), sendo o seu percurso de vida marcado pela política e pela construção de uma carreira sólida na arquitectura. Na cidade, começa a evidenciar-se em 1947, ano em que foi convidado pela Associação Industrial Portuense a elaborar projecto para o novo palácio de exposições nos Jardins do Palácio de Cristal, destinado às comemorações do 1º centenário da sua fundação. Contudo, a rejeição do seu trabalho pela Câmara, alegando ideologias políticas contra o Regime acaba por afastar o contributo do arquitecto nesta obra.

A sua personalidade rendida ao Modernismo acaba por se revelar na elaboração do projecto para o Cinema Batalha (figura 15) obra emblemática de uma certa arquitectura que se afirma moderna e provocatória contra as formas de representação do poder. A obra torna-se tanto mais emblemática quanto se implanta num lugar estratégico do centro da cidade, numa atitude clara de recusa de compromissos com a História. Situado nas proximidades do “Águia”, o edifício que ocupou o lugar do antecessor Cinema *High Life*, com as suas linhas dinâmicas e a fachada de forte presença, marca a panorâmica da Praça da Batalha.

A nível construtivo, o projecto evidencia significativo arrojo na utilização de estruturas de betão armado que, mesmo sem a imponentia presente no Coliseu, consegue marcar pela inovação e diferença.



Figura 15 – Cinema Batalha. Fonte: autor

Artur de Andrade estava destinado a ser um homem polémico, de escolhas mal entendidas, pela subtileza com que manifestava a sua radicalidade política. Esta postura de vida foi transmitida para a sua carreira profissional e o Cinema Batalha não absorve o espírito provocador apenas no desenho, mas também, pelo conjunto de obras de artistas plásticos convidados pelo arquitecto, num registo de interdisciplinaridade que vinha sendo habitual nos seus projectos²⁶. Paralelamente ao significado artístico e à plasticidade das obras, estas continham uma intenção provocadora, pelo seu carácter neo-realista e de oposição ao Regime. A polémica instalou-se e os frescos de Júlio Pomar colocados nos foyers foram recobertos e do baixo-relevo de Américo Braga foram retirados a foice e o martelo.

Cassiano Branco (1897-1970), o mais inventivo e cosmopolita modernista da sua geração, nascido em Lisboa, dá o seu contributo a várias cidades do país incluindo ao Porto, quando entra na reformulação do projecto para o Coliseu (1939), edifício que, com a sua intervenção, adquiriu um estatuto de referência urbana. Incute à obra uma maturidade própria da sua consistente carreira, sendo este projecto o último da sua obra moderna.

O carácter de modernidade dado ao projecto concretizou-se através da fachada onde encontramos denunciado o movimento interno dos espaços que o arquitecto imaginou para a circulação de multidões. Segundo Portas (1977) Cassiano desenvolveu aquilo que já tinha experimentado no Éden (1930-1937), ou seja a tendência para movimento e a sua ideia cinematográfica do espaço. É no primeiro projecto que realizou, publicado em 1937 e designado como Teatro Passos Manuel que se verifica já esse expressionismo na resolução do espaço de entrada e no agenciamento do átrio que com uma imponente escadaria dupla, centralizada no colossal espaço de triplo pé-direito que, por sua vez, se bifurca para cada um dos lados, conquistando uma maior grandiosidade do que aquela que encontramos no Éden. É por isto que,

²⁶ Outras obras de Artur de Andrade eram complementadas com o contributo de artistas convidados como no caso do café Rialto situado na Praça D. João I (1944), que acolhe murais e esculturas de Abel Salazar, Dórdio Gomes e Querubim Lapa

dentro do período considerado do primeiro modernismo português, Cassiano Branco foi o arquitecto “mais criativo e aquele em que o papel da cidade foi mais deliberadamente assumido” (Almeida, 1986, p.121)

Da arquitectura contemporânea enraizada na ideologia modernista, a cidade contou com Fernando Távora (1923-) – arquitecto e professor no Porto e em Coimbra - nome incontornável da arquitectura portuguesa que, sem negar a modernidade ou o caminho já conquistado pela vanguarda, buscou o seu cunho pessoal na continuidade de uma tradição, influenciando a contemporaneidade com uma conjugação entre História e vanguarda. Dá à cidade do Porto um número considerável de obras, demasiadas para todas serem enunciadas aqui. Por isso, damos o exemplo da Quinta da Conceição onde o seu génio procurou tirar partido de cada material empregue, inculcando estímulos sensoriais através das escalas, do rigor da composição dos planos, da autonomia, da austeridade e do carácter intimista que revela inspiração na espiritualidade japonesa.

Foram seus alunos de Távora, Siza Vieira e Souto Moura que notoriamente absorveram influências da carreira do mesmo. Álvaro Siza (1933-), por sua vez, resgata a temática das vanguardas históricas sendo a sua originalidade a forma como aplica materiais tradicionais numa articulação entre a racionalidade/intelectualidade e o sensorial. Siza é marcante pela importância que dá ao contexto e á envolvente pelo que projecta com a preocupação de valorizar as potencialidades da morfologia pré-existente. Essa sensibilidade pela envolvente aplicada num diálogo entre o novo e o existente é visível em obras como a Casa de Matosinhos (1954); na Casa de Chá da Boa Nova (1958-1964) e na Piscina da Quinta da Conceição (1956).

À “Escola do Porto” encontramos, ainda, associados outros nomes como Alcino Soutinho e Pedro Ramalho cujas obras, em sectores distintos, são a prova da vivacidade da arquitectura portuense.

Pela Área Metropolitana do Porto (AMP) estão ainda dispersos outros exemplares de “Obras Modernas” que julgamos significativos pelo que passamos a identificar os seguintes: Edifício IBM (1946-1951), na Rua Sá da Bandeira; o Mercado do Bom Sucesso (1949-1952) na Rua Júlio Dinis; o bloco da Rua Costa Cabral (1953); a Faculdade de Economia do Porto (1961); a Piscina de Leça da Palmeira (1961-1966).

Quanto ao Edifício IBM, foi um projecto conjunto entre Arménio Losa e Cassiano Barbosa ao qual inculcaram de forma clara os pressupostos do Modernismo representando a permeabilidade da cidade do Porto para a interpretação das propostas latentes de um novo esquema e de novas soluções técnicas e formais.

O Edifício que acolhe o Mercado do Bom Sucesso, pelas características do terreno e numa maximização de espaço, é disposto em três pisos o que permitiu o estabelecimento de lojas individuais no exterior e no interior. A concepção espacial organiza-se por zonamentos, onde as bancas foram sectoriadas por produtos a comercializar. O edifício que descreve uma

ligeira linha curva tem a cobertura em abóbada que permitiu que se abrissem largas fontes de iluminação natural o que confere dinamismo ao seu todo. A fachada do principal edifício abre em pórticos estruturando-se ao eixo da praça que confina com os dois principais arruamentos do mercado.

O bloco habitacional da Rua Costa Cabral é da autoria de Viana de Lima e o que do ponto de vista urbano mais se aproxima do formulário Corbusiano, pelo recuo em relação à rua, implantando-se de forma independente da envolvente. Esta gestão da área construtiva permitiu a criação de um espaço exterior ocupado por um jardim que separa e protege os habitantes da circulação automóvel. O projecto inicial previa a construção de vários blocos pondo em prática princípios urbanos racionalistas o que iria conferir ao conjunto o estatuto de primeiro caso da grande escala moderna à cidade. Contudo só avança a construção de um bloco à face da rua onde as características estéticas e técnicas do arquitecto se evidenciam como o recurso à métrica do Modulor, a racionalidade da organização espacial e a absorção de soluções de Marselha (Corbusier) como a inclusão de um piso técnico e a formalização das chaminés.

Quanto à Faculdade de Economia do Porto é, igualmente, de Viana de Lima que lhe aplicou um sentido extremo de regularidade e racionalidade não apenas à disposição modelar, mas na escolha dos materiais. Assim, a composição geral transparece o ritmo da horizontalidade, volumes prismáticos, monumentalidade e austeridade cromática numa possante experiência plástica tirada do betão equilibrada com transparências conferidas pelos vidros aplicados. O esquema que está subjacente à organização interna edifício recorre a modelos já largamente experimentados neste tipo de edifícios tornando de fácil legibilidade a hierarquização dos espaços. Quanto ao interior, quem visita a faculdade sente-se esmagado pela grandiosidade de espaço onde impera o cinzento do betão animado pelas fontes de luz natural.

Pelo que foi exposto percebe-se que a transformação cultural que a cidade sofreu até à actualidade produziu um Porto que acompanha a evolução mas mantém-se fiel ao seu característico tradicionalismo, num processo marcado umas vezes pela sede de vanguarda e por outras manifestamente conservadoras. O dinamismo da urbe não deixou cair na estagnação os seus agentes, dotando-os de capacidade de inovação e superação. O granítico Porto, detentor de um espírito único que não cedeu à pressão da uniformização do mundo contemporâneo, é fiel a si próprio. A relação com o Rio Douro marca desde os primórdios as suas gentes, as suas actividades, o seu lugar face ao restante território nacional e ao Mundo. O trajecto do seu leito continua a ser determinante para as dinâmicas que se traduzem na paisagem da frente ribeirinha e na Foz. A Ribeira continua a ter como companhia os rabelos que outrora transportavam as pipas do Vinho do Porto e a ponte D. Luís I²⁷ (inaugurada a 1886) que ocupou o lugar da

²⁷ Classificada como Imóvel de Interesse Público.

primordial “Ponte das Barcas” (1806)²⁸ e a sua sucessora “Ponte Pênsil”²⁹ (aberta ao trânsito em 1843).

No *Porto Património* faz sentido falarmos do seu mais importante ex-líbris: o Vinho. Conhecendo as oscilações produtivas e comerciais desde os seus primórdios até às inovações tecnológicas que permitem minimizar a fragilidade do sucesso das colheitas, o Vinho do Porto soube adaptar-se para vencer. A produção encerra um know-how sabiamente acumulado e aperfeiçoado ao longo de séculos, transmitido por gerações sucessivas aliando, hoje, modernidade e tradição.

A dependência comercial da cidade em relação ao Vinho ficou no passado. Hoje, com os gostos educados, o mercado é o Mundo. Do mercado inglês e brasileiro conquistado até 1900, expandiu-se para França, Países Baixos e Bélgica, denunciando a dependência pela Europa. A clientela diversifica-se e a grande novidade surge quando Portugal se impõe enquanto mercado de consumo. Os investimentos em vinha são cada vez mais significativos acompanhando a conquista de mercados por todo o Mundo. A evolução do consumo exigiu que o produto e o produtor se adaptassem: verificam-se esforços para minorar a dependência em relação ao clima e um maior controlo sobre as pragas que comprometiam as colheitas. Contudo estes não são os únicos desafios. A falsificação ganhava espaço surgindo a necessidade imediata da “criação do selo de garantia em 1941 e mais recentemente o engarrafamento na origem, que de 1960 a 1991 subiu de 6 para 81% do volume exportado antes de passar a ser praticamente obrigatório a partir de 1996” (Ramos, 1994, p.605).

A marca Vinho do Porto impulsionou a cidade e o país para o conhecimento global fazendo com que a Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro conservasse uma paisagem cultural digna da sua classificação e as suas gentes fiéis à tradição. O Alto Douro Vinhateiro foi acrescentado em Dezembro de 2001 à LPM da UNESCO, tendo sido classificado como paisagem cultural evolutiva viva. O Douro possui uma paisagem marcada por declives e vales e recortado pelo rio que se assume como a espinha dorsal e contribui para a presença de importantes habitats naturais.

No Douro, podemos contemplar uma imensa escultura de encostas onde a oliveira e a amendoeira acompanham a cultura da vinha, as quais conferem uma organização específica dos terrenos, animados pelo casario branco que raramente se encontra junto ao rio. Nestas aldeias podemos encontrar marcas identitárias únicas do património material e imaterial e alguns exemplos de arquitectura vernacular.

Esta paisagem cultural, com características privilegiadas detém potencialidades exploradas tanto a nível da produção do vinho como e, mais recentemente, a nível do turismo

²⁸ A entrada dos exércitos franceses no Porto a 29 de Março de 1809, numa segunda invasão protagonizada pelo General Soult, motivou a fuga dos habitantes da zona ribeirinha para a Ponte das Barcas. Esta acabando por ceder atirou para o Rio Douro milhares de pessoas. As Alminhas da Ponte, obra do escultor José Joaquim Teixeira Lopes, constituem desde 1897 o marco devocional que recorda o triste episódio que marcou a história da cidade. Pela sua importância detém a classificação de Imóvel de Interesse Municipal.

²⁹ Os pilares da Ponte Pênsil estão classificados como Imóvel de Interesse Público.

cultural. Para além de uma reconhecida importância ecológica, encerra valores patrimoniais de relevo cuja beleza fica também a dever-se à presença do rio navegável e a um conjunto de afluentes. O interesse turístico é também alimentado pela existência de um caminho-de-ferro que, juntamente com os barcos, levam até ao Douro significativos fluxos de turistas e visitantes.

Esse eixo natural, o Douro, permite que a cidade do Porto mantenha uma ligação privilegiada e de invulgar beleza com o Alto Douro Vinhateiro, da qual dinâmicas turísticas mais direccionadas começam a ser implementadas. Por outro lado, a localização próxima das caves permite que o Porto funcione como um vértice das rotas turísticas.

Um pormenor interessante é pensarmos que o Vinho do Porto deu um contributo importante no panorama artístico com a produção dos rótulos para as garrafas e com os seus cartazes publicitários à medida das necessidades de cada época. As empresas perceberam a importância da divulgação e a produção gráfica dava resposta a estas necessidades com produções mais ou menos exuberantes, mas sempre com elementos apelativos, de elegância e requinte, associados ao consumo do Vinho do Porto.

2.1.2 O Porto rural

Depois de traçarmos o perfil de um *Porto património* cabe agora uma abordagem ao *Porto Rural* repleto de tradições e onde a religiosidade é vivida intensamente, tanto pelo espírito como pelas romarias. Este *Porto Rural* é, naturalmente, marcado por uma franja da população que não está presente no *Porto Cosmopolita*, vanguardista e experimental. É uma população agarrada a dogmas, que tendo as suas raízes em zonas ruralizadas, transportou para a cidade um tradicionalismo que perdura de geração em geração, um tradicionalismo a que as gentes urbanas apenas se mostraram parcialmente permeáveis.

O *Porto rural* é Património Imaterial com atitude e dialecto próprios, com celebrações e festividades irrepetíveis em todo o Mundo. É o Porto que sai à rua no S. João e partilha da sua sardinha com o estrangeiro deslumbrado e absorvido pelo espírito da festa; é o Porto que aflui à Avenida dos Aliados assiduamente, pois todos os motivos são bons para serem festejados; é o Porto marcado pelas lojas centenárias.

O Porto sempre manteve o magnetismo próprio das cidades e a sua área metropolitana tem conhecido um crescimento exponencial fruto da deslocação das populações do interior do país. Na verdade, o Grande Porto, durante todo o século XX e, principalmente na segunda metade, absorve os êxodos que deixavam para trás aldeias e pequenas vilas que já não respondiam às necessidades de empregabilidade e de qualidade de vida, ultrapassando o aglomerado portuense, em 1991, um milhão de residentes. Este Porto moderno mas cauteloso é,

por isso, conhecido como filho do Norte inteiro e a cidade acima do Mondego que conta com o maior número de habitantes.

O Porto conhecia bem o significado da emigração. Se por um lado, o seu magnetismo captava fluxos consideráveis e fixava-os, por outro funcionava como embarcadouro para destinos como o Brasil, numa primeira fase e depois para a Europa. Do Porto saiu em 1912 um número considerável de pessoas com destino ao Brasil, repetindo-se a mesma tendência até aos anos 30. Entre os anos 60 e 70 uma nova vaga de emigração fez do Porto o seu embarcadouro para a Europa. E nesta lógica de partidas e chegadas a cidade foi construindo um potencial atractivo que revigorou depois do 25 de Abril, gerou riqueza, expandiu-se e mostrou aos que a ela afluíram que não foi em vão que abandonaram parcialmente as suas aldeias.

Se traços de ruralidade se podem descortinar nestas gentes que transportaram e mantiveram hábitos muito próprios, também podemos adivinhar nos portuenses em geral os moldes da herança tripeira marcada por uma burguesia mercantil abastada mas nem sempre cosmopolita. É quando o Porto sai à rua que se evidenciam os seus traços de “rapioqueiro”, de autenticidade e sentido de partilha. As festividades do S. João são o exemplo mais claro e representativo da essência do tripeiro que se envolve e se sacrifica por causas comuns, que trabalha com ânimo sem esperar recompensa, que se anula enquanto ser individual para se dedicar ao espírito de grupo.

Mas afinal, qual é o santo João que motiva tal sacrifício e dedicação? A cidade conhece uma poderosa afluência nesta noite para festejar o S. João, mas certamente que grande parte dos foliões não sabe de que João se trata. É do conhecimento geral que existem dois santos chamados João: o Evangelista e o Baptista.

Um pormenor curioso é que os dois Santos Joões – Evangelista e Baptista – são consagrados por alturas dos solstícios de Inverno e Verão, respectivamente. Aliás, como adianta Hélder Pacheco (2004) no seu Livro de S. João “na tradição greco-romana existia a noção de ‘portas solsticiais’ visando a alternância das estações e os ciclos vegetais, a que os dois santos parecem adaptar-se, porquanto um apresenta, no coração do Inverno, a luz ascendente até ao Verão, e o outro introduz na plenitude do Verão, a luz descendente até ao Inverno”.

O Santo João – Baptista e Precursor – parece então adequado ao estatuto de patrono cívico e exclusivo da festa, não fosse o surgimento de uma nova perspectiva sobre a hipotética influência de um santo bairrista e caseiro e, por isso, seria a esse atribuída a comemoração. Esta teoria ganhou consistência ao ponto se de afastarem o Evangelista e o Baptista. O S. João que ganha neste esgrimir de protagonismo é um outro, nascido no Porto, talvez no século IX depois de Cristo de nome João de Terzónio.

O eremita João de Terzónio emigrou para Tui, passando lá a sua curta vida, pois faleceu ainda muito jovem no dia 24 de Junho. A partilha do protagonismo com S. João Baptista deve-se, unicamente, ao facto das datas serem coincidentes, mas com significados distintos. É difícil

contentarmo-nos com estes esclarecimentos visto que há tradições associadas à festa do S. João que nos remetem para celebração do solstício como a fogueira de S. João que, por sua vez, nos remete para o Santo Baptista. A verdade é que a ausência de sustentação documental credível não permite que haja a clarificação das muitas dúvidas que se colocam ao caso.

Em contexto popular, o S. João, festa que o país conhece celebrada de 23 para 24 de Junho não representa apenas uma noite de folia com os martelos a agitarem milhares de cabeças que deambulam pelos pontos fulcrais da cidade histórica e os alhos-porros atirados aos narizes mais sensíveis e à cabeça do sexo oposto. O alho-porro, a que alguns autores atribuem uma conotação erótica, vem quebrar regras na noite de folia, numa terra onde o exclusivismo matrimonial é apurado e ao menor atentado explodem reacções. Isto é, na noite de S. João, os homens podem atirar os alhos a qualquer mulher que por eles passe e que lhes chame à atenção sem que haja uma resposta agressiva e insultuosa por parte do legítimo. A mesma liberdade é dada às mulheres de empunharem o alho.

As festividades são-joaneiras são a causa pela qual os mais incríveis esforços são mobilizados. Numerosos dias de entrega antecedem a festa que culmina com o cada vez mais sofisticado espectáculo de fogo-de-artifício que une as duas margens do Rio Douro numa pacífica e partilhada motivação: festejar. O desconhecido passa rapidamente a amigo num ambiente de partilha e de aceitação, onde cada casa e cada janela surgem enfeitadas a rigor.

Na semana do S. João tudo é pensado ao pormenor, sendo nesta altura que assistimos às verdadeiras instituições sanjoaneiras – as cascatas (figura 16).



Figura 16 – Cascata tradicional de S. João. Fonte: <http://fotos.sapo.pt>

A sua origem está envolta nalguma obscuridade, contudo Hélder Pacheco (1986) adianta que “a teoria lógica é a de que – tal como os ‘tronos’ do Santo António lisboeta e numa

derivação cultural, paralela à das ‘rochinhas’ e ‘lapinhas’ madeirenses – teriam origem na tradição dos presépios”.

Na tradição portuense, as cascatas são documentos essenciais do talento popular que envolvem crianças e adultos, em grupos ou individualmente. As crianças ocupam-se dias antes à montagem da sua cascata com a recolha de elementos que serão utilizados na construção da envolvente da mesma como pedras, musgo, ervas, galhos secos, areia, cartão e outros materiais, que conforme a imaginação, podem ser empregues no acto criativo. As personagens e figuras são várias, feitas de barro e bastante coloridas vindas algumas de Barcelos e dispersas pelo comércio tradicional do Porto, com significativa concentração no Bolhão e estabelecimentos envolventes.

Quanto à composição criativa, nela representam-se capelas, igrejas e santos, numa espécie de presépio de Natal. Qualquer canto, de qualquer rua serve para montar as cascatas, umas mais rebuscadas que outras. Em brincadeira, as crianças depois de montarem as suas cascatas ficam junto das mesmas à espera que sejam recompensadas com umas moedas que os transeuntes vão deixando – dizem elas: “um tostão para o S. João”.

As cascatas mais rebuscadas assumem dimensões consideráveis, pois, nelas, se representa o casario, cenas do quotidiano, o percurso do comboio, elementos identificativos da cidade animados mecanicamente. As cascatas que geralmente não ultrapassam um metro de altura representam um universo humanizado e local, com homens, mulheres, animais e gestos do dia-a-dia. As procissões, romarias, corridas e ciclistas rebanhos, retratos de trabalho, moinhos e outros elementos tradicionais são igualmente representados.

A cascata com maior protagonismo é a das Fontainhas, montada na fonte ali existente e que assume uma relevância incontornável, pois “as figuras de tamanho natural e o realismo da cena em que o Santo baptiza Cristo têm sido, ao longo dos anos, motivo de peregrinação obrigatória” (Pacheco, 1986, p.202). Para além da cascata das Fontainhas há, pela cidade, várias cascatas monumentais que foram surgindo como a dos Bombeiros Voluntários da Preciosa, no Souto de Contumil, no Largo de António Cálem, na Corticeira e na Foz.

Para além das habituais cascatas há uma tradição profundamente enraizada neste processo de “ir à festa” e de “fazer a festa” – as rusgas. Para pessoas alheias aos rituais da cidade, rusga pode ser entendida como uma acção de carácter policial que visa a captura de pessoas ou de objectos previamente indicados como suspeitos. Na cidade, as rusgas são conjuntos mais ou menos significativos de pessoas, neste caso romeiros, que nos bairros, nas ruas ou nas freguesias se apeavam de forma organizada para percorrer trajectos tradicionais que os levavam às romarias da cidade e seus arrabaldes.

Este ritual repetia-se não só pelo S. João envolvendo as pessoas de Paranhos, Ramalde, Campanhã, Foz e Gaia, mas também pela altura do Senhor da Pedra, do S. Cosme, do Senhor de Matosinhos e de S. Bartolomeu, todos fora da cidade. “Sig’a Rusga” é a expressão por

excelência destes rituais de cariz espiritual mas de forte componente folclórica onde os foliões se fazem acompanhar dos merendeiros, dos indispensáveis instrumentos musicais, ajudados pelas gargantas bem afinadas pelos “bebes” abundantes e as pernas fortalecidas pelos “comes” caracteristicamente substanciais.

De facto, não só as festas e as romarias preenchem a tradição portuense. A caprichada e apurada culinária que enche o prato e alegra a alma é o eixo nevrálgico da convivialidade e dos rituais da cidade. As tascas de dimensões e apetrechos característicos multiplicam-se um pouco por toda a cidade dando resposta à procura por parte dos reformados, sempre fiéis ao sabor tradicional e, mais recentemente, de grupos universitários que se converteram às tripas, ao vinho servido na tigela de barro e, por força dos tempos, à francesinha.

Para a generalidade dos nortenhos, em particular os portuenses, comer “bem” é sinónimo de comer “bem feito”. O “comer” (leia-se refeição) deve ser temperado, apurado, bem condimentado, com gordura na medida certa para que o conduto não se torne desinteressante e, claro, abundante. Quanto às sobremesas e doces devem igualmente ser soberbos, vistosos e gordos de “rebenar um cristão”. Aqui podemos encontrar as principais características próprias da mesa tripeira, obrigatoriamente farta e diversificada, conforme a época ou a festividade que se impuser. Se o Natal é marcado pela presença do bacalhau (quanto mais grosso melhor), pelos doces de bolina e de chila é, da mesma forma, marcado pelas rabanadas e pela aletria que se assumem incontornáveis no desenho da mesa natalícia, para o conforto dos mais gulosos.

O Entrudo sempre agitado pelas máscaras que numa primeira fase eram de fabrico artesanal, toscas, grotescas e por vezes medonhas, dão lugar a máscaras standardizadas, pouco tradicionais e criativas, pois obedecem às novas leis de consumo. As vestes mudaram mas a essência é a mesma, de liberdade de espírito, de atrevimento, energia e folia que acaba à mesa onde o porco e derivados vindos do fumeiro recheavam a mesa e satisfaziam os mais exigentes.

Na Páscoa, depois do sacrifício que a espiritualidade impunha ao corpo, havia a desforra no “Boi da Páscoa” e no pão-de-ló de Margaride³⁰ que se serviam depois da missa do domingo de Páscoa, num almoço que reúne toda a família, sendo o resto do dia passado à mesa e adoçado com amêndoas da mercearia tradicional e centenária Januário. Nesta época do ano é visível o apego aos rituais e a vontade de manifestação da espiritualidade cristã, pois todas as casas se abrem, enfeitadas, enceradas e de mesa posta, para o compasso que leva Cristo na cruz para ser beijado, benzendo os lares por onde passa. Por ser um ritual com tendência a diminuir, pois cada vez mais as famílias optam por se deslocarem em férias nesta época e a malha urbana não facilita, os compassos são mais frequentes no centro histórico da cidade, percorrendo as ruelas e os bairros e fora da cidade, nas freguesias periféricas e com menor densidade populacional.

³⁰ A confeitaria Margaride especializou-se no fabrico artesanal do pão-de-ló, o qual conseguiu um estatuto invejável conhecido até fora da cidade. Negócio familiar, passou de geração em geração o segredo das medidas e quantidades a utilizar no fabrico do pão-de-ló. Por força das vontades e pelas vicissitudes que o tempo trouxe esta referência na doçaria do Porto encerrou os seus serviços

Por ordem do calendário, o S. João é a festividade que se segue e com maior simbolismo na cidade. Se a noite de S. João é marcada pelas barracas da sardinha assada e do caldo verde, o dia dedicado ao santo é preenchido com um almoço onde não falta a carne de carneiro acompanhada do arroz de forno e para sobremesa o bolo de S. João com frutas cristalizadas, nozes, amêndoas, licor, rum, conhaque e leite. É por altura do S. João que os farnéis de Verão se vão compondo tendo como destino a praia ou o pinhal. Não se pense que por ser farnel que o estômago tripeiro se vai contentar com menos ou com propostas mais “leves”. Enchidos, presunto, broa de Avintes ou a domingueira regueifa, azeitonas e vinho fazem do dia uma animação e os bailaricos e o jogo da malha só terminam quando o garrafão escoia.

Fora das épocas festivas as propostas gastronómicas são variadas, mas igualmente substanciais. Das tripas aos “rijões”, do sarrabulho às iscas com arroz de feijão malandro, sem esquecer a francesinha, as “comezainas” do Norte criaram um povo alegre, rapioqueiro, com fortes vivências de bairro e de rua, generoso e motivado para festejar a vida, sentado à mesa que ainda preserva traços de ruralidade e tradição, aliados à modernidade.

2.1.3 O Porto cosmopolita

Como vimos anteriormente, o Porto encerra uma forte carga simbólica pela sua história, cultura e Património, com marcas idiossincráticas e um perfil que acompanha as transformações, mas mantém-se fiel ao seu tradicionalismo e conservadorismo.

Neste *Porto cosmopolita* tentamos retratar as dinâmicas culturais e de sociabilidade da cidade, fazendo uma análise das indústrias criativas, dos agentes e da programação cultural de diferentes instituições em âmbito público e privado que se assumem incontornáveis para a vida cultural do Porto.

O Porto atravessou o século XX com marcas de sociabilidade e convivialidade muito próprias, que consideramos importantes de referir. A vida colectiva da cidade, umas vezes dedicada à cultura, outras, dedicada ao mero encontro social, passou pelas academias, pelas tertúlias, pelos clubes e associações, pelas cooperativas e grupos informais, que marcaram os acontecimentos e as dinâmicas da mesma em tempos idos. Alguns de carácter mais efémero, outros que criaram um forte vínculo com a cidade, souberam modernizar-se e hoje assumem um lugar de destaque nos vários domínios da vida urbana. Entre eles podemos referir a Feitoria Inglesa, o Ateneu e o Clube Fluvial.

Este retrocesso serve para explicar a cidade que temos no século XXI, que mantém o seu espírito associativo, as suas tradições de convívio, mas que despontou para um mundo mais agitado: o das indústrias criativas, da programação cultural, dos eventos e da liberdade

experimental que vão construindo um *Porto cosmopolita*, que marca a imagem da cidade, esta “cada vez mais ilegível, num momento em que alguns interpretam positivamente como a ‘explosão’ de uma estética da diversidade” (Lopes, 2001, p.181).

Diversidade é o que encontramos quando analisamos a produção cultural da cidade e os agentes que nela participam, influenciando a pluralidade da sua imagem cultural e o seu potencial enquanto espaço aberto ao experimentalismo e à vanguarda.

A iniciativa *Porto 2001* foi a grande aposta para o fortalecimento da imagem cultural da cidade, cujos resultados foram questionados por muitos, reconhecendo-lhe lacunas e falhas no cumprimento dos objectivos que se esperavam alcançados, os quais se prendem, genericamente, com as “potencialidades políticas e estratégicas dos eventos. Ou seja, aos efeitos mais amplos e duradouros que são passíveis de gerar localmente: efeitos de revitalização do ambiente cultural urbano, mas também, por seu intermédio, de requalificação urbanística e socioeconómica” (Ferreira, 2004, p.3).

À parte estas discussões parece-nos justo reconhecer ao evento um papel crucial, na medida em que trouxe um novo fôlego à configuração do panorama cultural da cidade. A multiplicidade de iniciativas que surgiram depois da CEC pode ser entendida como o resultado do ambiente produtivo e agitado que esta deu a conhecer, abrindo caminho para mudanças e progressos.

Estas mudanças e progressos encontram-se não só em eventos de maior envergadura mas também em produções alternativas que encontram espaço de afirmação, em pequenos nichos, junto de uma nova geração da cidade que alimenta o “rasgo” da inovação e da diferença. Nesta situação podemos fazer referência ao *Plano B*, em actividade desde 2006 na Rua Galeria de Paris, que acolhe iniciativas culturais, concertos, artes performativas, não esquecendo a projecção de filmes. Este espaço multidisciplinar, animado por um Bar, acolhe o espírito criativo da cidade e fomenta a actividade crítica, sem remeter para o elitismo dos públicos, como se verifica nos eventos promovidos em Miguel Bombarda pelas diferentes Galerias, mas seleccionando de forma refinada as iniciativas. A sua actividade tem vindo a ganhar peso na cidade enquanto foco dinamizador da zona em que está inserido. A Rua da Galeria de Paris, pelo seu perfil específico, tem conhecido dias agitados e noites animadas, assistindo-se a uma maior vivência desta parte da cidade, em geral pelos públicos mais jovens, em particular pelos estudantes universitários, que encontram em espaços como o *Plano B* uma programação que satisfaz as suas exigências culturais e de sociabilidade.

Seguindo esta linha, um outro espaço que se impõe na oferta alternativa é o *Maus Hábitos*, espaço de intervenção cultural, como se assume, com presença de BAR/Cafetaria que cultiva um ambiente de partilha e troca de experiências estéticas. Localizado na Rua Passos Manuel, ocupa desde 2001 o espaço que fora utilizado pelos GNR para finalidades de ensaio. O mentor do projecto, com formação artística deixou o seu cunho pessoal no projecto, fazendo

dele um elemento magnético das propostas artísticas e culturais que vão surgindo na cidade, no âmbito das performances, da música, da poesia e da fotografia, apostando em oficinas e em exposições temporárias. Caracteriza-se portanto, por uma programação cosmopolita e eclética, selectiva mas aberta a vários segmentos que têm traçado novos caminhos na direcção de uma maior permeabilidade da cidade ao experimentalismo.

Estes são dois exemplos cruciais para percebermos que na cidade surgem fenómenos culturais, de interesse e relevo, uns mais efémeros do que outros, mas todos com reflexos positivos no alargamento de públicos para a programação cultural. Tão importante como a qualidade estética das iniciativas é a capacidade crítica, a sensibilização e a descodificação que estes espaços proporcionam a quem os visita, num ambiente de aprendizagem informal. É importante que a cultura deixe de ser um elemento estranho e passe a ser um elemento de partilha, impulsionador de novas dinâmicas e com reflexos positivos na revitalização da urbe.

Ainda neste âmbito, podemos referir outros agentes que dão um contributo significativo para uma maior dinamização da cidade, não pela vertente exclusivamente cultural, mas pela abertura ao convívio e à pluralidade de actividades, como por exemplo o Café Guarany, o Black Coffe, O Majestic, o Clube dos Fenianos Portugueses e a Livraria Lello.

Num papel de importância extrema para a dinâmica cultural da cidade, encontram-se as Indústrias Criativas que se traduzem nas “actividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento e com potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual” (idem, p. 16)

Adoptando o que se encontra proposto no estudo macroeconómico sobre o “Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte”, a definição de Indústrias Criativas integra um leque de actividades variadas e que naturalmente se apresentam com grande diversidade entre si:

Quadro 4 - Actividades contempladas nas Indústrias Criativas. Fonte: Serralves e tal. (2008)

Subsectores
Publicidade
Arquitectura
Artes Visuais e Antiguidades
Artesanato e Joalharia
Design
Design de Moda
Cinema, Vídeo e Audiovisual
Software educacional e de entretenimento
Música

Artes Performativas
Edição
Software e serviços de informática
Televisão e Rádio

Uma outra abordagem presente no mesmo estudo organiza as Indústrias Criativas em três grandes grupos de actividades, seguindo a proposta da Utrech School of Arts:

Quadro 5 - Grupos de actividades das Indústrias Criativas. Fonte: idem

Arte e Cultura	As indústrias que se encontram, de alguma forma, dependentes do investimento público. Contempla ainda as indústrias consideradas estratégicas ao nível da inovação. Neste grupo podemos encontrar os grupos de teatro, museus, salas de espectáculo, entre outros.
Media e Entretenimento	Neste grupo podemos encontrar as estações de televisão e de rádio, sendo a sua existência assegurada em parte pelas receitas da publicidade.
Artes Aplicadas e Serviços Prestados	Aqui encontramos organizadas actividades como a Moda, o Design e a Arquitectura, e serviços de consultoria.

Seguindo esta última organização das áreas das Indústrias Criativas, a cidade do Porto, através dos agentes criativos, pode encontrar um *cluster* emergente e encará-lo como um meio para consolidar a atractividade da sua imagem de lugar e desencadear processos de regeneração urbana. É do agrupamento Arte e Cultura que a cidade conhece um maior número de iniciativas, através das “lojas de artesanato e actividades com ele relacionadas (...) e dos bares, logo seguido pelos ateliers de Design e de Arquitectura” (centro histórico plano de gestão, p.143).

Paralelamente há outros espaços que complementam a dinâmica das Industrias Criativas como é o caso das associações culturais, os numerosos ateliês que acolhem diversificadas propostas que vão desde a cerâmica à fotografia e às artes plásticas, as escolas artísticas, as galerias, que na cidade se concentram maioritariamente em Miguel Bombarda, as livrarias, os museus, os teatros e lojas alternativas claramente voltadas para um público jovem e urbano.

A atracção da população jovem para a cidade é, não só uma condição essencial para a variedade de propostas criativas e de melhor qualidade, como uma consequência do empreendedorismo (nem sempre devidamente apoiado) nesta área. Os jovens consomem e frequentam espaços cuja oferta seja esteticamente de qualidade e representativa da diversidade da cidade enquanto espaço para a heterogeneidade.

Às Industrias Criativas devem-se-lhes reconhecer vantagens que se prendem com a regeneração urbana anteriormente falada e simultaneamente com captação de fluxos turísticos, no âmbito do Turismo Criativo o qual prevê a interacção reflexiva por parte do turista e a proposta de actividades com carácter altamente distintivo dos lugares e não de familiaridade com o consumidor como é o caso de grandes eventos CEC. Para além das Industrias Criativas consideramos que na cidade, dentro e fora do CH, encontram-se agentes culturais cuja programação e actividade revelam-se intensas sendo significativas de se referenciar aqui.

O Porto oferece através das suas instituições culturais uma programação diversificada, de qualidade, umas mais elitistas que outras, mas todas procuram dar respostas aos seus públicos-alvo. Vejamos o exemplo da Casa da Música, marcante pela arquitectura e pelo seu carácter inovador, símbolo da CEC 2001, que se instala como um ícone cultural da cidade, acolhendo espectáculos onde a diversidade de géneros e estilos aliada à qualidade são as principais características da sua programação cultural. Pólo incontornável da divulgação cultural no País assume-se como espaço de afirmação de produções nacionais e estrangeiras que encontram na gestão artística da instituição a ambição da internacionalização.

Do Jazz ao Clássico, da Electrónica às actividades experimentais, a Casa da Música não estreita o seu público-alvo uma vez que um dos seus objectivos enquanto plataforma cultural é incentivar a educação artística levando a música à população em geral, aos segmentos mais novos e mais desfavorecidos da cidade, em particular. Está assim afastada a possibilidade do carácter elitista da sua oferta que para além dos espectáculos abre-se a outras iniciativas como congressos e encontros de músicos e musicólogos incentivando a investigação. Devemos ainda destacar a importância dos Serviços Educativos pela transversalidade das iniciativas que acolhe direccionando fortemente a sua acção sobre os mais novos e a programação de eventos de entrada livre como o bem sucedido concerto realizado no dia de S. João.

Fazendo uma breve referência a outro agente dinamizador cultural na cidade, a Fundação Serralves é fulcral para a imagem de um *Porto Cosmopolita* que extravasa os contornos do CH. Esta instituição que vem alargando o seu campo de actuação e captando uma maior diversidade de públicos, por exemplo através da iniciativa “Serralves em Festa”, apresenta uma programação cultural irrepreensivelmente dinâmica, multidisciplinar e de grande qualidade, sensibilizando o público não só para a sua área de excelência – Arte Contemporânea – mas também para as questões ambientais através das actividades que se promovem no Parque, de carácter regular, funcionando como uma oferta complementar maioritariamente direccionada para os Serviços Educativos. A paisagem natural, a biodiversidade, a energia, o uso da água, a Natureza e os animais, as conversas “verdes” e o contacto com a terra são alguns temas que o Parque promove nas visitas que acolhe, em ambiente familiar (“Serralves em Família”), ou escolar.

O debate e a reflexão encontram incentivo no espaço do Auditório que acolhe tão numerosas quanto diversas propostas de pensamento sobre a cultura contemporânea, colóquios e seminários. A preocupação em proporcionar condições favoráveis de acesso ao conhecimento é constante em Serralves pelo que promovem workshops e cursos dispondo ainda da Biblioteca, cujo acervo é direccionado para a Arte Contemporânea, a Arquitectura, a Natureza e o Paisagismo.

Significativa importância neste conjunto assume o Museu e a Casa pelo carácter do projecto museológico que assenta em duas vertentes: por um lado a criação de uma colecção de arte contemporânea nacional e internacional de reconhecida importância; por outro, constituir-se como pólo incontornável de promoção de Portugal no Mundo. A Casa, por sua vez, apresenta-se como uma importante extensão do Museu, acolhendo as exposições temporárias e funcionando como sede da Fundação. O Turismo Cultural é outra oferta da Fundação que programa viagens cujos destinos são altamente apelativos para quem se interessa pelas questões do património e da cultura. A temática que dá mote para a viagem é de grande especificidade encontrando aqui a vertente elitista da instituição.

Deslocando a atenção para o CH é passível de ser identificada a acção crucial de agentes culturais para a construção da imagem de um *Porto Cosmopolita* como o Teatro Nacional São João (TNSJ), o Teatro Experimental Carlos Alberto (TECA) que desde 2003 se encontra sob a responsabilidade do TNSJ, e o Coliseu.

O edifício que hoje conhecemos ocupado pelo TNSJ, resulta do projecto encomendado a Marques da Silva depois do incêndio a 11 de Abril de 1908 ter destruído completamente o primitivo Real Teatro de São João, obra do italiano Vicente Mazzoneschi que respondeu à vontade de Francisco de Almada e Mendonça nos finais do século XVIII.

A data de 1992 marca a passagem do edifício para o património do Estado sendo de seguida adoptada a designação de TNSJ que conhece nos seus primeiros anos de vida um carácter predominantemente musical na programação. O grande período de crescimento da instituição verifica-se com a entrada de Ricardo Pais para a direcção, portador de um perfil artístico peculiar e de uma formação académica consolidada que o conduzem ao estatuto de criador teatral residente evidenciando-se pela transdisciplinaridade que incute nos seus projectos.

Sedimentado o seu estatuto no panorama artístico português, cresce a vontade de impulsionar o TNSJ para os circuitos internacionais de criação teatral acolhendo criadores e encenadores estrangeiros.

A programação evolui numa linha muito própria deixando reservado para o TECA as iniciativas de carácter mais experimental. No TNSJ as propostas são rigorosamente seleccionadas e trabalhadas resultando em espectáculos de uma invulgar coerência estética aliada ao perfeccionismo técnico que vão habituando o público à excelência das suas produções.

Na sua programação não encontramos só qualidade mas diversidade pelo que o TNSJ trabalha com numerosos autores, de características muito próprias, nacionais e da dramaturgia universal conferindo uma maior riqueza à sua oferta e por consequência cativando um maior leque de consumidores culturais. Esta diversidade está presente não só nos nomes que surgem associados às criações mas na tipologia das produções abrindo espaço para a Dança, para a Performance, para a Música e para o Canto.

O TNSJ está consciente da importância que foi adquirindo para a solidificação e diversidade da paisagem cultural do Porto, assim como na fidelização de públicos, pelo que o próximo passo assentou na edição de textos e no lançamento de suportes digitais com produções realizadas no seu espaço. O TNSJ associa ao seu nome, para além do TECA, o Mosteiro de São Bento da Vitória que desde 2000 acolhe o Centro de Documentação do teatro com uma biblioteca e um arquivo de artes performativas. É de salientar que este novo espaço acolhe vários serviços do teatro e funciona como palco de apresentação de trabalhos e programas complementares.

Quanto ao TECA, situado na Rua das Oliveiras, ocupa o edifício do antigo Auditório Nacional Carlos Alberto que, após a mudança de proprietário e de obras, abre as suas portas como espaço dedicado à criação autónoma ou de colaboração com companhias e criadores da cidade, mas sobretudo abre-se para o Porto como ponto de circulação inegável para uma parte significativa da produção portuguesa contemporânea. A sua própria localização alimenta esta vontade de constituir um pólo de circulação na cidade, uma vez que se encontra numa zona com significativas potencialidades de expansão no âmbito cultural e de lazer pela proximidade a outros espaços culturais e até mesmo de convívio e animação nocturna, aliadas ao conforto que essa área proporciona para habitar.

O TECA distingue-se dos restantes espaços pelo seu carácter marcadamente experimental e contemporâneo aliado à intenção de estabelecer pontes entre o privado e as companhias independentes da cidade, permitindo uma melhor qualidade do espectáculo e, por consequência, uma projecção mais alargada destes trabalhos acolhendo, simultaneamente, nomes que dão os primeiros passos na performance.

A aposta em jovens autores e criadores emergentes é uma das características que marca a estratégia de produção do TECA que acredita nas vantagens do trabalho em rede e na partilha de informação e experiências que resultam das parcerias que estabelecem nomeadamente com o Balletteatro, a Visões Úteis (companhia portuense) e a Culturgest.

O contributo para a cidade a nível do trabalho e da programação do TECA é indiscutível não só por dar oportunidade aos que se iniciam, mas por conseguir trazer os jovens a um espaço de cultura e de partilha, onde o contacto com o palco ultrapassa as barreiras tradicionais aproximando o público dos artistas. De facto, os espectáculos do TECA encerram uma

ambiência muito própria levando o público a tal proximidade fazendo-nos sentir parte integrante da composição.

O TECA insere-se num núcleo privilegiado das dinâmicas de lazer e convívio da população jovem da cidade que dá vida aos alternativos estabelecimentos nocturnos como o Plano B. Há ainda a salientar o movimento cada vez mais intenso que a Rua Galeria de Paris conhece nos dias de hoje, atraindo jovens e estudantes universitários para as redondezas. É a partir desta afluência que o TECA canaliza parte dos seus públicos que por isso são maioritariamente jovens.

A imagem de um *Porto Cosmopolita* fica mais enriquecida e diversificada com a actividade regular do TNSJ e do TECA que apresentam uma programação bem adaptada ao consumo cultural da cidade impondo-se, ambos, no circuito nacional e até mesmo nas dinâmicas de referência internacional. O primeiro conquistou o seu espaço pelas opções artísticas de grande qualidade técnica e estética e pelos nomes que lhe estiveram associados como Ricardo Pais que continua a ser admirado pela cidade e pelos portuenses, embora não esteja directamente ligado ao TNSJ na actualidade. O segundo foi conquistando a cidade e hoje dá o seu contributo para a paisagem cultural a nível da criação e promoção de espectáculos que primam pela excelência criativa e técnica acreditando, simultaneamente, no talento emergente concedendo oportunidades às novas mentes da área.

Por último, o Coliseu, localizado na Rua Passos Manuel, é o agente que maior simbolismo encerra pela sua longa presença na vida cultural da cidade e pela multiplicidade de espectáculos que acolhe desde a sua inauguração, em 1941, enquanto sala de espectáculos. O seu percurso até à actualidade não foi pacífico traduzindo-se nas inevitáveis oscilações na programação. A vida do Coliseu pode ser entendida em três fases: a primeira desde a sua abertura (1941) até 1991 ano do seu cinquentenário; a segunda até 2001 e a terceira fase que corresponde aos anos posteriores do evento CEC até à actualidade.

Na sua primeira fase, o Coliseu assumiu-se como espaço polivalente e aberto a múltiplas áreas e temáticas captando por isso diferentes segmentos de público, mas uma partilhada noção de pertença e popularidade. Nesta altura a programação acolhia todas as iniciativas que poderiam resultar num bom espectáculo para a cidade, uns mais restritos, outros de carácter transversal. Apesar desta aparente tranquilidade os anos 80 deixam transparecer problemas que vão ter reflexos directos naquela a que designamos por segunda fase da vida do Coliseu.

Em 1995, fruto da decadência de anos antecessores, o Coliseu conhece dias menos auspiciosos no momento em que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) avança com a intenção de compra do espaço. É neste momento que toda a importância e simbolismo que o edifício representa para a cidade se traduzem num movimento reivindicativo por parte dos portuenses, sensibilizados para a importância do património da cidade, que culmina com a

constituição da associação sem fins lucrativos “Associação Amigos do Coliseu do Porto”. Ultrapassados alguns problemas, a normalidade parece assente na vida do Coliseu que experimentou oscilações várias não só na sua programação, mas enquanto espaço cultural.

A terceira fase é marcada pelo Porto 2001 onde a programação se tornou flexível, abrangente e dinâmica para dar resposta à afluência acrescida dos diferentes públicos-alvo numa altura em que os equipamentos culturais da cidade trabalhavam em rede para atingir uma oferta de qualidade, à altura do evento. A partir de então, o Coliseu abriu as suas portas para espectáculos ecléticos de diferentes estilos musicais e artísticos de afluência variada.

Assim, podemos entender o Coliseu como um importante agente dinamizador da cidade e um elemento catalisador de iniciativas, ainda que a sua linha de programação não assuma um carácter vincado, ao contrário do verificado no TECA e no TNSJ. É por esta actividade estável e pelo perfil eclético que o Coliseu se assume um forte agente polarizador da cultura na cidade, contribuindo para a convergência de identidades e para a construção de uma identidade múltipla e dinâmica.

Esta análise de um Porto *Património, Rural e Cosmopolita* dá-nos a perceber a alma do lugar, o seu génio e espírito que o diferenciam de todos os lugares do Mundo. É a alma de uma cidade que possui um vasto manancial simbólico que encerra um “campo semântico impregnado de significações e rituais (...), espaços de culto e altares” cada um com a alma que lhes confere encanto, singularidade e carácter (Lopes, 2001, p.181).

O estatuto de singularidade pode ser conquistado em duas vertentes: a histórica (objectiva) e a sensorial (subjectiva). Na primeira vertente, esse carácter “que cada cidade reclama não é sinónimo de uma identidade autocentrada e fechada em si mesma. Cada cidade reivindica para si própria um lugar específico e marcante na história do País” (Fortuna; Peixoto, 2002, p. 23). Isto é, determinado espaço torna-se único por divulgar e valorizar marcas do passado e do presente, criando geossímbolos e conseguindo através de uma imagem identificadora marcar a sua posição face a outros espaços. Na segunda vertente o sentido de singularidade constitui-se através de um cheiro, de uma tonalidade, da ambiência, da sonoridade, do vazio ou do preenchimento, da atmosfera, da identidade das suas gentes.

A cidade encerra, também, uma forte componente simbólica enquanto espaço para a experiência colectiva depositaria das aspirações individuais. Nela “procuramos um retorno aos primeiros arquétipos da memória” (Serpa, 2001, p.104) incutindo-lhe uma carga nostálgica e utópica. O lugar da cidade é marcado por uma fachada, por um pormenor arquitectónico, pela simbologia dos espaços, pela malha urbana e pela sua história. Há lugares onde o amanhecer ou o entardecer reflecte uma luz especial e nos proporciona experiências únicas. A alma do Porto contém todos estes elementos conjugados num jogo de contrastes animado pela ligação ao Rio que ditou o crescimento do núcleo urbano em forma de cascata. O Porto granítico que se

preenche de cascatas encerra múltiplos miradouros da cidade e da vida, de paisagens captadas por cada um e por isso variavelmente sentidas.

O lugar do Porto é marcado pelas casas envelhecidas, pelos vestígios do ontem e do antigamente, pelas montras que discretamente acolhem aquilo que todos julgávamos já não existir, pelo granito que assenta ruelas centenárias, pelos contrafortes da arquitectura que denunciam uma cidade medieval próspera, pelos muros, muralhas e escadarias desniveladas que nos dizem o quanto foi cobiçada. Esta alma transmite-nos um sentimento de nostalgia e de apego, de identificação e sentido de pertença exprimidos com palavras próprias e uma entoação única. O Porto quer ser e precisa ser lido de forma sensível para que seja valorizado, “mas seja qual for o modo como nos surge o *genius locis* é sempre produto das nossas percepções e do entendimento da realidade. Serve-nos para encontrar na cidade as conexões que justificam a atracção que os lugares exercem sobre nós” (Pacheco, 1999, p. 36).

2.2. O desenho urbano

Neste ponto onde trataremos o perfil urbanístico da cidade do Porto temos como objectivo desenvolver um raciocínio que tenha como eixo nevrálgico encontrar resposta à questão: “Que paisagem cultural tem o Porto?”. Se no ponto anterior procuramos a caracterização do *Porto Património*, do *Porto Cosmopolita* e do *Porto Rural* e posterior análise das diferentes paisagens que daí possam resultar, queremos agora, mediante uma caracterização da cidade do ponto de vista urbanístico e do planeamento perceber qual o impacto que tem para a constituição da paisagem. Nesta análise será contemplada uma abordagem aos projectos e iniciativas concretizadas na cidade, bem como às intenções futuras e perceber de que modo podem influenciar a captação de fluxos turísticos não padronizados.

2.2.1 Da renovação almadina ao planeamento estratégico

O Porto na segunda metade do século XVIII sofre um processo de evolução sociocultural explicável pelo largo desenvolvimento económico e pelas novas directrizes políticas de governação.

A cidade vê a sua população aumentar exponencialmente devido, por um lado, ao crescente fluxo da população rural vizinha, por outro, pela fixação progressiva de negociantes estrangeiros. Isto explica-se pela criação de novos empregos e pelo desenvolvimento do comércio vinícola e da indústria florescente, factores que conduzem a uma profunda

transformação da burguesia portuense, tanto económica como nas mentalidades. Há uma maior predisposição para a aceitação de novas ideias trazidas pelos emigrantes europeus, principalmente os ingleses, cuja influência na renovação urbana será altamente sentida.

A instabilidade da produção e comercialização do vinho do Douro foi controlada após a criação da Real Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro pelo Marquês de Pombal depois do terramoto em Lisboa de 1755. O tratado de Methwen (1706) permitiu quadruplicar a produção dos vinhos entre 1780 e 1800 atribuindo à Companhia um forte poder económico que viria a dominar os destinos da cidade, do ponto de vista administrativo e cultural.

Já nomeado para o cargo de governador pelo ministro D. José, João de Almada e Melo (1703-1786)³¹, movido pelos seus interesses urbanísticos e percebendo a especificidade do Porto como ninguém, cria sob a égide do Marquês de Pombal a Junta das Obras Públicas (J.O.P.) da cidade do Porto, a qual veio a atingir um quadro de intenções tão revolucionário que se tornava obrigatório justificá-los do ponto de vista ideológico. Juridicamente foi imposto pelo Marquês de Pombal medidas que impedissem a resistência dos proprietários que dificultavam o bom andamento das obras, estabelecendo novos parâmetros de expropriação. Estavam assim reunidas as condições para a realização da transformação almadina que ficou a dever muito à situação ímpar criada através da actividade entre a Companhia da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro e a J.O.P., fruto da coerência e originalidade das teorias pombalinas que entendiam a política, a economia e a arquitectura como ciências indissociáveis.

A cidade do Porto em meados do século XVIII ainda vive agarrada às suas características medievais. A estrutura urbanística apresenta a tipologia edílica de uma cidade medieval, encontrando-se a maioria das habitações dentro da muralha fernandina, apesar de se verificar algumas manchas urbanas extramuros adjacentes às poucas estradas que dela irradiavam.

No âmbito artístico o conservadorismo da cidade impede uma evolução rápida e as formas do passado ligadas a Nasoni permanecem sentindo-se, no entanto, a vaga vontade de mudança pela influência dos ingleses, pelas imposições da J.O.P (responsável pela concepção e aprovação dos projectos), pela ideia de abandono do provincianismo ao adoptar um novo gosto e, claro, pela circulação de tratados, o que permitia aos arquitectos conhecer as correntes emergentes.

A ruptura com o gosto anterior é difícil e demorada. O tardo-barroco apresentava já uma multiplicidade de correntes que dificultava a definição de um estilo. As casas vão retratar as influências estrangeiradas com características francesas, inglesas e italianas concedendo à cidade um estilo eclético.

³¹ Depois da sua morte, Francisco de Almada Mendonça (filho), é nomeado corregedor e provedor do Porto dois anos antes, continuando e alargando até 1804 os consecutivos planos da J.O.P.

A cidade, na época almadina, desenvolve “simultaneamente três correntes dominantes na arquitectura: uma tardo-barroca com elementos *rocaille*, outra influenciada pelo que se fazia na capital – o que seria dominado por “estilo pombalino” – e a importação do neopalladianismo. Estas duas levariam a uma quarta corrente – o neoclássico” (Alves, 1987, p. 10). As habitações vão, assim, ao longo do processo de urbanização, atingir a inovação do ponto de vista formal, fruto do neoclássico, embora mantendo a sua organização interna e as características que possuíam já na primeira metade de Setecentos.

O coração da cidade do Porto é irregular, original, povoado praticamente de casas esguias e altas, solução encontrada para dar resposta a condicionantes económicas e de espaço, geralmente destinadas à burguesia que não procura o aparato, fechada no seu trabalho e conservadorismo. Constituem, por isso, um “tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo” (Oliveira, 1998, p. 639), numa solução vertical de poucos gastos de manutenção. A loja de comércio ou serviços ficavam geralmente ao “nível térreo destinando-se os restantes andares à habitação unifamiliar”, recorrendo aos “anteriores tipos tradicionais” (Ferrão, 1985, p. 219).

Em oposição a estas casas verticais a intervenção almadina introduz a horizontalidade nas habitações, de grandiosas dimensões “que até então era apanágio da arquitectura religiosa” (Alves, 1987, p. 11). O palácio surge, assim, como uma casa nobre, própria de famílias poderosas que procuravam através da grandiosidade e do espaço impor o seu prestígio e domínio. Ao contrário da generalidade dos palacetes construídos dentro dos limites da muralha que detinham, raras vezes, um pequeno quintal nas traseiras, o palácio dos Carrancas, exemplo cabal da articulação entre intervenção urbana e arquitectura, localizado fora da muralha, detinha um imponente jardim decorado com a movimentação da água de um chafariz, ao centro e capela.

Paralelamente à abertura de praças públicas e de novas ruas, ao alargamento de vias já existentes e ao aparecimento de novos tipos de construções como teatros, hospitais, quartéis e prisões, o Porto dos Almadás, profundamente alterado na sua morfologia fica, assim, a conhecer a grandiosidade dos edifícios civis.

A intensa actividade da Junta de Obras Públicas (J.O.P.) na alteração da morfologia urbana e arquitectónica da cidade, procurava entre vários objectivos garantir o desenho unitário de cada intervenção, contando para isso com um vasto grupo de nomes, uns arquitectos outros engenheiros militares, portugueses e estrangeiros.

Francisco Pinheiro da Cunha, D. José Champalimaud de Nussane e Teodoro de Sousa Maldonado são nomes que estiveram mais ligados à “realização de inúmeras propostas de desenho urbano, sempre apoiadas na interacção de tipologias edilícias”, as quais além de caracterizarem a cidade almadina, “disciplinariam também as iniciativas individuais” (Ferrão, 1989, p. 189). Mais ligados à arquitectura estiveram Whitehead, cujos trabalhos conferem “à

transformação almadina um cariz parcialmente diferente do das outras intervenções urbanas pombalinas” (Ferrão, 1989, p. 185), John Carr que traz a influência neopalladiniana aplicando-a não só no Hospital de Santo António como na Feitoria Inglesa; e o francês Reinaldo Oudinot, engenheiro militar activo entre 1766 e 1797, que propõe neste último ano “um monumental ordenamento de edifícios, praças e cais ribeirinhos, que retomam referências arquitectónicas praticadas nalgumas cidades atlânticas do seu país de natal” (Ferrão, 1989, p. 186).

As habitações portuenses, que sofreram grandes alterações na sua linguagem estilística e morfologia concebiam-se, até então, como elementos isolados sem qualquer preocupação quanto às teorizações urbanísticas. Através da introdução das noções urbanas do Iluminismo, como por exemplo o conceito de regularidade, passa-se a conceber os conjuntos habitacionais numa “convergência de escalas de projecto onde, mantendo-se embora certa individualização, importa sobretudo garantir uma correcta integração do elemento isolado em ordenamento de um conjunto mais amplo” (Ferrão, 1985, p. 220). Sempre que há intenção da abertura de um novo arruamento procede-se a estudos das fachadas a fim de conseguir uma coerência e concordância na malha urbana apesar de esta possuir características únicas como a movimentação volumétrica conferida através dos avanços e recuos do casario portuense. O planeamento urbano, indissociável das produções arquitectónicas, vai mais longe na sua acção, desenvolvendo a tipificação e sistematização dos elementos arquitectónicos e dos sistemas construtivos à semelhança do que aconteceu nos estudos executados para a reconstrução da Baixa lisboeta.

A J.O.P., através das suas fontes de receita que provinham dos impostos sobre o vinho, conseguiu desencadear o importante plano de urbanização que “projectou e abriu longas e rectilíneas ruas, e algumas praças, que uniram num conceito de globalidade, quer os principais bairros situados fora das muralhas (...), quer os mais importantes monumentos do período barroco ao mesmo tempo que se actualizaram e embelezaram as velhas zonas do burgo medieval quinhentista” (Gonçalves, 1984, p. 104). Tratou-se portanto duma profunda e incisiva acção de planeamento urbano que para além de modernizar a cidade conferindo-lhe novos equipamentos, veio controlar a “anarquia” que se verificava nas construções dos edifícios civis.

O Palácio dos Carrancas, edifício representativo da emergente estética arquitectural que se procurava impor na Cidade Nova, localizado na antiga estrada para a Foz e Matosinhos (R. de D. Manuel II), executado entre 1795 e 1802, é o exemplo largamente mencionado para comprovar a aplicação do novo gosto. Atribui-se a autoria do projecto a Joaquim da Costa Lima Sampaio³² “arquitecto da cidade”, que no desenho do alçado principal busca inspiração na frontaria exterior da ala sul do Hospital Santo António³³.

³² Atinge o estatuto de arquitecto da cidade em 1822. Trabalhou com John Whitehead na Feitoria Inglesa.

³³ A Academia Real de Marinha e Comércio (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto) é da autoria de José da Costa Silva que executou o projecto em 1803, o qual viria a ser corrigido quatro anos depois pelo engenheiro Carlos da Cruz Amarante (1748-1815), o qual foi educado nas formas *rocaille*. O Palácio da Bolsa (sede da associação dos comerciantes da cidade) cujo projecto é datado de 1839 é da autoria de Joaquim da Costa Lima Júnior, tradutor de poesias do inglês Gray e sobrinho do Joaquim da Costa Lima Sampaio.

É de salientar que, buscando igualmente inspiração ao projecto de Carr, surgem “já no século XIX, duas construções de utilidade pública como ” o edifício da Academia Real de Marinha e Comércio e o Palácio da Bolsa (Gonçalves, 1969, p.166). Ambos vão buscar elementos da fachada do hospital como a “faixa inferior em rústico, aberturas quadrangulares e em semi-circulo e, no andar nobre, ao meio, um pseudo-templo clássico, de colunas suportando um frontão triangular” (Gonçalves, 1984, p. 118). O primeiro, hoje ocupado pela Faculdade de Ciências representa a ligação do arquitecto de Lisboa (José da Costa e Silva) ao do Porto (Carlos Amarante) que, segundo França (1979), articula “uma experiência erudita, de origem italianizante a uma outra, empiricamente baseada numa corrente estilística inglesa”.

Vários outros edifícios podíamos enumerar como representantes da estética imposta pela renovação urbanística que permitiu ao “neo-clássico cidadão” assumir “um carácter prematuro relativamente ao resto do país e uma feição original que se manterá ao longo do século XIX” (Ferrão, 1982, p. 19).

Os acontecimentos mais significativos que marcaram a cidade no século XX do ponto de vista da renovação urbana prendem-se com o alargamento ferroviário que culmina com a implantação da Estação de São Bento e a abertura da Avenida dos Aliados que trouxe um novo desenho à malha urbana. Na época de transição do século XIX para o século XX, a cidade é alvo de estudos e intervenções pontuais, tanto a nível arquitectónico como urbanístico, que tiveram como consequência um impacto significativo na sua fisionomia e modelo de expansão.

É neste contexto que várias iniciativas foram sendo estudadas para um primeiro alargamento da cidade ao deslocar o centro de actividades do seu lugar histórico. Ou seja, move-se junto da margem norte do rio Douro para uma cota superior que extravasa o perímetro do burgo medieval.

A chegada do caminho-de-ferro ao limite nascente da cidade, na quinta do pinheiro é crucial para um novo ciclo do urbanismo, pois inicia-se mais um processo de melhoramento da urbe. Esta intervenção procurou articular o novo meio de transporte terrestre – o comboio – com os tradicionais meios de navegação que davam resposta, como era frequente, aos transportes de passageiros e de mercadorias, tanto por via marítima como terrestre.

Nesta altura, Marques da Silva encontra o momento oportuno para se evidenciar e se dar a conhecer na Arquitectura, ainda enquanto estudante da Escola de Belas Artes de Paris, apresentando como trabalho final do curso o Projecto da Estação Central da Cidade do Porto. Esta proposta foi avaliada e o arquitecto foi apresentando alternativas que culminaram com a encomenda final do projecto da estação (1899), o qual revela, apesar do apego aos estilos historicistas e regionalistas até 1930, uma linguagem inovadora através da arquitectura do ferro.

A construção que teve início efectivo em 1903 coincide com o emergir da influência da arquitectura francesa Beaux-Arts e com o progressivo abandono do neopaladianismo anglo-

saxónico, tendência visível na eliminação de quaisquer vestígios de frontões na fachada. Este novo gosto protagonizado por Marques da Silva revela uma vontade de ruptura com o passado.

Neste projecto o arquitecto teve em consideração a modelação do espaço articulando o edifício da estação com o ambiente urbano pré-existente nomeadamente a poente (Praça Almeida Garrett), a sul (Rua do Loureiro) e a norte (a velha rua da Madeira), projectando uma fachada urbana em charneira com o centro administrativo e de comunicações telegráficas da época (Praça da Liberdade) e a antiga baixa ribeirinha.

Deste modo, a implantação da estação (figura 17) coincidente com o início do século XX, dá ao centro da cidade, pela primeira vez, uma construção pública não sacralizada por frontão clássico, mas que revela um apego à tendência nacionalista através dos azulejos de Jorge Colaço (1915) que não escondem o historicismo e algum nacionalismo emergentes.

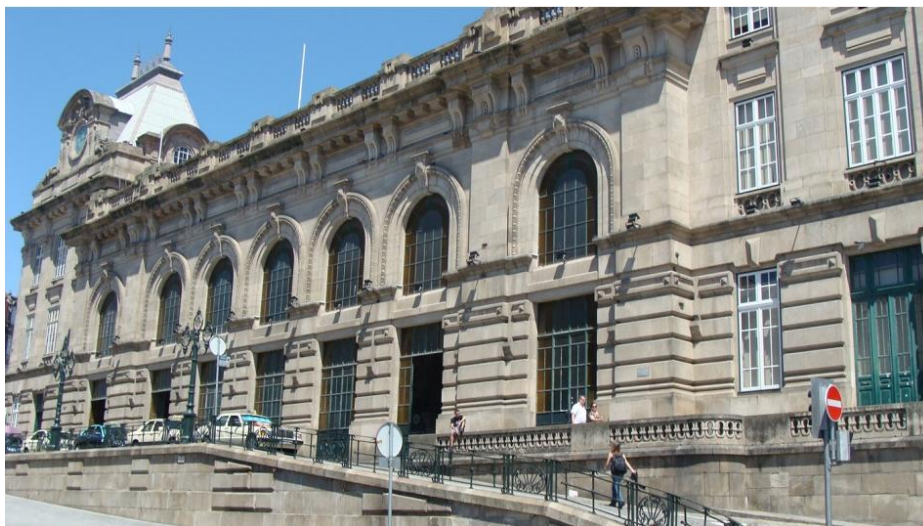


Figura 17 – Estação de S. Bento, projecto de Marques da Silva. Fonte: autor

Quanto à Avenida dos Aliados (figura 18) – designação actual - rasgada na muralha setecentista ordenada por João de Almada e Melo, onde se erguem os Paços do Concelho, é hoje o conjunto de maior monumentalidade e impacto na cidade. A sua construção foi apoiada com grande solenidade pela primeira vereação eleita após a implantação da República, tal como a dignidade do projecto exigia. A inauguração das obras de abertura da então denominada Avenida da Cidade teve lugar no dia 1 de Fevereiro de 1916.

A Avenida, pelo seu prolongado tempo de construção, suscitou para além de problemas no terreno, um confronto de ideias e de personalidades, nomeadamente entre Barry Parker e Marques da Silva, resultando em várias propostas e redefinições do projecto, sendo que um entende que a importância do espaço ultrapassa o construído, valorizando o imprevisto e o que nele acontece e o outro, pelo contrário, entende o espaço como protagonista atribuindo-lhe uma importância vital em toda a composição urbana.

A Avenida será o resultado do prolongado e acesso confronto de ideias destas duas personalidades cruciais num passado recente da cidade que, dada a firmeza de opiniões, levou a que fossem pensadas três versões para este projecto. A versão definitiva encerra uma ordem pragmática de toda a composição que assenta na constituição de um grande eixo virtual da estátua da Praça da Liberdade à torre da Igreja da Trindade, remetendo para um posicionamento de destaque os Paços do Concelho, que se localiza no ponto mais alto da Avenida entre a Praça da Trindade e a nova Praça do Município, o novo centro direccional onde confluem duas vias simétricas em relação ao eixo da composição.



Figura 18 – Avenida dos Aliados. Fonte: autor

Hoje, a cidade continua a ter os seus imperativos, mas a estratégia mudou em prol de cidades não estagnadas, antes resilientes. As cidades enquanto organização particular do espaço (Salgueiro, 1992, p.11) e o ordenamento do território constituem o novo binómio passível de incentivar novas políticas no sentido de garantir um ambiente de qualidade e ostentar níveis elevados de atractividade urbana para que se traduza numa influência positiva na captação de investimentos e de fluxos turísticos, nomeadamente na vertente cultural.

O território é um espaço dinâmico onde inúmeras interacções económicas, políticas e sociais se concretizam e, por vezes, convivem de forma aparentemente oposta (Santos, 1995, p.54). Contudo, por factores diversos entre os quais a concentração de pessoas e de funções urbanas que frequentemente não foram alvo de uma implantação organizada e regulada pelo exercício de planificação do território, muitas falhas e até inadequadas opções urbanísticas foram levadas a cabo nestes processos que supostamente visam aumentar a qualidade de vida das cidades reforçando o seu magnetismo.

Esta falta de controlo e a rigidez dos instrumentos de gestão territorial conduziram a disfunções várias nas dinâmicas urbanas e não conseguiu minimizar os danos cometidos pelas eventuais más opções urbanísticas, o que nos leva a questionar se estamos a ter sucesso na construção de um território que se quer facilitador do desenvolvimento de interações socioeconómicas e culturais e se promove o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Em consequência das disfunções, e tendo em conta o estudo de caso, assistimos à fragmentação dos centros históricos o que contribui de forma directa para uma morfologia difusa, híbrida e policêntrica da região urbana do Porto. O que se verifica na cidade tradicional é que os processos de reabilitação são pouco enérgicos a julgar pelo estado de degradação de forma alargada do património construído reflectindo-se na perda populacional agravada pela crise do sector comercial. É neste contexto que as populações se dispersam constituindo aquilo que se designa por bairros “dormitórios” na periferia da cidade.

Por outro lado, a atractividade das periferias urbanas é hoje reforçada pela existência nestes territórios de novas centralidades comerciais e novas actividades e oportunidades de emprego; pelo facto da construção civil se ter intensificado e alargado no território, proliferando o espaço construído que leva ao recuo das zonas agrícolas. Esta propagação trouxe, não só, a complexidade de interações entre o urbano e o rural, mas um alargamento da mancha urbana criando múltiplos centros.

É perante as tensões urbanas, a fragilidade do agora e a pressão da mudança que se tem como urgente a promoção de intervenções integradas de requalificação urbana e valorização ambiental nos processos de governação que devem ser concertados, tendo por alternativa à gestão territorial tradicional, caracteristicamente limitada dada a disposição do espaço, a gestão e planeamento estratégicos que primam pela multiplicidade de actores e de apresentação de soluções integradas (Ascher, 1998, p. 41),

A requalificação urbana assume um papel crucial na cidade pelas razões óbvias, mas também como motor de um modelo de desenvolvimento da sociedade que deve entender-se como um todo coerente e sustentável.

É importante destacar o papel vital que uma estratégia urbana de revitalização pode desempenhar não só em termos de intervenção no património, mas também, porque desenvolve a articulação entre as várias intervenções que possam ser concretizadas em diferentes dimensões do território urbano.

Para a concretização satisfatória do processo é necessário que as estratégias sejam diferenciadas mas integradoras, a fim de melhorar a competitividade económica e reforçar a dinâmica de desenvolvimento e integração social e cultural, valorizando os recursos urbanos e disponibilizar a “cidade como produto” (Neves, 1996, p.9). Aqui, a governação pública na sua visão estratégica de actuação deve ter em conta a motivação do mercado e as exigências da

sociedade para que o ciclo de vida não descreva oscilações nocivas nem prejudique a coesão territorial.

Assim, a gestão estratégica, mais de actor do que de administração, sustenta a alternativa que passa pelo desenho de soluções integradas, pela implementação de programas públicos de intervenção e de gestão urbana (Ascher, 1998, p.142), e pela adopção de um processo operativo.

2.2.2 Projectos urbanísticos de impacto nas dinâmicas turísticas

A ideia de que o turismo, quando bem gerido, traz benefícios económicos e, por consequência, estimula o processo de desenvolvimento local e cria oportunidades de emprego encontra-se amplamente difundida entre os governos nacionais e locais (Page, 1995, p. 116). Assim, para que as cidades consigam tornar-se atractivas aos fluxos turísticos, a reabilitação arquitectónica e a intervenção urbanística têm sido os imperativos que caracterizam a contemporaneidade e preenchem as intenções políticas, tal como vimos anteriormente.

Desta forma, consideramos proveitoso para o trabalho expor as principais iniciativas urbanísticas e de revitalização/intervenção propostas no âmbito das políticas urbanas que tiveram impacto na cidade e no CH e perceber de que forma melhoraram a atractividade do lugar contribuindo para a captação dos fluxos turísticos.

Começando pelo CH do Porto, este só passa a ser encarado como grande tema arquitectónico e urbanístico, como questão individualizável no contexto da cidade, da sua cultura e dos seus graves problemas socioeconómicos, após o 25 de Abril. Em anos anteriores todas as propostas e estudos realizados para a área em causa falhavam por apresentarem objectivos parcelares e sectoriais em matéria de higienização e salubridade urbanas ou de valorização de monumentos e de áreas de interesse arqueológico.

Aproximado o final da década de 60 são ponderadas iniciativas mais incisivas protagonizadas pelo arquitecto Fernando Távora nos serviços da Câmara Municipal do Porto (CMP). O trabalho do arquitecto centrou-se na proposta de um plano para a reabilitação urbana do Barredo (1969), a qual se pode considerar como o primeiro passo decisivo no âmbito das metodologias contemporâneas de intervenção nos centros antigos das cidades, envolvendo população, conjunto edificado e espaço público. Contudo o carácter progressista e inovador deste estudo não correspondia aos interesses da administração municipal da época não se verificando qualquer avanço no âmbito das intervenções nesta área.

No dia 28 de Setembro de 1974, o Governo cria o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB), sendo nomeado para as funções de comissário o arquitecto Jorge Gigante que assume como referência orientadora os estudos desenvolvidos por

Távora. Nesta altura, o novo contexto político-económico e social, os objectivos, a natureza da operação CRUARB e os avanços na própria teorização permitiram o avanço das operações que se mostraram sempre conscientes das pré-existências mesmo quando novos materiais se aplicavam em novas linguagens.

Em 1982, com a Lei das Finanças Locais, há uma nova alteração fazendo com que o CRUARB passasse a depender directamente da autarquia cessando a sua relação directa com o Governo Central. Esta significativa mudança de tutela acompanhada por um novo enquadramento político culmina com um substancial e decisivo alargamento da área de intervenção que aumenta de 5ha para 94ha. Dentro da nova área de actuação está compreendido todo o núcleo interior à Muralha Fernandina estendendo-se para nascente até às Fontainhas e para norte e poente até à Cordoaria e Massarelos. Esta transformação quantitativa e qualitativa vai abrir caminho para caracterizar a acção do CRUARB como intervenção no CH da cidade sendo exigido, para isso, a indispensável articulação urbanística e programática com os objectivos mais amplos da estratégia de gestão urbana de toda a cidade.

É durante esta longa fase que o CRUARB realiza um conjunto significativo de obras que se estendem à habitação, aos espaços comerciais e equipamentos verificando-se uma quebra acentuada nos anos imediatos ao alargamento da área de intervenção. Continua-se a assistir à continuidade de intervenções arquitectónicas no registo do “pastiche” mesmo que o edifício seja construído de raiz, a par de outras que, pelo contrário, buscam soluções de coerência e equilíbrio entre o novo e o pré-existente.

O alargamento geográfico do espaço de actuação do CRUARB não significou – como seria ideal – a reformulação dos serviços, apesar de solicitada à Câmara, traduzindo-se na nociva ausência de enquadramento teórico, estratégico e político durante esse período. Com a entrada na década de 90 a autarquia reconhece que intervir no CH não pode ser um processo de operações sectoriais, antes de esforços concertados, dado o estado de fragilidade em que se encontra a área em causa. Reconhece, inclusivamente, que intervir no CH é algo de mais complexo do que intervir noutra área degradada da cidade e que, no caso do Porto, implica o próprio centro tradicional. Por outro lado, há que ter em conta e tirar proveito das potencialidades que possam surgir da relação com Gaia e a gestão das potencialidades das marginais de rio e de mar, ganhando o CRUARB novas capacidades de actuação.

Como medida de reforço no plano social, surge em 1990 a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica – apoiada financeiramente pelo Governo e pelo Município - que em parceria com o CRUARB e com a rede das organizações não-governamentais da Cidade procura concretizar e promover acções de recuperação urbanística, integrando objectivos no âmbito da reinserção social.

Nesta nova etapa o Comissariado, através do seu consultor Viana de Lima propõe para candidatura o Centro Histórico do Porto a Património da Humanidade, o que servirá para fazer emergir um processo de reflexão e balanço sobre as experiências acumuladas.

Em Maio de 1994 surge o Projecto-piloto Urbano do Bairro da Sé (PPUBS), com instalações e recursos próprios, funcionando na dependência do CRUARB. Os objectivos inerentes a este Projecto-piloto passavam pela conservação do Património e dos bens culturais; pela renovação do ambiente urbano da área; pela reinserção da população residente; pela consolidação e desenvolvimento do Turismo; pela expansão e renovação da actividade comercial e, por último, pela implementação de uma rede de parceria.

A partir de 2002, a forma de encarar o problema passou a ser diferente, tendo, o decisor político optado por um sistema de parcerias público-privado. O modelo de intervenção sofreu alterações que passou pela formalização de uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos de Reabilitação Urbana (SRU). Assim, a 17 de Maio de 2003, com a implementação da nova macroestrutura da CMP, é extinto o CRUARB, surgindo a 27 de Novembro de 2004 a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A.³⁴ - onde o Instituto Nacional da Habitação (INH) tem uma participação maioritária - com o objectivo de promover a reabilitação e reconversão do património degradado da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) do concelho do Porto.

A estratégia de intervenção passava pela reabilitação física dos edifícios apostando na ideia de que os mesmos são *per se* factores impulsionadores de outras dinâmicas de revitalização, nomeadamente das actividades económicas. Deste modo, cabe à Porto Vivo, SRU³⁵ o papel de orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais que lhe foram conferidos.

Este modelo de intervenção trouxe um “*refresh*” e uma nova energia à actuação estratégica e à regeneração urbana, apostando nas parcerias público-privado. Por outro lado procura facilitar os processos de licenciamentos, aproximando as tipologias a edificar das lógicas de atracção de novas funções ou novos residentes. Distinguindo-se pelos seus parâmetros de exigência e qualidade a SRU envereda pelos projectos com novas morfologias integradas na cidade que se sustentam numa base institucional activa e concertada em termos

³⁴ O seu plano de actuação estrutura-se da seguinte forma: constituição de parcerias; criação de programas de incentivos dirigidos ao domínio público – infra-estruturas colectivas, ao mercado empresarial e à habitação – promotores/prorietários; elaboração de um normativo da reabilitação; fomentar cooperativas de habitação; criar e desenvolver a figura de Gestor da Área Urbana; actuar respeitando os princípios de sustentabilidade; traçar prioridades territoriais e implementar um plano de comunicação.

³⁵ A acção da Porto Vivo, SRU assenta ainda na elaboração do “Masterplan”, que consiste num documento de enquadramento e de orientação do processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense e no qual se traçam os objectivos e as metas a atingir, a estratégia e os instrumentos operativos. O Masterplan é, igualmente, um instrumento de comunicação com a opinião pública, com as populações envolvidas e as instituições, com os investidores e, de um modo geral, com os agentes da transformação. Por isso, o Masterplan não é um instrumento típico de planeamento, com normas rígidas e impositivas é, antes, um instrumento que contém orientações e procedimentos que se destinam a transformar a realidade, centrando-se na sua capacidade de influenciar e ganhar os agentes da transformação.

culturais, económicos e sociais, pois a revitalização e regeneração não se cingem apenas ao edificado.

Neste sentido, e depois de realizados diversos estudos sobre a caracterização do edificado, da população e do tecido económico, tanto da Baixa como do CH, foram traçados cinco objectivos principais que se prendem com a re-habitação da Baixa; com o desenvolvimento e promoção do negócio na mesma área; com a revitalização do comércio; com a dinamização do turismo, cultura e lazer e, por último, com a qualificação do domínio público.

Há ainda a destacar a formalização da Empresa Municipal de Gestão de Obras Públicas da CMP – GOP, E.M., cujas metas se prendem com o garantir e concentrar das empreitadas de iniciativa municipal. Deste modo, com a formalização procurou-se agilizar e aligeirar procedimentos administrativos, que permitam a execução de obras de uma forma mais rápida e atenta às preocupações da população da cidade do Porto³⁶ (CMP, 2001, p.24).

Os desafios impostos ao ordenamento do território continuam a ser significativos pelo que o planeamento e gestão territoriais têm que garantir a disponibilidade de instrumentos e escalas apropriadas³⁷. A degradação dos centros históricos é, sem dúvida, um problema a encarar de forma estratégica e que certamente ocuparão as preocupações do ordenamento do território nos próximos anos.

É neste contexto que o Programa Polis vem dar o seu contributo procurando definir um Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental com o objectivo de melhorar a competitividade através de esforços concertados, reforçar o papel de organização e gestão territorial e assegurar a qualidade de vida das populações dentro dos parâmetros de exigência contemporânea.

O formato e alcance do Programa Polis são fruto da experiência adquirida com a EXPO '98, tanto no domínio da qualificação urbanística e criação de espaços de cultura e lazer, como no âmbito dos planos jurídicos e institucionais, com a realização de parcerias entre o Governo e as autarquias locais e utilização de novos instrumentos de gestão urbana.

Num contexto em que as parcerias no âmbito da gestão territorial envolvem, cada vez mais, actores e agentes da sociedade civil, os factores de governação passam a estar francamente presentes, fazendo com que a tutela procedesse à selecção de territórios e criasse Sociedades de Capitais Públicos – Sociedades Polis – com 60 por cento do capital da responsabilidade do Estado e os restantes sob a competência das autarquias envolvidas.

³⁶ Foi dentro deste enquadramento que a empresa se responsabilizou pela execução do projecto de Requalificação da Frente da Ribeira, através do Contrato-Programa aprovado em reunião de Câmara a 4 de Setembro de 2001 e que estabelece o compromisso da GOP, E.M. em concretizar o projecto em causa no âmbito do Programa Polis.

³⁷ Em contexto nacional os problemas urbanos começaram a ser tratados de forma integrada a partir do segundo Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999) onde é clara a intenção da promoção da qualidade de vida e coesão social. A área de actuação do plano operacional prende-se à problemática do ambiente e revitalização urbana, contando com o envolvimento do poder local. Em 1994 é colocado em prática o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional (PROSIURB) e o apoio à Execução dos Planos Directores Municipais assumindo como objectivos primordiais a valorização das cidades médias e a valorização dos centros urbanos da rede complementar, abrindo caminho para a obtenção de fundos para a elaboração do Plano estratégico de Cidade. Devemos ainda destacar o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES, 2002) que foi implementado na sequência do EDEC e do 5.º Programa de Ambiente da Comissão Europeia (1993), com o intuito de promover a "protecção e valorização ambiental do território". Com o 6.º Programa (2001) que incide em matéria de Ambiente é dada atenção especial aos problemas urbanos e de desenvolvimento sustentável Europeu (Mamede, 2010).

Foi ainda proposta a possibilidade das autarquias, com problemas urbanos menos acentuados de recorrerem a contratos-programa que encerram um ‘*modelo interactivo*’ entre a administração central e a local, com o intuito de minorar as falhas de actuação e de fortalecer a partilha de respostas da governação.

No caso do Porto, as áreas de intervenção seleccionadas e com financiamento diferenciado do Polis foram duas: uma a poente e ao longo da frente marítima e de remate do Parque da Cidade, e uma outra de direccionada à frente ribeirinha.

Quanto à intervenção da frente marítima surge no âmbito da intervenção urbana associada ao evento CEC e representa para a cidade a oportunidade de pensar e criar um novo espaço cujo objectivo passa pelo estabelecer de uma relação de proximidade com o Atlântico e com o espaço de lazer ao ar livre mais frequentado – o Parque da Cidade. A zona a requalificar denuncia um evidente estado de desqualificação não só no tratamento do espaço público, mas também pela manifesta desordem das actividades comerciais aí exercidas e alguma marginalidade. Assim, as diversas acções planeadas para a Frente Marítima do Parque da Cidade, no âmbito do Programa Polis, constituem uma intervenção integrada de requalificação urbana onde está presente uma componente crucial de valorização ambiental que procura melhorar a qualidade do ambiente urbano e, simultaneamente, valorizar a existência de elementos ambientais estruturantes como a reconstituição da Praia Internacional; o prolongamento do espaço verde do Parque da Cidade até à praia; o tratamento da área envolvente ao Castelo do Queijo e a remodelação do terreno de forma a garantir uma melhor integração paisagística do conjunto.

Esta intervenção constitui uma acção estratégica uma vez que o futuro das cidades passa, cada vez mais, pela aposta na qualidade do seu ambiente urbano, encontrando no Programa Polis e no evento CEC a oportunidade de “concertar esforços, simplificar processos, acelerar e concretizar intervenções, colocando em evidência a imagem global da cidade” (CMP, 2001, p. 23).

Quanto ao projecto de Intervenção da Frente da Ribeira destina-se à área compreendida entre a Ponte D. Luís I, a nascente e o Cais da Estiva/Largo do Terreiro, a poente. Esta área encontrava-se visivelmente desqualificada tanto pela afluência automóvel significativa que se verificava, como pela descaracterização funcional do seu espaço, uma vez que não existia uma clarificação das relações hierárquicas entre as diversas funções que coabitam no espaço em causa. A juntar a este cenário verifica-se a existência mais ou menos desordenada de alguns equipamentos que em vez de serem favoráveis ao equilíbrio do conjunto funcionam como elementos dissonantes e indutores de desordem. O contrato-programa desenvolve-se no quadro das acções previstas pela CMP e que, por sua vez, se articulam com as várias acções de reabilitação urbana que foram desenvolvidas pelo CRUARB. Assim, no projecto em causa as principais acções que se tinham previsto prendem-se com a pavimentação de toda a área com a

finalidade de requalificar e hierarquizar, dotando o espaço das condições necessárias e equilibradas de circulação e estadia; redefinição dos espaços de circulação automóvel e pedonal bem como a criação de áreas de comércio; recuperação/reconstrução das “Escadas das Padeiras”; valorização da Muralha fernandina e restabelecimento do acesso ao Cais da Estiva pelo Postigo do Carvão; criação de um espaço de excelência, dedicado ao contacto e relação da cidade com o rio e usufruindo de um espaço físico envolvente especial e com características admiráveis, repondo algumas características históricas numa tentativa de recuperação da memória do lugar numa altura em que “o tempo deixou de constituir um princípio de inteligibilidade” (Augé, 1994, p. 31).

Retomando o CH, a 5 de Dezembro de 1996, na cidade de Mérida, no México, a UNESCO tomou a decisão de incluir a área em causa na LPM, integrando-a na rota dos grandes valores culturais da Humanidade. Neste sentido, passou a captar a atenção de instâncias nacionais e internacionais como o IGESPAR e o ICOMOS, respectivamente. Reconhecido o papel essencial de uma gestão activa dos Sítios classificados como Património Mundial, a UNESCO procedeu à revisão do seu programa e, em 2002, à publicação do Guia Operacional para a implementação da Convenção do Património Mundial, o qual recomenda um Plano de Gestão que assegure uma intervenção guiada para todos os intervenientes e agentes que actuam nestes espaços (CMP; SRU,2008). É chegado a acordo que cada bem inscrito deve integrar um adequado plano de gestão no qual deverá estar explícita a metodologia de preservação para que seja assegurada a protecção eficaz em benefício das gerações actuais e futuras. Reconhecendo a importância de um plano de gestão o IGESPAR manifesta que é imperativo inventariar e diagnosticar os bens patrimoniais para que se possam traçar medidas de recuperação adequadas.

Deste modo, a elaboração de um Plano de Gestão para o Centro Histórico do Porto Património Mundial, para além de constituir um imperativo de salvaguarda sustentável da herança patrimonial, apresenta-se como um espaço de reflexão partilhada sobre o importante contributo deste recurso para a valorização da dinâmica local, metropolitana, regional, nacional e internacional (idem, 2008).

Os objectivos inerentes à necessidade de dotar o bem classificado de uma nova ferramenta de planeamento, gestão e comunicação são o de permitir uma maior eficácia de acções que se prendem com a valorização turística e de atracção no âmbito nacional e internacional; com a qualificação das populações; com processos de coesão e inclusão sociais, de solidariedade e reabilitação sociais; com iniciativas de competitividade e inovação e, por consequência, com o crescimento económico.

O SIM Porto, Sistema Multicritério, em vigor, no âmbito do PDM do Porto, foi pensado de forma a dar respostas objectivas sobre avaliação “caso a caso” das condicionantes de alteração dos edifícios, funcionando como uma ferramenta imprescindível na gestão dos procedimentos urbanísticos, dentro da área classificada. Deste modo, o plano de gestão

assentando sobre esta ferramenta fez com que se libertasse do carácter regulamentar, por vezes contra-producente das acções a ser implementadas. No fundo, é um elemento facilitador e que contribui para a celeridade dos processos.

É incontornável admitirmos que o processo de degradação e desvitalização que o sítio sofreu, não facilita o aproveitamento de todo o potencial de dinamização cultural, urbanística, social e económica que o CH detém. Neste sentido, consideramos crucial que posturas integradoras ao nível das políticas urbanas continuem a ser implementadas, nomeadamente através da crescente importância que estas dedicam ao planeamento urbano, ao marketing dos lugares e à promoção da actividade turística. É por isso que podemos afirmar que o CH tem condições para se evidenciar nas rotas internacionais do turismo cultural pelo seu Património Material e Imaterial, transformando-o no seu cartão-de-visita e apostando na imagem de uma cidade cosmopolita e moderna que não ignora a tradição. Aliás, no Porto, conseguimos descortinar fragmentos da tradição na modernidade, pois é uma cidade que influencia o novo e o inédito com a sua postura tradicionalista. Contudo, para que isso se concretize na plenitude é imprescindível dedicar maior atenção à gestão e planeamento dos fluxos turísticos, ao estudo dos elementos que cativam o turista e ao perfil do mesmo.

O quadro que se segue evidencia de forma cronológica as acções levadas a cabo até à altura em que CH é intervencionado e denuncia que houve uma crescente preocupação com a problemática da salvaguarda e preservação do património.

Quadro 6- Antecedentes do Plano de Gestão do CHP. Fonte: CMP;SRU (2008)

Ano	Designação
2008	Elaboração do Plano de Gestão para o Centro Histórico do Porto Património Mundial
2006	Publicação do Plano Director Municipal do Porto (PDMP)
2005	Envio do Relatório sobre a aplicação da Convenção do Património Mundial à UNESCO
2004	Constituída a Porto Vivo, SRU
2003	Extinção do CRUARB
2002	UNESCO faz a revisão do programa e guia operacional para implementação da Convenção, exigindo um Plano de Gestão
2001	CHP classificado como Monumento Nacional pela publicação da Lei de Bases do Património
1998	Editado o II volume do livro “Porto Património Mundial”
1997	CHP classificado por proposta do IPPAR como Imóvel de Interesse Público
1996	Inscrição do CHP na Lista de Património Mundial (5 Dezembro, cidade Mérida, México)
1994	CHP é declarado, o seu conjunto como ACRRU; Início do Projecto-piloto Urbano do Bairro da Sé

1993	CRUARB publica a 1ª edição do livro “Porto a Património Mundial” com a candidatura à lista da UNESCO
1990	Criação da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto
1985	Primeira declaração de ACRRU (8 zonas do CHP)
1982	CRUARB é integrado na Câmara Municipal do Porto com 1º alargamento da área do CHP
1974	Criação do CRUARB – (Desp. conj. Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente)
Antes de 1974	CHP é uma das áreas mais degradadas da cidade (ruína moral e social, pobreza extrema, miséria humana)
1964	Estudo piloto do Barredo para a CMP pelo arquitecto Fernando Távora

É sabido que a problemática do modelo institucional ou estrutura organizacional para as cidades históricas tem efeitos nas dinâmicas turísticas que afluem de forma não padronizada ao espaço em causa mas também nos princípios e nas expectativas de equidade social. É neste sentido que procuramos estruturas de governância mais flexíveis onde devem estar presentes objectivos de integração e coordenação intersectorial e a adaptação à natureza multi-dimensional dos problemas e das intervenções, numa perspectiva de concertação de esforços onde deve imperar a neutralidade política e a aplicação dos conhecimentos técnicos.

Assim, nesta necessidade de convergência de esforços pela regeneração urbana, que se apresenta complexa e difícil, é inevitável que se estabeleça uma relação de proximidade entre os sectores público, privado, comunitário e/ou voluntário para que haja um efectivo espírito de mudança no modelo institucional tradicional no sentido de dar respostas em tempo útil aos problemas urbanos.

No caso concreto do Porto várias soluções foram experimentadas até que a resposta mais viável foi de integrar a gestão do CH nos serviços da Câmara Municipal, mais especificamente, entregá-la à Divisão Municipal de Conservação do Centro Histórico (DMCCH), por sua vez dependente do Departamento Municipal de Reabilitação e Conservação do Centro Histórico (DMRCCH) da Direcção Municipal de Urbanismo (DMU). Devemos ainda referir a Divisão Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU) que se encontra integrada no mesmo departamento, desempenhando funções que se prendem com a coordenação e gestão dos programas específicos de reabilitação, nomeadamente, os programas de apoio à recuperação do Património edificado como o RECRUA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados), o RECRIPH (Regime Especial de Participação e Financiamento da Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal) e o SOLARH (programa de apoio financeiro especial destinado a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo INH, a realização de obras de conservação e beneficiação).

Quanto à política de intervenção é importante perceber, primeiramente, que os objectivos da regeneração urbana evoluíram paralelamente ao ritmo da mudança das problemáticas e das oportunidades da sua resolução. De igual modo, os objectivos da conservação do património são permeáveis à evolução dando importância não só à forma urbana mas também ao tecido edificado. Com isto, e dado que os CH são parte integrante da cidade é necessário que estes funcionem como lugares para habitar e trabalhar, como lugares de consumo e produção e ainda como lugares de cultura, lazer e turismo, num equilíbrio entre conservação e revitalização revelador de que os objectivos da renovação urbana podem ser isolados, agregados ou integrados.

Relativamente ao financiamento destas intervenções a proveniência varia pela autoridade local e por programas nacionais e europeus como são o caso do já referido Programa Polis, o URBAN, o PROCOM/URBCOM e o programa INTERREG. Quando se trata de fundos comparticipados cumulativamente pelo Estado e pelo Município para a recuperação de imóveis é ainda complementada por fundos particulares como é o caso de exemplos já referidos anteriormente (RECRIA) e ainda de programas como Viv' A Baixa (Porto Vivo, SRU) e Amar a Sé³⁸ – Apoio Municipal para Acções de Reabilitação (CMP). De forma genérica podemos dizer que os objectivos inerentes à intervenção no CH foram passíveis de mutação uma vez que numa fase inicial as intervenções eram concentradas na conservação do património construído com vista à classificação do seu centro pela UNESCO. Mais tarde é que surgiram imperativos associados à modernização das infra-estruturas seguidos da revitalização económica, da recomposição social, da mobilidade, do turismo sustentável entre outros, não necessariamente por esta ordem que em conjunto formam a trave mestra da regeneração urbana.

As políticas urbanas com a implementação dos projectos referidos e com o accionar dos mecanismos necessários estão a conseguir de forma gradual combater a degradação física dos edifícios que contribuem de forma significativa para a identificação da paisagem peculiar que a cidade encerra, apostando em vectores que favoreçam o desenvolvimento de actividades de lazer e que permitam atrair investimentos privados na área turística e de serviços.

É a capacidade de resolução de problemas que cada espaço urbano detém que vai ditar o seu crescimento económico (Secchi, 2003, p.275) e por consequência a sua aposta em programas de reconversão de espaços cruciais para a captação de fluxos turísticos como é o caso da intervenção feita na Frente Ribeirinha e na Frente Marítima na cidade do Porto, pois a economia desempenha um papel cada vez mais directo sobre as cidades e o urbanismo (Ascher, 1998, p.52). De facto, tanto no primeiro como no segundo, são lugares impregnados de simbologia que atraem milhares de turistas todos os anos, um deles no âmago do CH, mostrando

³⁸ A Porto Vivo SRU apresentou o Programa de Reabilitação da Sé cujo plano de actuação está previsto até 2011 envolvendo 17 quarteirões composto por 285 edifícios, na sua maioria privados. Os objectivos do programa passam, segundo os responsáveis, pela integração espacial da Sé no contexto da Baixa, reabilitação física do edificado, valorização dos padrões de cidadania, atracção de novos residentes numa lógica de equilíbrio social e dinamização do eixo estruturante Terreiro da Sé/Rua Escura/Rua da Banharia/Rua dos Mercadores. Outro dos objectivos passa pela racionalização da ocupação dos edifícios e o aumento da oferta de alojamento turístico.

que as lógicas territoriais e os projectos urbanísticos que lhe estão associados podem assumir papel de influência nas dinâmicas turísticas sendo neste caso as frentes de água que absorveram o protagonismo.

Capítulo III – Turismo urbano

Avaliação do panorama actual na Cidade do Porto

3. Avaliação dos desafios e oportunidades da cidade

Como vimos no capítulo anterior o Porto encerra uma importância histórica, patrimonial e paisagística que devem ser valorizadas não só com o intuito de salvaguarda e protecção mas apostando na dinamização e aproveitamento das suas potencialidades para a projecção nacional e internacional, lançando a região para as dinâmicas turísticas mundiais. Depois de termos feito um retrato patrimonial e cultural que nos deu a conhecer um Porto de diversidade e de identidades, através da análise de peças patrimoniais e de personagens que deram o seu contributo à cidade e ainda de intervenções e programas urbanísticos que trouxeram novas lógicas à mesma, dotando-a de espaços pós-modernos e permitindo melhorar a sua imagem, procedemos agora à análise do turismo urbano no Porto.

Para o diagnóstico da situação actual, tanto a nível das simetrias, fragilidades e subaproveitamentos, como das potencialidades, dinâmicas emergentes e estratégias promocionais contamos com a colaboração do Gabinete de Turismo da CMP e da ERTPNP. Para que o diagnóstico atingisse a incisão que se pretendia recorreremos a instrumentos como o Plano Médio Prazo (2003-2005), o Plano Verde (2003), a Estrutura Ecológica da Cidade em PDM, a Carta do Património do PDM, o Plano de gestão do CH (2008) e ao documento operacional para o horizonte 2010-2013 elaborado pelo Gabinete de Turismo, analisando os vectores de actuação de cada um que fossem susceptíveis de influenciar as dinâmicas turísticas que a cidade acolhe. Na ausência de um plano estratégico para o sector do turismo quisemos perceber, através dos instrumentos anteriormente referidos, que tipo de abordagem o Município e os vários agentes têm feito à problemática, que soluções e estratégias apresentam para o futuro. Dentro duma perspectiva pessoal turismo, lazer e qualidade urbanística estão intimamente ligados, por isso tornamos alvo do nosso estudo os instrumentos referidos, todos eles associados à componente urbanística e de qualidade de vida da cidade.

A capacidade de valorização da cidade enquanto produto tem influência directa na sua resiliência e, por consequência, no respectivo ciclo de vida. Essa capacidade de valorização traduz-se na forma como os instrumentos de gestão são trabalhados, assim como no planeamento próprio da intervenção pública urbana, cujo campo de actuação é vasto, alcançando, entre outros, a programação de equipamentos e a qualificação do espaço urbano.

Devemos ainda salientar a importância dos dados estatísticos relativamente ao estudo do perfil dos turistas do Porto e do Norte de Portugal levado a cabo pelo Instituto de Planeamento e

Desenvolvimento do Turismo (IPDT), em parceria com a ERTPNP e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro realizado no primeiro trimestre de 2010, assim como do estudo elaborado pelo Gabinete de Turismo no mês de Junho de 2010 aos visitantes da cidade.

3.1 Instrumentos

O Município, nos vários estudos e instrumentos que tem trabalhado até à actualidade, não se verifica um que se centre específica e estrategicamente nas dinâmicas turísticas acolhidas pela cidade, apesar de reconhecer que o Porto constitui um destino turístico de excelência pela diversidade cultural e pelo Património. Verifica-se ainda a inexistência do Plano Estratégico da Cidade cuja lacuna tenta ser colmata com os instrumentos anteriormente referidos. Há, portanto, uma carência no diagnóstico, na identificação das fragilidades e por consequência na implementação de estratégias e iniciativas de dinamização, promoção e de captação de novos nichos. Quanto à problemática do turismo, o que se verifica é a sua ténue integração, enquanto actividade reconhecida como potenciadora de desenvolvimento económico, em estudos como o Plano de Gestão do CH, no Plano Médio Prazo que faz o diagnóstico da cidade em geral e noutros, de forma menos significativa, que visam directamente assuntos como a qualidade da vida urbana e intervenções de requalificação do tecido urbano e social.

Relativamente ao PMP 2003/2005, foi elaborado no primeiro mandato e aprovado pelo executivo de 2002/2005 tornando-se num documento estratégico e de suporte dos “lemas” políticos centrando-se:

- na metodologia duma radiografia do Porto (desafios e oportunidades para o desenvolvimento da cidade), distribuída pela temática da *população*, condições de *mobilidade*, contrastes *sócio-territoriais*, *transformações urbanísticas*, *condições ambientais*, quadro de *vida urbano*, *recursos humanos* e *desenvolvimento económico*;
- no quadro de actuação das autarquias locais;
- nas linhas orientadoras da intervenção para o triénio, estruturado através da definição dos objectivos estratégicos, eixos de intervenção, acções e programas estruturantes.

O PMP 2003/2005 reconhece que o sector da cultura representa um dos domínios onde a cidade se tem vindo a afirmar, quer no plano nacional, quer internacional. Para além da classificação Património Cultural da Humanidade atribuída ao CH, cabe registar uma forte ampliação da sua rede de equipamentos cujos compromissos financeiros tinham de ser honrados dentro do mandato em causa. Das obras decorridas interessa destacar as que tiveram lugar em equipamentos culturais e de lazer da cidade e outras de impacto na malha urbana, nomeadamente:

- Requalificação da Marginal do Douro

- Construção do Teatro do Campo Alegre
- Remodelação do Teatro Tivoli
- Construção do viaduto de Massarelos para a Cimeira Ibero Americana
- Intervenção no Museu do Vinho do Porto
- Intervenção na Casa do Cinema Manoel Oliveira
- Intervenção no Mercado do Bom Sucesso
- Construção da Piscina de Campanhã
- Intervenção na Casa do Infante
- Requalificação da Quinta da Bonjóia

Com o PMP é procurada uma metodologia de clarificação, de introdução de consistência técnica e de apoio ao desenvolvimento do projecto de cidade, através da arquitectura sistémica de programação dos investimentos e respectiva disciplina/responsabilização dos decisores municipais.

No segundo mandato, 2005/2009, o PMP e para o triénio 2006/2009, cuja aprovação não se verificou, estava presente uma visão integradora e de grande esforço metodológico. Contudo, o facto de não ter avançado impede-nos de fazer uma avaliação às linhas orientadoras previstas para o sector do turismo e da cultura da cidade.

Situação igualmente abortiva verificou-se com o Plano Verde, elemento fundamental na concepção dos espaços exteriores da cidade, que se desenvolvia sobre os conceitos de *Espaço Verde*, *Cidade-região*, *Paisagem Global*; *Paisagem Cultural e Paisagem Tradicional*; *Ecologia Urbana*; *Sistema Humano*; *Planeamento Sistémico* e *Economia da energia*.

A elaboração deste Plano exigia o prévio reconhecimento do território, entendendo que o desenho da cidade não se deve circunscrever ao traçar de zonas que definam as transformações do espaço edificado ou a edificar mas, pelo contrário, deveria comportar todo um sistema espacial definido por circunstâncias geográficas, ecológicas e culturais inter-relacionadas (CMP, 2003). Portanto, perdeu-se aqui, a oportunidade de um entendimento de cidade e desenho de cidade assente na multidisciplinaridade integrando natureza, cultura e paisagem local que viria a dar resposta às necessidades sociais e culturais manifestadas e até de dinamização turística. Neste Plano, cuja Estrutura da Paisagem Cultural (EPC) seria constituída por espaços culturalmente relevantes tanto de índole arquitectónica e histórica (paisagem) quer de índole natural, poderíamos encontrar uma iniciativa de revitalização e promoção de espaços com valores artísticos, históricos e até paisagísticos. A cidade poderia encontrar aqui um reforço e um novo impulso para a dinamização, do ponto de vista cultural e turístico, de equipamentos como parques e jardins, públicos e privados; avenidas e alamedas; cemitérios; espaços conventuais e claustros, sítios arqueológicos, entre outros.

Para uma avaliação consistente das potencialidades turísticas da cidade e da forma como estão a ser (sub)aproveitadas é importante não deixar de lado a componente “verde” da mesma, manifestamente potenciadora de actividades de lazer e turismo, ainda que a capitação de espaços verdes seja inferior ao valor de referência das cidades da Europa.

Um outro instrumento que nos ajuda a perceber a dimensão e a importância dos espaços verdes na cidade é a Estrutura Ecológica do Porto, a qual deverá constituir um instrumento de planeamento ambiental e de ordenamento do território, apoiando a definição da ocupação e transformação antrópica do território.

Tanto o PDM da cidade do Porto, como o de qualquer outro concelho do País tem por obrigação legal incluir a Estrutura Ecológica Municipal (figura 19) e a sua proposta de delimitação, sendo através do Regulamento do PDM Porto que são estabelecidos os critérios de delimitação dessas áreas na cidade. O Regulamento em vigor, de 2005, apresenta como objetivos da Estrutura Ecológica Municipal, no artigo 42º ponto 1 (Anexo A), a preservação e a promoção das componentes ecológicas e ambientais do território concelhio, assegurando a defesa e a valorização dos elementos patrimoniais e paisagísticos relevantes, a protecção de zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de lazer e recreio.

Pela morfologia e simbiose que a cidade do Porto apresenta na actualidade, esta encerrará uma Estrutura Ecológica Municipal composta por espaços verdes e naturais e estruturas culturais de relevância no seu território. A presença de uma conjuntura manifestamente urbana da cidade terá repercussões a nível da Estrutura Ecológica, a qual ficará maioritariamente constituída por espaços verdes artificialmente construídos. É através destes espaços construídos que será possível assegurar a criação de sistemas de continuidade pela cidade, uma vez que os espaços naturais/biológicos, por si só não bastam nem se encontram a uma distância razoável que permita esta abordagem, evitando que os espaços fiquem fragmentados e desconectados na malha urbana.

Os espaços em causa devem ser integrados com a componente cultural, nomeadamente equipamentos, património e outros elementos de interesse. Aliás, de acordo com o actual Regulamento do PDM Porto, a Estrutura Ecológica Municipal definida estabelece estes princípios, exercendo uma forte interacção entre os espaços verdes/naturais com os espaços culturais e os restantes pólos de interacção cívica.

Na planta da Estrutura Ecológica Municipal que se encontra no PDM, cuja elaboração decorreu entre 2002 e 2003, consagra a interpretação tida do Regulamento, na qual é efectuada a identificação dos diversos espaços biofísicos, e ainda está presente uma proposta de expansão da estrutura ecológica em algumas áreas da cidade. Contudo, de acordo com Oliveira (2009) é de ressaltar que, ao contrário do referido em Regulamento do PDM, já de 2005, não se verifica a identificação/relação dos espaços culturais e paisagísticos da cidade nesta planta, pelo que o próprio elaborou uma proposta neste sentido. O autor refere que é importante que no âmbito da

delimitação existam outras figuras de relevo além dos elementos da Estrutura Ecológica Municipal, como os Sistemas de Espaços Colectivos e o Património Cultural da cidade, quer seja edificado/classificado ou natural. Assim, estas duas temáticas vão permitir a valorização da estrutura ecológica, atribuindo uma maior relevância a determinados espaços verdes e servindo simultaneamente como elo de interacção no território definido pela Estrutura Ecológica. Estando os espaços verdes valorizados e com a concertação de esforços seria possível que novas dinâmicas turísticas afluíssem à cidade, razão pela qual reconhecemos toda a pertinência do estudo em causa.

O autor propõe, inclusivamente a inserção de “peças âncora” na Estrutura Ecológica Urbana que passam pelos elementos patrimoniais e pelos equipamentos de recreação que se seguem:

- Quintas – espaços devidamente identificados, de relevância, em especial pela sua dimensão significativa, podendo ser do foro público ou privado (por exemplo, Quinta do Covêlo, Quinta de Bonjóia, Quinta da Prelada e Quinta das Areias).

- Parques e Jardins – espaços normalmente em bom estado de conservação, que incluem em muitos casos elementos culturais. (Parque da Cidade, Parque da Pasteleira, Parque de S. Roque, Casa Burmester, Casa das Artes, Casa do Primo Madeira, Casa Tait, Jardim Botânico, Jardins do Palácio de Cristal, Fundação de Serralves, Jardim do Passeio Alegre e Jardim de S. Lázaro, entre outros).

- Elementos Paisagísticos e Sítios Cénicos
- Vestígios arqueológicos visíveis
- Imóveis de interesse patrimonial
- Lugares cénicos
- Núcleos de interesse (núcleos habitacionais / rurais / característicos a preservar)
- Valores naturais (gnaisse, espécies classificadas e protegidas)

Esta proposta além de identificar os problemas a nível do aproveitamento e gestão ecológica da cidade que se estendem aos equipamentos inseridos nestes espaços, de potencial cultural e de lazer, pode ser vista como um contributo importante, pela proposta de inclusão de valores patrimoniais naturais ou edificados na Estrutura Ecológica Municipal.

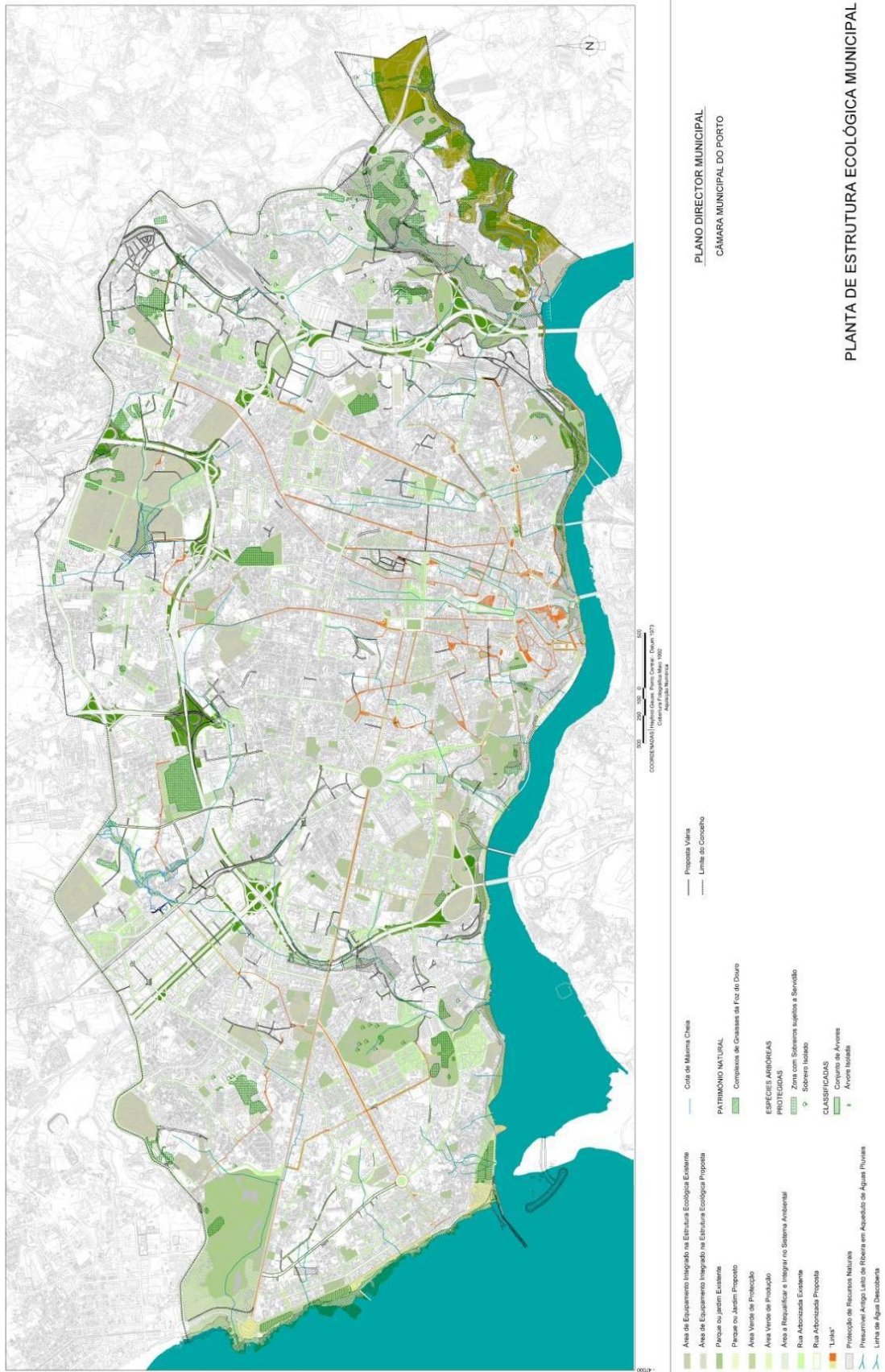


Figura 19-Planta da Estrutura Ecológica Municipal em PDM (2005). Fonte: Oliveira (2009)

Por sua vez, a Carta de Património (Anexo B) visa a identificação, classificação, defesa e valorização dos espaços de interesse arquitectónico, histórico, natural, cultural e social da cidade, onde a salvaguarda do Património é apresentada como uma dimensão fundamental na definição e aplicação dos instrumentos de planeamento e gestão urbanística, bem como, nas questões ligadas à paisagem e imagem da cidade. A actual Carta de Património realiza a identificação do Património Natural e das Espécies Arbóreas Classificadas, delimita os Perímetros de Protecção Arqueológica, e reconhece os Imóveis de Interesse Patrimonial que correspondem a imóveis que, pelo seu interesse histórico, arquitectónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de protecção e valorização, Áreas de Interesse Urbanístico e Arquitectónico que abrangem zonas significativas para a história da cidade que, sob o ponto de vista do urbanismo e da arquitectura, são representativas, contribuindo para a valorização da imagem urbana, Áreas Históricas que correspondem aos tecidos consolidados mais antigos da cidade e às reminiscências dos tecidos rurais primitivos que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística e arquitectónica e os Espaços Verdes com Valor Patrimonial (PDM Porto, 2005).

Quanto ao Plano de Gestão do CH, elaborado pela Porto Vivo, SRU com o apoio da CMP vem dar resposta aos desafios colocados à salvaguarda, preservação e reabilitação do CH enquanto realidade urbana viva. Deste modo, a sua elaboração surge no sentido de dotar o bem classificado de uma nova ferramenta de planeamento, gestão e comunicação, capaz de permitir um melhor desenvolvimento das acções de preservação e valorização e, assim, a sua salvaguarda e vitalidade a longo prazo (CMP; SRU, 2008).

O CH pela sua dimensão e complexidade exige que este projecto encerre uma metodologia de aplicação rigorosa mas flexível. Rigorosa no sentido em que é fundamental ter o conhecimento concreto do terreno, das suas áreas mais fragilizadas, das dinâmicas que encerra e até dos habitantes. Flexível no sentido em que tem de haver uma articulação com a compreensão doutrinária das cartas e convenções internacionais, assim como das experiências de gestão de outros CHs a nível internacional. Neste sentido, o Plano, executa um diagnóstico do estado de valor e preservação do edificado do CH e do espaço público, bem como do reajustamento funcional que se opera como resultado das transformações económicas, sociais e culturais que incidem sobre este território. Um Plano com estes objectivos e ambição não pode centrar-se na metodologia rígida de uma figura tradicional de salvaguarda ou de Plano Pormenor. A flexibilidade deve estar presente num programa de soluções que permitam a mobilização do valor potencial do sítio sem carácter impositivo.

O objecto deste Plano circunscreve-se a toda a área classificada (Anexo C) que foi alvo de uma abordagem interdisciplinar dotando o bem classificado de uma ferramenta de planeamento passível de melhorar o desenvolvimento das acções de preservação, valorização e salvaguarda a longo prazo, cujos limites de operações e o plano geral de actividades podem ser

analisados em anexo (Anexo C e D, respectivamente). Por outro lado pretende evidenciar as potencialidades do Património Cultural reconhecendo-o como um factor de:

- Valorização turística e de atracção no âmbito nacional e internacional
- Qualificação das populações
- Coesão e inclusão sociais, de solidariedade e reabilitação sociais
- Competitividade e inovação
- Crescimento económico

Por isso, a reabilitação urbana do CH, reconhecendo que se trata de um espaço densamente construído onde se destacam alguns imóveis mais proeminentes (figura 20), para além de constituir um imperativo de salvaguarda da herança urbana nacional e mundial, constitui um importante contributo para a valorização da dinâmica metropolitana e do seu potencial turístico e económico.

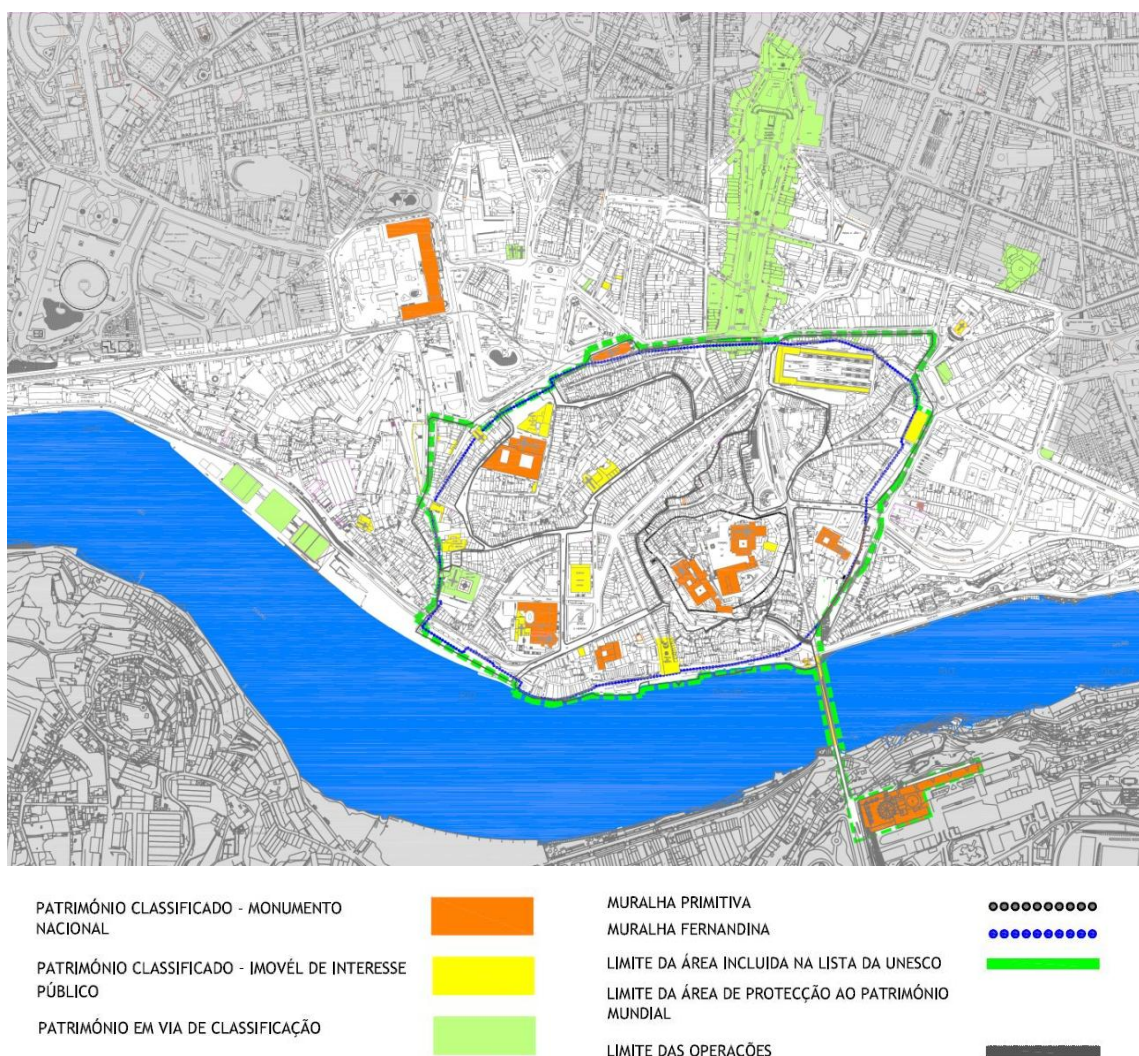


Figura 20 - Mapa dos edifícios de valor patrimonial ou museológico. Fonte: CMP;SRU (2008)

3.2 Diagnóstico

O Porto como entidade geográfica surge ligado a diversas dimensões, desde a Cidade, Grande Área Metropolitana, Distrito ou Região, sendo que cada uma delas representa uma escala e realidade diversa, mas que retrata a importância do Porto.

A cidade do Porto integra quinze freguesias, sendo a de maior dimensão a freguesia de Campanhã que se localiza na extremidade Leste do concelho, e a de menor dimensão a freguesia de S. Nicolau, que se encontra na extremidade Sul da cidade. Quanto aos indicadores populacionais, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), como cidade, o Porto é actualmente a quarta maior cidade do País, com uma população a rondar os 221.800 habitantes, apresentando uma elevada densidade populacional, de 5371,80 hab/km², a segunda mais alta do país, dispersos pelos 41,3 km² da cidade. Em termos territoriais, o Porto é envolvido a Sul pelo Rio Douro e o concelho de Vila Nova de Gaia na margem esquerda do rio, a Leste pelo concelho de Gondomar, a Norte pelos concelhos da Maia e Matosinhos e por último a Oeste, toda a sua linha de costa é limitada pelo Oceano Atlântico (figura 21).

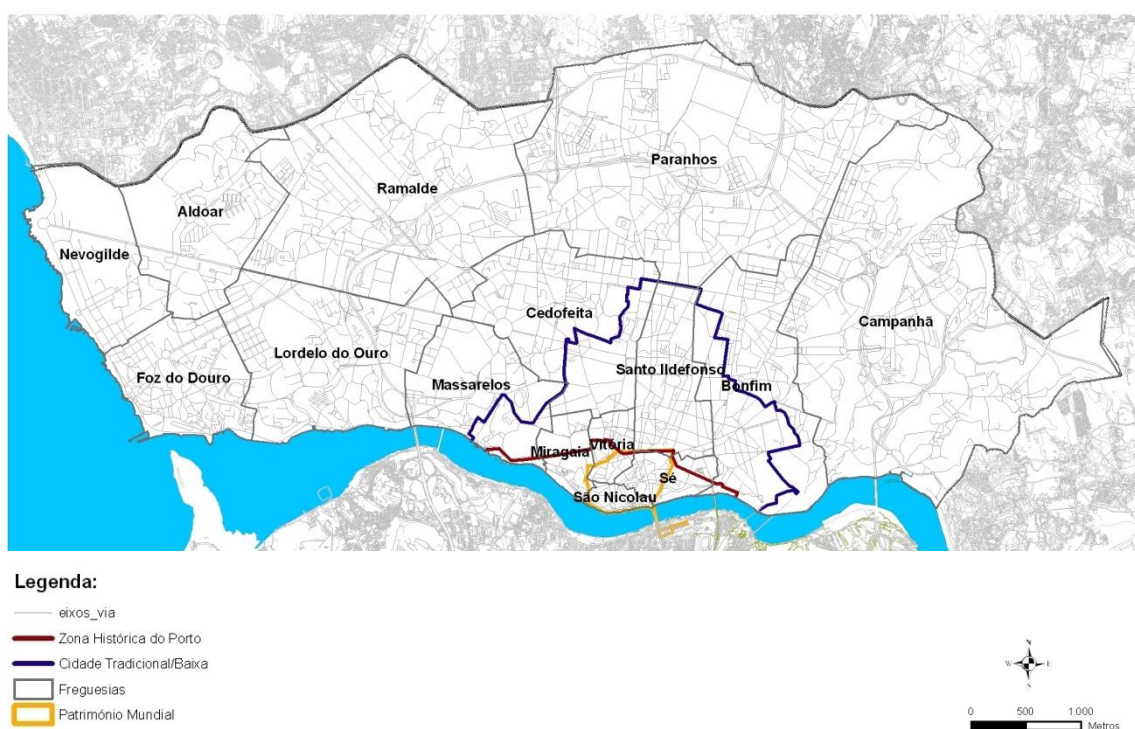


Figura 21 - Mapa de enquadramento do Concelho do Porto e suas freguesias. Fonte: CMP (2010)

Como vimos anteriormente, a cidade do Porto é um espaço marcado pela diversidade e por uma convergência de identidades que a tornam peculiar e cativante. No entanto, é também um espaço onde se verificam assimetrias territoriais acompanhadas de fragilidades sociais que

têm repercussões na imagem da cidade e por consequência afectam o interesse turístico da mesma.

Os problemas urbanísticos e sociais que se verificam nas cidades prendem-se com um conjunto complexo de factores inerentes às significativas mudanças económicas, sociais e culturais que marcam a sociedade actual. O Porto, confrontado com estas transformações, revela sintomas de uma crise que atinge áreas específicas da cidade e que acabam por se traduzir nas condições de vida de segmentos muito significativos da população.

No Porto, as assimetrias sociais são evidentes e traduzem-se na incidência da pobreza que afecta a zona oriental da cidade e determinadas zonas do CH dando uma imagem de fragilidade social a quem o visita. Por outro lado há uma “desqualificação simbólica” que se tenta combater, a qual surgiu por via das imagens negativas e estigmatizantes de determinadas áreas da cidade.

A Baixa regista um acentuado envelhecimento acompanhado da degradação do edificado e da retracção económica/comercial cuja consequência directa é a perda da função residencial, também motivada pela expansão de formas de marginalidade. A Baixa do Porto experimenta dois períodos distintos: o diurno e o nocturno. Se durante o dia as marcas da marginalidade e da exclusão social são evidentes, durante a noite a insegurança aumenta. A autarquia, os comerciantes e empresários concertam esforços para que esta tendência se inverta. Equipamentos culturais e de lazer estão a ser dinamizados com programação nocturna para que as pessoas se sintam atraídas pela Baixa. Contudo, em matéria de segurança urbana, os indicadores estatísticos relativos à criminalidade no Porto revelam, comparativamente à cidade de Lisboa, focos mais reduzidos.

Por outro lado, a reduzida aposta em formas de comércio mais inovadoras e coordenadas, aliada à concorrência cada vez mais significativa de espaços atractivos localizados em concelhos próximos, favorecidos por melhores vias de acesso, constituem os principais desafios que o comércio do centro do Porto enfrenta. Constituindo a Baixa o principal pólo de oferta de serviços de apoio às actividades económicas, a sua importância relativa neste domínio tem vindo a ser partilhada face à emergência de pólos alternativos, como é o caso da Boavista. Segundo Fernandes (1993), enquanto a Baixa sobre-expandida dos anos 70 denunciava exaustão contribuindo para isso, entre outros factores, a dificuldade de circulação automóvel, a Boavista emerge acompanhada de uma acessibilidade acrescida pela Ponte da Arrábida e pelas vias Norte e Rápida e de um elevado potencial económico dos residentes e da facilidade de terrenos para o alargamento urbanístico que conduziu a grandes construções como hotéis, centros comerciais, sedes de sociedades financeiras e bancárias, consultórios e clínicas a par de prestigiados condomínios residenciais.

No entanto, mesmo que estes problemas condicionem a vitalidade da Baixa, esta continua a oferecer um conjunto de atributos que, devidamente estudados e potencializados

estrategicamente, poderão contribuir de forma clara para a reversão de várias destas tendências. Pelo seu conteúdo simbólico, arquitectura e Património histórico, a Baixa constitui uma zona emblemática da cidade possuindo um conjunto de valores e condições que propiciam o turismo e a fixação de actividades económicas. Neste sentido, há uma aposta em novas medidas que reforçam a coesão sócio-territorial, nomeadamente através do Programa de Revitalização da Baixa que procurou inverter a situação que anteriormente identificamos.

Num contexto mais alargado, toda a zona central da cidade – Baixa tradicional, CH e “coroa” envolvente da Baixa – tem sido alvo de uma perda de importância relativa da qual a degradação do edificado é apenas um dos sinais mais evidentes.

A carência a nível da reabilitação na Baixa e um pouco por toda a cidade é reconhecida pelo que várias transformações urbanísticas foram implementadas nos últimos anos. O quadro de referência que balizou as intervenções urbanas que transformaram expressivamente o desenho e a fisionomia da cidade nos últimos anos é basicamente constituído pelo PDM, ratificado em 1993.

A cidade sofreu uma transformação urbanística profunda no período de vigência do PDM, tendo adquirido uma nova forma urbana. No âmbito que nos interessa para estudo, ou seja, a renovação da rede de equipamentos públicos na área da cultura e lazer, quer de iniciativa privada, quer de iniciativa pública, constitui um aspecto relevante da transformação urbanística entretanto ocorrida que passou pela recuperação do TNSJ, do Coliseu e do Rivoli, a remodelação da Casa do Infante e do Museu Soares dos Reis, a criação do Museu dos Transportes, do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, do Teatro do Campo Alegre, do Centro Português de Fotografia e a construção do Parque da Cidade traduzem um esforço de modernização da cidade, com repercussões ainda sobre a imagem projectada do Porto.

A transformação urbanística da cidade do Porto que se processou a um ritmo considerável caracteriza-se, *grosso modo*, pela afirmação de novas centralidades, nomeadamente:

- Boavista em resultado da iniciativa privada
- Asprela fruto do investimento público-privado onde proliferam estabelecimentos de ensino superior reforçando a importância desta área conjuntamente com o Hospital S. João.
- Antas, na sequência de uma parceria público-privada
- A requalificação do corredor flúvio-marítimo
- A infra-estruturação da zona oriental
- A renovação pontual de alguns espaços públicos da Baixa
- e pelo reforço e valorização da rede de equipamentos

A política urbanística da cidade, pelas intervenções que se verificam, tem privilegiado uma abordagem no âmbito da reabilitação urbana e da qualidade de vida em detrimento da expansão urbana.

Outros projectos e estratégias foram pensados pelo Município, nomeadamente no PMP, que não visando directamente o sector turístico constituem-se susceptíveis de o influenciar e, por isso, consideramos importante serem alvo de uma análise. Por exemplo, dentro do objectivo estratégico que se prende com a promoção da qualidade de vida urbana e as condições para um desenvolvimento urbano sustentável onde prevê actuações no âmbito da valorização da qualidade ambiental e da coordenação dos diferentes modos de transporte, devemos destacar a importância dada às medidas de valorização do património arquitectónico e dos espaços públicos, em particular as áreas históricas reforçando o seu potencial turístico; a expansão e requalificação de espaços verdes como o histórico Jardim de S. Lázaro e o reforço das condições de segurança pública que terão impacto na imagem de qualidade da cidade enquanto destino turístico.

No mesmo instrumento verifica-se a intenção de consolidar o Porto como centro económico e atractivo por via da evidenciação dos recursos da cidade associados à riqueza patrimonial e às condições geográficas e naturais que deverão ser mais valorizados numa perspectiva de promoção e desenvolvimento da actividade turística, à escala nacional e internacional. O instrumento defende que a existência de uma importante rede de equipamentos no domínio da cultura e do lazer, não só representa uma componente basilar da qualidade de vida dos residentes e dos utilizadores diários da cidade, como se assume um vector decisivo na afirmação e projecção internacional. Assim, os eixos de intervenção para o sector turístico e de projecção da cidade centram-se na afirmação do Porto como centro turístico de qualidade através de uma estratégia diferenciada no que concerne aos produtos temáticos (Património Mundial, Vinho do Porto, arquitectura de autor, entre outros), a qual deve privilegiar como eixo nevrálgico de actuação, uma lógica de forte coordenação e complementaridade com a oferta turística de outros locais da sua proximidade geográfica (cidades e regiões).

Por outro lado, a projecção da imagem da cidade deve partir de uma nova visão estratégica para atracção de visitantes e de actividades económicas inovadoras e pela dinamização das infra-estruturas culturais da cidade favorecendo a cooperação entre as diferentes instituições e agentes do sector.

Quanto às acções/programas estruturantes previstas para a promoção turística, é reconhecido que para a afirmação do Porto como centro económico, atractivo e dinâmico a estratégia passa por um esforço de investimento em acções de apoio, promoção, divulgação e organização turística, não necessariamente confinadas à cidade.

A projecção internacional enquanto objectivo prioritário para o turismo procura a realização de iniciativas como a Assembleia Geral das Eurocidades e a participação activa do Porto na rede das cidades do Eixo Atlântico do noroeste Peninsular, o qual capta visibilidade crescente a nível internacional. Por outro lado, os projectos de cooperação municipal

descentralizada previstos com as cidades de países de língua oficial portuguesa geminadas com o Porto desempenham também o seu papel neste contexto.

A promoção da cidade (nível local) é da responsabilidade do Gabinete de Comunicação e Promoção da CMP, competindo ao Departamento de Turismo a devida articulação. Ao nível regional a promoção externa é da responsabilidade da Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal, Agência Regional, e a promoção interna e externa alargada (Espanha), também a nível regional, é da responsabilidade da ERTPNP, pelo que a autarquia cada vez mais se desvia da problemática do turismo que a cidade encerra deixando cair num subaproveitamento os recursos endógenos. Os postos de turismo asseguram os serviços mínimos, refugiam-se no estatuto de PM e o acolhimento aos turistas é passivo. Para a autarquia os eventos mediáticos representam a verdadeira aposta ficando outras iniciativas sob a responsabilidade da Porto Lazer E.M. nomeadamente as de cariz desportivo e de animação.

O passo mais significativo prende-se com cooperação no projecto do Eixo Atlântico que passa pela criação de um cluster euro-regional. A ideia da criação da associação teve como fio condutor o interesse de uma ligação como forma de cooperação, entre a cidade do Porto e de Vigo que, rapidamente, se estendeu a um número significativo de cidades do Norte de Portugal e Galiza. O objectivo primordial procurava através desta cooperação “chegar mais perto” da União Europeia (UE) obtendo, assim, mais apoios para projectos que ajudassem no desenvolvimento das suas cidades e regiões. A partir daqui várias operações, projectos e estudos foram sendo implementados com ferramentas de divulgação ajustadas. A participação em redes internacionais de cooperação insere-se igualmente numa estratégia de projecção externa da cidade. O Município participa activamente na rede Eurocidades, no Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e na Conferência do Arco Atlântico, entre outras, as quais têm vindo a constituir plataformas para um trabalho de promoção a este nível. Neste âmbito a actuação turística conjunta além de pouco frequente ocupa um lugar importante nestas dinâmicas. Assim, em 1991 teve lugar o primeiro Colóquio Internacional das Cidades do Património Mundial, convocado pelos governos do Quebec e do Canadá com colaboração da UNESCO, exteriorizando a vontade e a necessidade de constituir uma rede de cidades do Património Mundial, cuja ideia materializou-se a 8 de Setembro de 1993 na localidade marroquina de Fez, onde foi fundada a Organização de Cidades Património Mundial (OCPM).

O Porto deve tirar partido da sua localização geográfica e da condição privilegiada de proximidade com a Galiza para reforçar o seu perfil turístico fortemente marcado pelo Património e por uma carga simbólica distintiva. Embora a região do Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma da Galiza representem, cada uma, realidades territoriais próprias, é possível pensarmos em projectos turísticos comuns às duas regiões.

Apesar de todos os conflitos registados na História, as semelhanças que vão desde a partilha de características paisagísticas e naturais até ao predomínio recente das actividades

agrárias, passando pela forte tradição religiosa, podem servir como alavanca de cooperação e iniciativas conjuntas a nível Ibérico. Por exemplo, a constituição de uma rede de lugares Património da Humanidade, que teria como peças-âncora Santiago de Compostela, Guimarães, Porto e o Alto Douro Vinhateiro é passível de representar uma possibilidade crucial de valorização patrimonial e dinamização turística de elevado impacto para ambas as regiões. Esta cooperação Ibérica entre instâncias e entidades territoriais pode alargar o seu campo de actuação até ao domínio turístico e cultural, conquistando grandes possibilidades de sucesso na conturbada situação económica internacional.

Esta iniciativa goza de fortes possibilidades de sucesso uma vez que as cidades concentram elevado potencial enquanto produto turístico o qual pode ser reforçado caso exista um CH, o que se verifica no Porto, cuja rede urbana constitui um recurso turístico por si mesma. Contudo, esta predisposição inata da região para fins turísticos não invalida a existência do planeamento estratégico que supera a planeamento urbanístico tradicional, pois a sua ausência é nociva para a cidade e afecta directamente as dinâmicas turísticas da mesma e o seu entendimento. Por outro lado é necessário superar leituras monumentalistas do Património arquitectónico e apostar por leituras mais urbanísticas que permitam realçar recursos até então subutilizados. Uma cidade bem preparada urbanisticamente constitui um factor atractivo e de interesse em termos residenciais, turísticos e de investimento sendo, por isso, necessário avaliar a adequação do Património monumental para novos usos.

No que concerne à qualidade de vida urbana, às condições ambientais, à disponibilização de equipamentos e existência de zonas verdes, estas desempenham também o seu papel na formação de uma imagem da cidade, positiva ou negativa, que terá repercussões a nível do marketing e da promoção do lugar. A expressão territorial e a qualidade paisagística e funcional da estrutura verde de uma cidade constituem uma componente de relevo cada vez mais valorizada do conceito de qualidade de vida urbana e um factor de interesse no domínio turístico. No caso do Porto há equipamentos a este nível como o Parque da Cidade que devido à sua dimensão (cerca de 80ha) representa o equipamento municipal mais emblemático, e outros a nível de quintas, jardins públicos e privados de reconhecido valor e que devem constituir um vector da promoção da cidade a nível turístico.

Nos últimos anos, em prol da qualidade de vida urbana e das condições ambientais tem-se assistido a uma crescente preocupação em dotar as cidades de novos espaços verdes, sobretudo parques e jardins, que permitam à população desfrutar dos mesmos, combatendo a progressiva densificação da paisagem urbana. A cidade do Porto apresenta uma capitação na ordem dos 7 m² por habitante, valor muito inferior relativamente ao da capitação média das cidades europeias. No entanto, áreas como o Parque da Cidade, os Jardins do Palácio de Cristal ou o Jardim de Serralves, representam uma forte atractividade metropolitana associada ao seu

elevado valor patrimonial, histórico e paisagístico possuindo, na nossa perspectiva, um potencial turístico que deve ser desenvolvido.

As ruas arborizadas devem ser encaradas como uma mais-valia em termos ambientais e paisagísticos, contribuindo para a estrutura verde das cidades mantendo, a cidade do Porto, uma extensão de ruas arborizadas com cerca de 139 km, correspondendo, aproximadamente, a 26% da extensão total de arruamentos. Em termos de distribuição espacial das ruas arborizadas, a grande maioria (cerca de 42%) concentra-se na zona oriental, registando o CH um valor abaixo dos 4%. Aliás, o CH é dotado de uma percentagem restrita de zonas verdes como ilustra o mapa que se segue (figura 22).

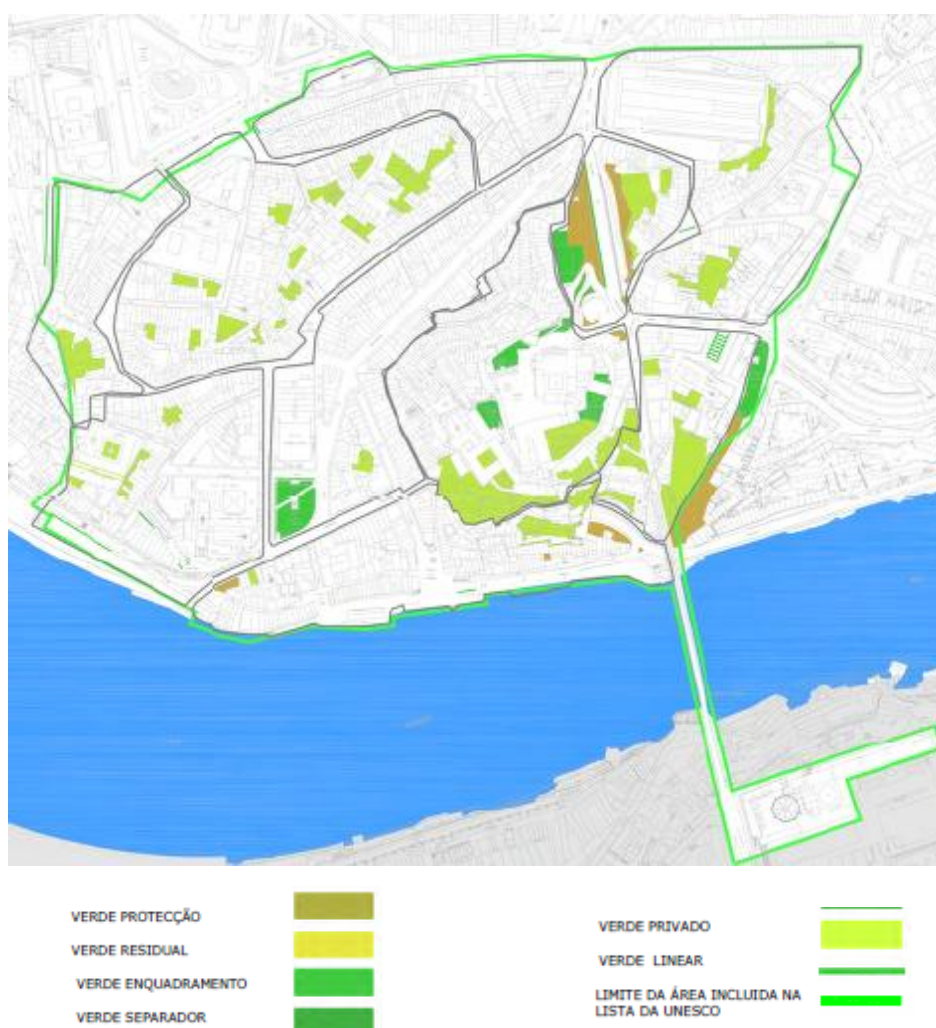


Figura 22 – Mapa das zonas verdes do CH. Fonte: CMP;SRU (2008)

Sabemos que intimamente ligada à motivação que o turista detém para se deslocar até determinado local está a imagem que este absorveu do mesmo. Por isso, desde logo, surge a pergunta: o que está a ser feito a nível da promoção da imagem da cidade e se há uma imagem de marca? No caso do Porto a sua imagem cultural já se dota de potencialidades há muito

adquiridas as quais estão ligadas à sua componente histórica e a ícones, questões que, à partida, sustentam um forte potencial turístico. Contudo, sem anular a vertente histórica, verifica-se uma vontade de mudança que aponta para uma reconfiguração iconográfica marcada pela vertente plural, diversificada e cosmopolita. Este lado inovador busca proporcionar experiências únicas no turismo urbano, mas para isso há melhorias significativas que têm de ser levadas a cabo dentro dos domínios estratégicos da coesão sócio-territorial, da qualidade de vida e do ambiente urbano, da consolidação do Porto como centro económico, atractivo e dinâmico que, em conjunto, todos estes eixos exercem influência directa sobre as dinâmicas turísticas.

Por outro lado, tendo em consideração a carga simbólica e a monumentalidade do centro da cidade podemos encontrar aqui um decisivo instrumento indutor de distintividade que pode ser reforçada numa lógica de articulação entre património e contemporaneidade. Consideramos que não basta alimentar uma imagem peculiar da cidade conferida pelas suas características geográficas e arquitectónicas recorrendo sempre ao estatuto de Património da Humanidade.

O que está previsto no plano de gestão, dentro de objectivos estratégicos, passa por campanhas de sensibilização para a importância do uso da marca PM (Património Mundial), na promoção das estruturas, dos equipamentos e da cidade.

A criação da marca PM é uma indiscutível ferramenta de captação de fluxos turísticos, pois grandes imagens conseguem públicos abrangentes. O estatuto de PM dá a garantia a quem o visita que vai encontrar história, autenticidade e identidade. No entanto, em vigor das exigências actuais e dada a multiplicidade de destinos que partilham do mesmo estatuto consideramos pertinente e até vital apostar em novos mecanismos de lançamento de uma imagem fiel, mas inovadora, que alia ao Património da Humanidade à criação contemporânea encontrando aqui espaço para o emergir de uma oferta local, dando abertura às Indústrias Criativas.

Uma imagem forte como Cidade Património Mundial chega ao público de forma transversal. Isto levanta a questão do público-alvo destas políticas que, tal como transmite o gabinete de turismo da CMP, não há um nicho definido acolhendo uma procura generalista. E quanto à imagem da cidade, não existe qualquer estudo sobre a mesma, estando previsto para 2011 o arranque de um projecto que estabelece um plano de marketing estratégico e operacional que permitirá obter orientações também a este nível.

Pensamos que, se a criação contemporânea for estrategicamente aliada à componente tradicional seria possível captar novos fluxos turísticos, aguçar interesses mais específicos, cativar nichos minoritários mas igualmente importantes e, por consequência, conferir as tão desejadas experiências únicas, profundas e diversificadas de confrontos estéticos e de estímulos sensoriais de um *Porto de Identidades* e não apenas da marca “Porto”. É, por isso, necessário procurar novos elementos que transmitam não só a vertente tradicional do lugar mas uma nova abertura e permeabilidade num trabalho que exige continuidade e concertação de esforços dos

vários agentes da cidade, incluindo o poder local que cada vez mais se desvia de um papel activo na gestão turística da cidade.

O sucesso das cidades a nível turístico já não depende apenas do crescente interesse pelo património e do significativo consumo cultural mais recente. A chave do sucesso está do lado da oferta, na cidade, na sua capacidade de compreender os fluxos turísticos e na sua resiliência. Novas posturas e o traçar de imperativos estão na base da crescente atenção dada, não só, às políticas urbanas e sobretudo ao planeamento urbano comprovando mais uma vez que turismo, lazer e qualidade urbanística estão associados, como também ao marketing dos lugares e à promoção da actividade turística.

Segundo Kearns;Philo (1993)³⁹ existe em todas as áreas a tendência para ignorar as fragilidades e dar ênfase às potencialidades. Contudo, uma verdadeira estratégia de marketing territorial deve ser representativa dos valores reais do lugar, bem como dos seus recursos endógenos para que não se criem expectativas assentes em falsas imagens atingindo o efeito perverso deste processo.

A representação que o turista tem de uma cidade está intimamente ligada à imagem de marca da mesma e ao seu conjunto tradicional como também a peças-âncora que se destacam na malha urbana. Verifica-se que, alguns monumentos ou equipamentos recentes feitos precisamente com o intuito de marcar a paisagem urbana são obras de autor. No caso da Cidade do Porto podemos entender a Casa da Música como um forte geossímbolo. Por outro lado, a captação de fluxos turísticos excede a campanha promocional e depende também da gestão de ofertas. A inovação na oferta pode passar pela substituição de espaços de produção por espaços de consumo através do ócio, da cultura e do comércio num verdadeiro entendimento de pós-modernidade.

Retomando a análise do plano, a nível da gestão de ofertas, verifica-se a necessidade de reforço das estratégias de desenvolvimento e qualificação. Deste modo, foi proposto enquanto projecto âncora, a criação de um “Welcome Center” que oriente e incentive os turistas e visitantes para uma verdadeira e estimulante descoberta da cidade e em particular do CH, o que denota que há uma consciencialização das lacunas e das fragilidades actuais no âmbito da recepção e acolhimento dos turistas. Este projecto que se prevê concluído no final de 2011 com o estatuto de um dos maiores e mais bem equipados da Europa, funcionará no Palácio das Cardosas, nas traseiras do Hotel Intercontinental. Esta proposta está sob a responsabilidade da Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte e da CMP e não deverá interferir com os postos de turismo pré-existentes, antes trabalharão em articulação mas com serviços diferentes.

O centro de atendimento foi pensado com o intuito de funcionar como âncora de toda a região, pois vai concentrar serviços com recurso a alta tecnologia onde os visitantes terão a possibilidade de aceder à oferta da região que contempla produtos gourmet, factor de inovação

³⁹ Tradução nossa.

relativamente aos postos de turismo actuais e ainda privilegiar o funcionamento em rede dos postos já existentes e dos que surgirão pelos municípios da AMP. Este projecto deve ser aplaudido não só pelo reconhecimento das falhas existentes e manifestamente condicionadoras, mas pelo desempenho que se prevê que tenha dotando a cidade de um espaço de acolhimento de excelência e fazendo justiça às suas potencialidades turísticas e ao segmento city break definido no PENT, ao qual reconhecemos a necessidade de requalificar a oferta ao nível de conteúdos.

Os postos de turismo assegurados pela Câmara mantêm o serviço habitual que os caracteriza procurando simultaneamente aperfeiçoar-se e alargar a oferta pelo que acolhem material publicitário e de calendarização de eventos de outras cidades pertencentes à Área Metropolitana do Porto (AMP). Por força da desarticulação ao nível regional, em matéria de promoção e organização dos produtos, os documentos que existem e que servem de orientação ao trabalho do Departamento de Turismo (nível local) são: o PENT, de âmbito nacional e a Agenda Regional de Turismo de âmbito regional. Ao nível local, é desenvolvido um documento operacional para o horizonte 2010-2013 que não é de domínio público.

Quem visita a cidade com o intuito de reter uma panorâmica geral das dinâmicas e da ambiência da mesma, de elementos patrimoniais mais significativos onde os Clérigos imperam e das incontornáveis Caves encontra disponíveis várias rotas e circuitos da responsabilidade da CMP, da Porto Tours e da STCP. Estas propostas multiplicam-se por toda a cidade estendendo-se até Gaia e tirando proveito do rio. A pé, de bicicleta, de barco, de sightseeing e mais recentemente de segway, a oferta é variada e os preços acompanham a tendência. Nestas propostas não há nada de novo repetindo-se soluções já experimentadas em cidades portuguesas como as rotas do Medieval, do Barroco, do Neoclássico, do Azulejo, dos Parques e Jardins, passeios geológicos, percursos 3D ou de mp3 (apenas para os circuitos da Baixa, da Ribeira, da Sé, dos Clérigos e de Miragaia, com a possibilidade de personalizar a visita) à semelhança do que se faz nos museus possibilitando uma visita autónoma.

O Gabinete de Turismo propôs ainda uma solução paradigmática para o acesso dos visitantes à cidade – o Porto Card – que tem como objectivo promover a cidade e a marca *Porto* como destino turístico de excelência, proporcionando aos portadores do mesmo, turistas e visitantes nacionais e estrangeiros, o acesso gratuito ou a preços vantajosos a produtos ou serviços devidamente identificados, contando para o efeito, com o envolvimento de várias entidades que se associaram à iniciativa.

Apesar do Plano de Gestão reconhecer que a degradação do edificado é preocupante, que o espaço público e respectivo equipamento necessitam de manutenção em prol de um ambiente urbano saudável e que novas estratégias de mobilidade são imperativas, procura-se que o turismo seja uma alavanca de desenvolvimento para a cidade e que cresça em quantidade e valor. Aqui encontra-se contemplado o produto estratégico Turismo de Negócios com uma finalidade crucial: reduzir a sazonalidade e o City & Short Breaks.

A ERTPNP é responsável pela promoção do turismo no Porto, mantendo na cidade uma delegação que, por sua vez, promove o Produto Estratégico Turismo de Negócios. A escolha para a localização da Delegação prende-se com factores cruciais como a situação geográfica privilegiada da cidade e por ser servida a nível de infra-estruturas aeroportuárias pelo Aeroporto Francisco Sá Carneiro, por uma consolidada rede rodoviária sustentada por auto-estradas que possibilitam não só viajar num curto espaço de tempo e de forma cómoda, como permite ligações directas a outros destinos nacionais e até com o Noroeste Espanhol, situação explorada pelas iniciativas do Eixo Atlântico.

O turismo de negócios, seguido do produto City & Short Breaks, representa uma parte significativa dos fluxos verificados contribuindo ainda para o processo de identificação e consolidação da imagem de marca do Porto através da realização de grandes eventos. Captando de forma sustentada congressos, seminários, reuniões, conferências, lançamento de produtos e de marcas, entre outros a cidade consegue uma visibilidade e notoriedade favoráveis à imagem e à captação de novos projectos.

Dada a importância que o Produto Estratégico Turismo de Negócios tem para a cidade é vital que infra-estruturas e equipamentos respondam de forma eficaz e em tempo útil ao género do evento. Assim devemos destacar os centros de congressos de capacidades e tipologias variados (histórico, high tech e design) e respectivos serviços de apoio.

Com o intuito de tornar a visita de contexto profissional numa experiência agradável, com momentos de lazer e até de apreciação da paisagem e do Património foram pensados transferes criativos ao ritmo do eléctrico, do barco rabelo e até do comboio histórico. Neste sentido podemos constatar que o Turismo de Negócios além de ser um produto estratégico para a cidade com impacto significativo na sua vida económica é, simultaneamente, um elemento de dinamização que articula e viabiliza projectos aliando a componente de lazer. Os eventos, por vezes de grande mediatismo contribuem para a mobilização de numerosas pessoas que atraídas pelo colossal evento, pela inovação de conceitos e pela apresentação de produtos inéditos se deslocam à cidade acabando por desfrutar do que esta tem de melhor para oferecer.

Nesta vertente, a cidade dispõe de vários equipamentos como o Centro de Congressos e Exposições da Alfândega, a EXPONOR e, num registo diferente, o Porto Palácio Hotel.

Quanto ao produto estratégico City & Short Breaks representa para a cidade fluxos turísticos significativos, acima do segmento de Turismo de Negócios tal como ilustra o gráfico que se segue (figura 23).

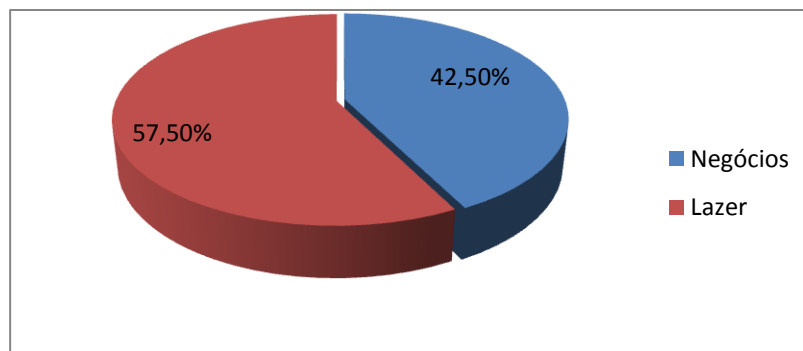


Figura 23 - Motivo da visita. Fonte: ERTPNP (2010)

Este impacto significativo do segmento Lazer pode ser justificado, entre outros motivos, pelo estatuto de segunda maior cidade do País e pelos acessos e ligações rodoviária e aeroportuária. Os serviços ferroviários, mais concretamente os urbanos do Porto desempenham um serviço de qualidade, com veículos de grande segurança e conforto que permitem a ligação à estação de Campanhã e à de S. Bento, bem como ao aeroporto através do metro. A melhoria na circulação foi de grande impacto após a inauguração deste serviço que soube adaptar-se à frequente circulação de turistas na cidade.

O modelo de organização da oferta de transportes públicos existentes na AMP deve ser analisado de acordo com dois períodos distintos: antes do metro e depois do metro. Na fase que antecede a implementação do novo meio de transporte o modelo de organização baseava-se na presença de dois operadores públicos – rodoviário e ferroviário – e vários privados cuja actuação evidencia a falta de coordenação e complementaridade, denunciando este panorama a ausência de mecanismos de articulação a nível institucional. O metro do Porto interveio neste sentido, desempenhando um papel central na coordenação do sistema metropolitano de transportes que abrange outras medidas, nomeadamente a construção na periferia de interfaces modais (incluindo parques de estacionamento) com disponibilização de um sistema de bilhetes e passes intermodais. O objectivo prendia-se com a reorientação da rede de transportes rodoviários segundo uma lógica de complementaridade com o metro e com o serviço ferroviário.

As condições de funcionamento do território metropolitano, em particular no que toca ao movimento de pessoas e bens e aos modos de transporte utilizados manifestam carências que denunciam a ausência de uma estratégia integrada de planeamento de uso do solo e transportes. Esta lacuna tem consequências graves sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento deste território, no qual está incluído o turismo.

No que concerne à área central da cidade, onde permanecem problemas de congestionamento, as intervenções pontuais de requalificação do espaço público que têm sido

promovidas encerram objectivos específicos que se prendem com um conceito de mobilidade potenciador da circulação pedonal, incentivando à redução do estacionamento à superfície em favor do estacionamento em parques subterrâneos, bem como uma rede de eléctricos em sítio próprio que constituem um forte atractivo turístico no CH da cidade.

Por outro lado, o metro trouxe uma transformação radical das condições de acessibilidade à Baixa contribuindo para a revitalização desta área que denota fragilidades pela degradação do edificado, o que motivou a partilha do protagonismo comercial e económico com a Boavista. O metro deu ainda contributos a nível de uma repartição modal mais favorável à qualidade ambiental reforçando a necessidade da reorganização da gestão do espaço público em prol do transporte colectivo, a par do desenvolvimento do sector logístico de apoio à actividade comercial.

Esta intervenção a nível da mobilidade e de infra-estruturas na cidade representa um importante contributo para a qualidade de vida dos habitantes e para a melhoria do ambiente urbano, culminando com a adesão facilitada dos turistas a uma rede de transportes que cobre toda a cidade.

Aliás, de acordo com o estudo ao perfil dos turistas do Porto e do Norte de Portugal levado a cabo pelo IPDT, em parceria com a ERTPNP e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro realizado no primeiro trimestre de 2010⁴⁰, os transportes como o metro e o comboio são os mais utilizados pelos turistas do segmento City & Short Breaks o que demonstra que a qualidade do serviço cativa vários utilizadores.

Continuando com a análise de elementos que possam suscitar interesse turístico na cidade devemos destacar o futuro Terminal de Cruzeiros de Leixões que vai impulsionar os Cruzeiros como um dos segmentos turísticos de maior crescimento a nível mundial e permitir a este cais afirmar-se como essencial na região que certamente trará novas dinâmicas à Frente Marítima e à relação privilegiada que o Porto tem não só com o Rio Douro mas também com o Atlântico.

Este projecto para além de trazer um novo símbolo para a imagem e identificação do Grande Porto, juntamente com um desejado impulso no turismo propõe-se dinamizar um cluster regional para a economia do mar. Está prevista a integração do futuro Parque de Ciência e Tecnologias do Mar da Universidade do Porto a qual albergará múltiplas unidades de investigação, naturalmente direccionadas para as questões marítimas. É de salientar que servirá ainda como pólo de incubação de novas empresas trazendo um novo fôlego à economia.

Segundo o estudo ao perfil dos turistas anteriormente mencionado, a região é procurada maioritariamente para o segmento Lazer relativamente ao de Negócios. Quanto aos motivos da

⁴⁰ Os dados foram recolhidos através de um inquérito por entrevista pessoal, aplicado na sala de embarque do aeroporto Francisco Sá Carneiro. Os indivíduos foram seleccionados por conveniência sendo pré-qualificados antes de responderem ao questionário. Assim foram, eliminados Residentes e Passageiros em Trânsito. Os turistas foram subdivididos em 2 grupos que representavam os que vinham em Lazer e os que vinham em Negócios/Trabalho sendo obtidos 321 e 237 questionários respectivamente.

deslocação, os que viajavam em Lazer eram movidos por várias razões que serão representadas de seguida num quadro e os que viajavam em negócios assumiram que o motivo principal era Reuniões, escolhendo a cidade do Porto e Hotéis para alojamento e utilizam no destino o táxi como principal meio de transporte, seguido do carro alugado ou carro de familiares. São maioritariamente Homens e provêm de mercados como a Espanha, Alemanha, Bélgica, Itália, Inglaterra e França enquanto os turistas em Lazer provêm de França, Espanha, Brasil, Bélgica e Alemanha.

Quanto aos turistas apurados no segmento de Lazer dispersam-se por toda a região Norte, sendo as cidades mais visitadas Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Póvoa do Varzim e Espinho. O meio de transporte usado no destino é o comboio, metro, autocarro e carro (alugado, de familiares ou próprio).

O perfil sócio-demográfico denuncia turistas de uma gama média-alta, casados, com níveis de rendimento elevado e habilitações superiores, principalmente no segmento de Negócios. No segmento Lazer, ao contrário do outro, os dois géneros estão igualmente distribuídos não se manifestando uma predominância de qualquer género, pois verifica-se a tendência de viajarem com o/a companheiro/a, enquanto o turista de Negócios tem tendência a viajar sozinho.

Dada a multiplicidade de motivos que os turistas do segmento de Lazer apresentam para justificar a deslocação, julgamos que simplifica a leitura se for apresentado em quadro.

Quadro 7 - Motivos de escolha do Porto e Norte de Portugal pelos turistas em Lazer/Férias. Fonte: ERTPNP (2010)

Motivos	Nº de respostas	% de casos
Património	78	24,8
Localização	62	19,7
Alojamento	61	19,4
Beleza Natural	47	14,9
Preço	41	13,0
Cultura	40	12,7
Família	39	12,4
Clima	29	9,2
Gastronomia	29	9,2
Compras	16	5,1
Segurança	13	4,1
Vinho do Porto	13	4,1
Amigos moram cá	10	3,2
Vale do Douro	9	2,9

Vida nocturna	8	2,5
Outros	13	4,1
Base de cálculo das percentagens: 315 respondentes		

As vantagens do Porto para o desenvolvimento do Produto Estratégico City & Short Breaks prendem-se com a diversidade, a relação qualidade/preço, a autenticidade, a tradição, a gastronomia, o CH classificado pela UNESCO e a promoção da marca *TEM* pela ERTPNP, a qual trabalha toda a região Norte de forma articulada. A marca “*Porto e Norte TEM*” surge da estratégia promocional implementada por esta entidade que procura fazer do seu entendimento conjunto da região Norte um símbolo distintivo da sua oferta.

A Entidade que surgiu no âmbito do novo regime jurídico tem prevista a divisão de Portugal continental em cinco áreas regionais de turismo atribuindo a cada uma a responsabilização pela dinamização de um produto estratégico.

Com a designação oficial de “Turismo do Porto e Norte de Portugal” este novo organismo que procura diferentes estratégias de gestão e de promoção turística conjunta da área regional de Turismo do Norte veio dar continuidade aos objectivos das extintas regiões de turismo. Com sede em Viana do Castelo, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, mantém delegações nas cidades do Porto, Guimarães, Chaves, Bragança e Braga fazendo-lhes corresponder produtos estratégicos como Turismo de Negócios, Touring Cultural e Paisagístico, Saúde e bem-estar, Turismo de Natureza e Turismo Religioso, respectivamente, ficando o produto Gastronomia e Vinhos sobe a responsabilidade da sede.











Deste modo, a promoção da região com base em sete produtos estratégicos, procurando uma oferta estruturada, tem vantagens pelo funcionamento em rede, pela troca de experiências e inventariação de soluções bem conseguidas, pela divulgação concertada das cidades em causa, permitindo ao turista escolher dentro da marca *TEM* um produto distintivo e de qualidade.

Assim, a cidade conta com a marca *Porto* e com o selo PM promovidos pela autarquia e com a marca *TEM* - que no seu caso se associa ao Turismo de Negócios e ao City Break - promovida pela ERTPNP.

Como vimos anteriormente o City Break tem uma importância vital para a cidade (quadro 8), assim como a nível nacional, pelo que consideramos oportuno ilustrar essa tendência no quadro que se segue.

A tendência global é para o aumento do City & Short Breaks que inevitavelmente se traduz numa maior concorrência entre cidades, o que deveria motivar a sofisticação na estruturação da oferta, através de um turismo de cidade baseado num portfólio de motivações múltiplas e com diferentes graus de exigências e de necessidades de consumos culturais.

Quadro 8 - Contribuição dos produtos para cada região do mais significativo (nível I) ao menos significativo (nível IV). Fonte: PENT (2010)

	Sol e Mar 	Touring 	City Break 	Turismo de Negócios 	Turismo de Natureza 	Golfe 	Turismo Náutico 	Resorts 	Saúde e bem estar 	Gastronomia e Vinhos 
Algarve	●			●		●	●	●	●	
Lisboa	●	●	●	●	●	●	●		●	●
Madeira		●		●	●	●	●	●	●	
Porto e Norte		●	●	●	●				●	●
Centro		●			●	●		●	●	●
Açores		●			●	●	●		●	
Alentejo	●					●	●	●	●	●



A sofisticação da oferta pode passar pelo aderir a eventos de projecção mediática, a novas propostas de animação e com serviços bem estruturados. Estando constituídos os produtos e uma calendarização da animação cultural é importante para a captação de visitantes e nas lógicas de concorrência entre cidades que haja uma estratégia de comunicação e divulgação com uma mensagem clara, objectiva e de fácil percepção. Por outro lado, há que recorrer às novas tecnologias e fazer da internet um aliado, permitindo ao potencial visitante que se informe e tome consciência das vantagens em escolher determinada cidade para a sua viagem.

A cidade do Porto a nível da programação e de acolhimento de eventos mediáticos tem mostrado respostas activas. A cidade cada vez mais aposta em eventos massificados como o Red Bull Air Race, o Super Bock Super Rock, eventos de Moda acolhidos na Alfândega, concertos variados e eventos desportivos que vão do automobilismo ao Europeu de Futebol o qual passou pelo Estádio do Dragão. De facto, verifica-se que sempre que há jogos com equipas estrangeiras a cidade é preenchida de visitantes que, motivados pelo evento desportivo, aproveitam para conhecer a sua parte tradicional, desfrutando da facilidade que a rede de transportes intermodais da cidade oferece. É na estação de metro da Trindade, a qual permite várias ligações à cidade, que se sente de forma evidente o fluxo significativo de turistas.

Por outro lado, a autarquia sabe tirar partido da componente tradicional que o Porto encerra, nomeadamente através das festividades do S. João caracterizadas anteriormente. De acordo com a recolha de dados e informações para a definição do perfil dos turistas e visitantes dos postos municipais de turismo, efectuada pelo Departamento Municipal de Turismo entre os dias 20 e 27 de Junho, 231 dos 362 inquiridos que corresponde a 63,64%, mostra “já ter ouvido falar no S. João” destacando-se entre as actividades que lhe estão associadas a “participação na festa na rua (19,70%)”, “assistir ao fogo-de-artifício” (17,57%), e a noite de S. João (16,42%). A “gastronomia” colheu 14,45% das respostas, os “arraiais populares” 11,33% e o fogo-de-artifício 17,57%, como se pode ver no quadro que se segue:

Quadro 9 – Questionário em relação à participação das actividades associadas ao S. João. Fonte: Departamento Municipal de Turismo CMP (2010)

Em que actividades vai participar ou pensa vir a participar?		
Designação	Nº	%
Noite de S. João	100	16,42
Arraiais Populares	69	11,33
Concerto	58	9,52
Martelinhos e Alho-porro	51	8,37
Ver o fogo-de-artifício	107	17,57
Gastronomia	88	14,45
Festa na rua	120	19,70

Outros	16	2,63
Total	609	100,00

Quanto à duração da estadia, apurada no mesmo questionário os dados apresentam-se assim:

Quadro 10 – Questionário em relação à duração da estadia na cidade. Fonte: Departamento Municipal de Turismo CMP (2010)

Duração da estadia na cidade do Porto?		
Designação	Nº	%
1/2 Dia	16	4,42
1 Dia	49	13,54
2 Dias	109	30,11
3 Dias	75	20,72
Mais 3 dias	113	31,22
Total	362	100,00

Com isto pode confirmar-se a tendência anteriormente adiantada da cidade para o segmento City & Short Breaks, no qual a semana do S. João pode ter uma importância significativa.

Relativamente ao aproveitamento da condição geográfica da cidade há uma tendência evidente para centrar as atenções na Frente Ribeirinha. O desenho que o Rio confere às duas margens, a escarpa da Serra do Pilar, o casario portuense em forma de cascata com uma verticalidade peculiar, a Ponte D. Luís I e os rabelos que nos resgatam para tempos idos criam a imagem do Porto PM que corre o Mundo.

Os agentes turísticos percebem o valor desta zona da cidade e oferecem, por vezes de forma persistente, uma viagem de saberes e sabores pelo Douro. De saberes no sentido em que a viagem contempla notas explicativas. De sabores pelo facto de serem dados a saborear pratos tradicionais da região com lugar especial para o Vinho do Porto. A duração das viagens varia conforme a modalidade de percurso, sendo o mais longo até à Régua.

Portanto, a Frente Ribeirinha encontra-se dinamizada pelos percursos no Rio, pela zona de lazer onde se encontram os serviços de hotelaria, restauração, comércio e divertimentos nocturnos. Há ainda a intenção de manter determinado número de rabelos no Rio, fieis às suas características primordiais, para que possam exemplificar o transporte de outrora do Vinho levando o visitante a tempos passados. Assim, sendo-lhes atribuída uma função turística, os rabelos encontram a oportunidade de se manterem no seu enquadramento habitual e de funcionar como peças vivas representativas da memória identitária da região.

Esta relação com o Rio permite não só que a cidade se autopromova mas que, tendo em vista um produto estratégico – o Vinho – dê a conhecer ao visitante o Alto Douro Vinhateiro com toda a sua riqueza paisagística, gastronómica e patrimonial. Consideramos que há aqui espaço para o desenvolvimento de outros produtos estratégicos associados ao Douro, nos quais as entidades ainda não depositaram a devida atenção. Devemos salientar que só uma oferta dos produtos de forma estruturada aliada a estratégias promocionais e razoáveis condições de acesso trará vantagens.

Relativamente à Frente Marítima, tal como foi exposto anteriormente, é um espaço requalificado que permite o desfrutar da praia ou uma abordagem “verde” pelo Parque da Cidade, o qual oferece oficinas de tempos livres para os mais novos, um contacto próximo com a natureza e os animais, para além de constituir um espaço de excelência para a prática de desporto. A zona da Foz Velha até ao espaço intervencionado pelo Programa Polis constitui uma das áreas mais movimentadas do Grande Porto, procurada para fins de lazer e de divertimento.

Se na Frente Ribeirinha assistimos ao aproveitamento constante do Rio, na Frente Marítima há uma predisposição para outro tipo de actividades, não directamente relacionadas com o turismo, mas sim com o lazer, com o fomento de actividades desportivas, demonstrações várias e festas temáticas. A relação com o mar tem sido cada vez mais acentuada não só através do projecto do Terminal de Cruzeiros de Leixões anteriormente mencionado, como também pela instalação do tanque oceânico Sea life, junto ao Edifício Transparente. Assim, a zona vê um fluxo acrescido de habitantes e de visitantes exteriores à cidade motivados pela ida a banhos ou para ocupação de tempos livres.

As paisagens urbanas pós-modernas restabeleceram contacto com os rios, com as margens dos lagos e antigas zonas industriais e residenciais, que eram ignoradas como lugares para desfrutar e redefiniram espaços pedonais. Actualmente estes lugares estão a ser recuperados criando-se passeios à beira dos rios e dos lagos e os antigos edifícios industriais são transformados nascendo uma zona pós-moderna (Relph, 1990, p. 227). Embora o conceito de pós-modernidade seja discutível quando falamos em cidades portuguesas (Cachinho, 2006, p.3), no Porto, a necessidade de requalificar espaços transformando-os em lugares de lazer e propícios ao consumo é, manifestamente, sentido através das intervenções na Frente Ribeirinha e na Frente Marítima.

O Porto deve tirar partido da sua condição única pela possibilidade de exploração de duas frentes de água, uma num contexto mais histórico, outra que surge dos imperativos urbanos actuais. As cidades com frentes de água assumem-se como destinos privilegiados do turismo internacional e, simultaneamente, como espaços de fruição facilitada para a população local e enquanto elementos de referência a nível nacional.

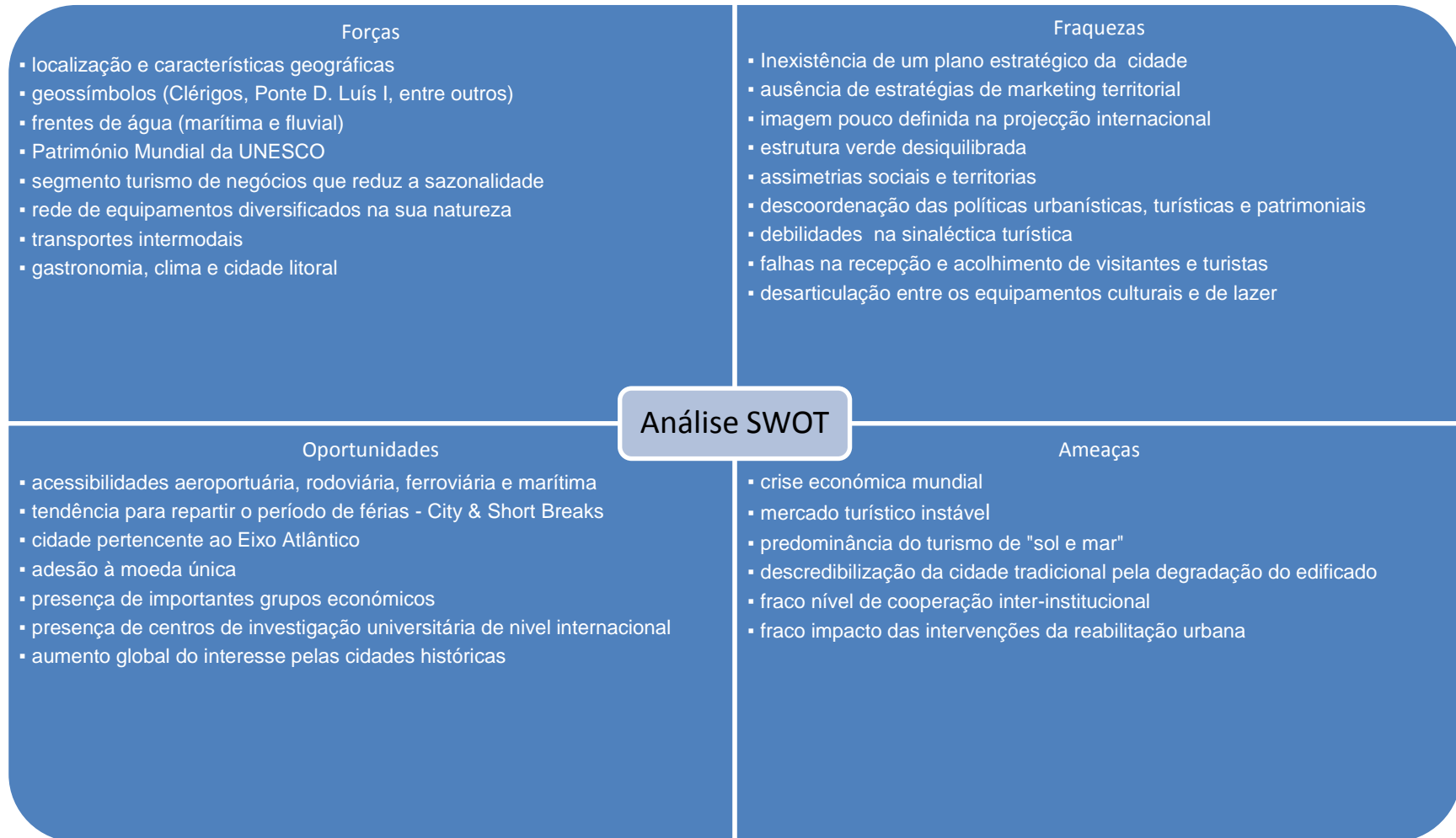
Estes espaços são susceptíveis à implementação de projectos e iniciativas de dinamização alargados que podem contemplar uma vertente mais ecológica, elucidando os interessados para os problemas da poluição marítima e fluvial, ou num sentido mais descontraído e propício ao lazer. De facto, mais do que um espaço aberto às dinâmicas do consumo, do lazer e do divertimento, as frentes de água podem motivar comportamentos ambientais sustentáveis e adequados, como por exemplo, incentivar à utilização de modalidades de transporte como o cycling, convidando a passeios pé ou mesmo de embarcações não motorizadas, num contexto de lazer, afastando as perturbadoras motas de água.

A pesca e a gastronomia no Litoral continuam a desempenhar uma componente significativa no nosso Património cultural pelo que consideramos que a frequência regular da frente marítima pode começar a fazer parte de uma franja mais alargada da população motivada pela oferta gastronómica. As frentes de água valorizam-se quando são complementadas com serviços e equipamentos e quando se assumem enquanto áreas dinâmicas onde as pessoas trabalham, vivem e se divertem, constituindo um novo design urbano.

Um instrumento que se mostraria útil nesta identificação de subaproveitamento e de problemas com os recursos urbanos pende-se com a instalação de um observatório urbano. É uma ferramenta dinâmica, gerando informação contínua sobre a cidade, e um centro de informação estatística e de visão e planificação urbana futura. As suas principais linhas de trabalho costumam ser a obtenção de indicadores e informação quantitativa e qualitativa fiável, como ferramenta para conhecer o comportamento da cidade e poder desenhar cenários futuros para apoiar a gestão municipal e facilitar o acesso à informação e à sua análise a diferentes agentes relacionados com o desenvolvimento da cidade que o requeiram.

Assim, perante o diagnóstico elaborado pode chegar-se à análise SWOT que se segue (quadro 11).

Quadro 11 – Análise SWOT



3.3 Propostas

Depois de termos identificados problemas e lacunas no aproveitamento dos recursos da cidade para o fortalecimento das dinâmicas turísticas cabe, agora, apresentarmos propostas exequíveis e passíveis de constituírem uma oportunidade de mudança no panorama aferido.

No ponto anterior referimos que o factor de distintividade da cidade pode ser reforçado numa lógica de articulação entre Património e contemporaneidade. Adiantamos que, na nossa perspectiva, se a criação contemporânea fosse estrategicamente aliada à componente tradicional seria possível atingir novos nichos de mercado. Desde logo surge, aqui, duas propostas de intervenção: uma que articula Património e contemporaneidade e outra que procura aproximar as tendências contemporâneas e cosmopolitas à forte componente tradicional da cidade.

Para estabelecermos estas articulações num trinómio composto por Património, Contemporaneidade e Tradição podemos contar com as Industrias Criativas e toda a dinâmica e ideias emergentes que lhe estão associadas. A criatividade e a propriedade intelectual que estão na base das Industrias Criativas podem ser vistas como meio impulsionador da revitalização económica e social, fundamentais para o reforço da competitividade das cidades.

Nesta lógica de imposição face a outras cidades surge o aproveitamento do estatuto de Património da Humanidade como estratégia de city marketing que, aliás, é uma tendência largamente explorada uma vez que as sociedades contemporâneas valorizam a autenticidade e buscam incessantemente valores que as remetam para um passado comum e para marcas identitárias dos lugares. A cidade do Porto ostenta nas suas campanhas promocionais este estatuto de distintividade que se expande cada vez mais pelas cidades do Mundo que preencham os requisitos para tal.

Dentro de uma perspectiva pessoal, este recurso sistemático ao selo PM é válido mas não traz nada de novo. Ano após ano, a cidade refugia-se nesta estratégia e remete para um subaproveitamento potencialidades culturais e identitárias que a poderiam lançar para novas dinâmicas turísticas com renovados fluxos. Neste sentido, urge que um novo olhar recaia sobre a cidade e as suas oportunidades de atrair investimento, turistas e até novos habitantes. É por isso que propomos que a cidade seja promovida não só pelo selo PM mas pela sua imagem cultural preenchida de diversidades, onde convergem identidades.

As propostas que apresentamos de seguida sustentam-se fundamentalmente no retrato cultural da cidade elaborado no capítulo II onde identificamos três *Portos – Património, Rural e Cosmopolita* – evidenciando agentes culturais, equipamentos, lógicas de programação e produção cultural, elementos-chave de cada identidade, personalidades incontornáveis e áreas da cidade onde cada identidade predomina.

A intenção é dar um contributo para um novo entendimento dos recursos endógenos da cidade e da forma como devem ser interpretados e aplicados em estratégias de marketing visando o turismo.

Uma primeira proposta surge no sentido de elaborar rotas que expressem a diversidade cultural do Porto: uma rota assente em áreas que concentrem actividades, equipamentos culturais e peças patrimoniais que, em conjunto, representem uma convergência de identidades. Dentro das áreas destacadas há núcleos que se afirmam podendo cada um descrever um circuito específico. A proposta através de rotas não pretende cair na banalidade dos circuitos já existentes até porque esses têm por base outras componentes, amplamente exploradas e que já esgotaram qualquer indício de novidade.

Uma segunda proposta centra-se na representação pontual de *lugares-chave* para o entendimento do Porto como espaço onde convergem identidades.

A última proposta centra-se numa nova representação de linhas, neste caso de rotas alternativas e específicas, como é o caso da rota da cidade pós-moderna e do circuito sonoro. Para cada uma identificamos os potenciais stakeholders. Entendendo o turismo como uma actividade complexa que envolve um conjunto significativo de actores e agentes sociais, o seu desenvolvimento implica tocar nos interesses de indivíduos, grupos, organizações, dos lugares de acolhimento e sectores da iniciativa privada. Por consequência, a instalação e desenvolvimento do turismo e das dinâmicas que lhe estão associadas nos lugares faz com que inúmeros stakeholders vejam os seus interesses afectados, directa ou indirectamente, positiva ou negativamente. No caso das iniciativas turísticas trazerem vantagens para os stakeholders, estes podem sentir-se motivados para investir na região contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico. Dentro do conceito de stakeholders podemos distinguir aqueles que são visados em determinado projecto e aqueles que manifestam interesse em participar no mesmo.

Como vimos no capítulo II a cidade é dotada de áreas emblemáticas que concentram actividades de relevo para o traçar de uma imagem cultural diversificada, e outras não tão nobres mas que pelas dinâmicas que nelas se verificam constituem-se igualmente importantes para o objectivo a que nos propomos. Assim, tendo em vista o delinear da primeira proposta, a *Rota das diversidades*, seleccionamos um conjunto de equipamentos e espaços que com as respectivas dinâmicas e consumos culturais ilustram o quão diversificada é a cidade. As áreas da cidade que julgamos serem relevantes são a zona dos Clérigos, a Praça Carlos Alberto, a Praça dos Leões, a Rua Miguel Bombarda e as transversais Rua do Rosário e Rua Adolfo Casais Monteiro, a Rua Galeria de Paris, a Rua Cândido dos Reis, Rua Passos Manuel, a Praça D. João I, os Aliados, a Praça da Batalha, a Ribeira, a Foz Velha que por si só é passível de ser entendida como um núcleo, uma vez que encerra dinâmicas próprias e dispõe de um considerável Património histórico crucial para o entendimento da expansão da cidade e fora da

cidade tradicional a Frente Marítima, a Casa da Música, a Fundação Serralves e o Parque da Cidade, tal como pode ser analisado no mapa (figura 24).

Para percebermos as dinâmicas que cada rua capta devemos entender algumas delas de forma conjunta. Isto é, embora a oferta seja diferente de rua para rua, há nichos que são partilhados verificando-se que a atractividade de uma rua acaba por se estender a outras. Neste contexto julgamos que a abordagem correcta seria pensar na zona dos Clérigos, na Praça Carlos Alberto e na Praça dos Leões como partes integrantes de um todo. Pela sua proximidade e pela importância patrimonial destas áreas com um número significativo de peças de interesse arquitectónico e patrimonial podemos entender esta zona como um núcleo de relevo que afirma a sua importância pela oferta cultural dos seus equipamentos. Se na zona dos Clérigos e da Praça dos Leões encontramos espaços como o Centro Português de Fotografia (CPF), o Arquivo Distrital do Porto, o Mosteiro de São Bento da Vitória, o edifício da reitoria da UP e o Museu de Ciência da Faculdade de Ciências da UP, na Praça Carlos Alberto vamos encontrar uma oferta mais arrojada pela acção do TECA cujos nichos se vão alargar ao ambiente alternativo das ruas Galeria de Paris e Cândido dos Reis, ambas num registo mais descontraído mas essenciais enquanto foco de atracção de população jovem a esta zona da cidade, reforçando a tendência que o café Piolho já tinha iniciado. Enquanto os equipamentos culturais da Praça dos Leões e da Zona dos Clérigos oferecem uma programação essencialmente diurna, a Praça Carlos Alberto e as ruas Galeria de Paris e Cândido dos Reis animam a cidade durante a noite combatendo a desertificação a que esta zona estava entregue num passado próximo.

Nesta lógica de animação nocturna a rua Passos Manuel tem-se afirmado através de espaços híbridos como o Maus Hábitos e o Passos Manuel que aliam o divertimento à arte, ao design, à fotografia, à música dando espaço para que novas mentes criativas se lancem. Por outro lado, a presença do Coliseu que partilha a sua programação pelos períodos nocturno e diurno é um elemento crucial de dinamização da área que conta com o apoio do Rivoli na Praça D. João I e do Teatro Sá da Bandeira. Estes representam de forma cabal como a cultura e a oferta variada funcionam como afirmação identitária do lugar e ainda como vectores de desenvolvimento, regenerando e dinamizando a cidade através da captação de públicos e de circulação de pessoas.

Quanto à rua Miguel Bombarda impõe-se no panorama cultural da cidade pelo seu forte carácter identitário, por vezes elitista, ligado às artes, com predominância de galerias e comércio alternativo (design e moda) que se estende às transversais ruas do Rosário e Adolfo Casais Monteiro. A importância destas ruas é reforçada pela proximidade aos Jardins do Palácio de Cristal e respectivo pavilhão, assim como ao Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR).

A Avenida dos Aliados é o local de passagem obrigatória para quem visita a cidade não só pela sua monumentalidade, paisagem, valor patrimonial e os edifícios, mas pelo facto de gerar um movimento constante de pessoas, tanto pela proximidade à Estação de S. Bento e

entrada do metro, como pelos serviços e equipamentos que dispõe onde se destacam os serviços do Município. É palco de festejos vários ao longo do ano, com visível frequência das comemorações dos adeptos do Futebol Clube do Porto (FCP), acolhe manifestações e eventos culturais e outros, dos mais simples como a Feira do Livro até à visita do Papa Bento XVI no passado mês de Maio que trouxe uma verdadeira revolução à cidade. Trata-se, portanto, de uma área nobre da cidade que não só se impõe pelas suas dinâmicas e fluxo de pessoas durante o dia, como durante a noite pela presença do café Guarany e do recente e cosmopolita Casal Lounge.

Descendo até à Ribeira percebemos que é um espaço onde, para além de serviços e actividades de animação turística se multiplicarem pela mão de diferentes agentes, funciona como sítio de passagem e de divertimento. Pelas suas características peculiares às quais podemos juntar o emblemático Cubo da autoria de José Rodrigues e a presença do Hotel Pestana, esta praça mantém-se activa durante todo o ano. Seguindo a linha fluvial o próximo espaço que merece destaque pelo seu estatuto é a Foz Velha, emblemática e procurada pela classe média e alta, onde desfilam os automóveis mais aparatosos e onde os restaurantes mais selectivos se impõem. A existência de uma via pedonal com jardim e lugares de repouso de onde se pode contemplar o agitado Atlântico é largamente frequentada, principalmente ao fim-de-semana, acolhendo a agitação provocada pelas bicicletas, patins, skates ou simples passeios a pé.

A reabilitada Frente Marítima que anteriormente caracterizamos e a sua proximidade ao Parque da Cidade constituem um foco de atracção considerável pela sua importância urbanística e pela variedade de serviços e actividades que proporcionam. Os dois últimos equipamentos seleccionados para compreender o Porto numa *Rota das diversidades* é a Fundação Serralves e a Casa da Música, equipamentos culturais que mais se evidenciam pelo seu estatuto, programação e enquanto arquitectura de autor. Serralves contou numa primeira fase com Marques da Silva e posteriormente com Siza Vieira e a Casa da Música com Rem Koolhaas.

Feita a análise das dinâmicas que afluem às diferentes áreas seleccionadas podemos criar três núcleos:

- um composto pela zona dos Clérigos, pela Praça dos Leões, Praça D. João I, Praça da Batalha, Casa da Música, Fundação Serralves e rua Passos Manuel
- outro composto pela rua Miguel Bombarda e as duas transversais, a Praça Carlos Alberto, as ruas Cândido dos Reis e Galeria de Paris, Aliados e rua Passos Manuel (Maus Hábitos e o espaço Passos Manuel)
- por último, um núcleo que compreende a Foz Velha, a Frente Marítima, a Frente Fluvial/Ribeira e o Parque da Cidade.

Cada núcleo corresponde a uma dinâmica pelo que atribuímos ao primeiro um *interesse cultural e patrimonial*, ao segundo uma *afirmação alternativa e cosmopolita* e ao terceiro uma vertente de *consumo e lazer*.

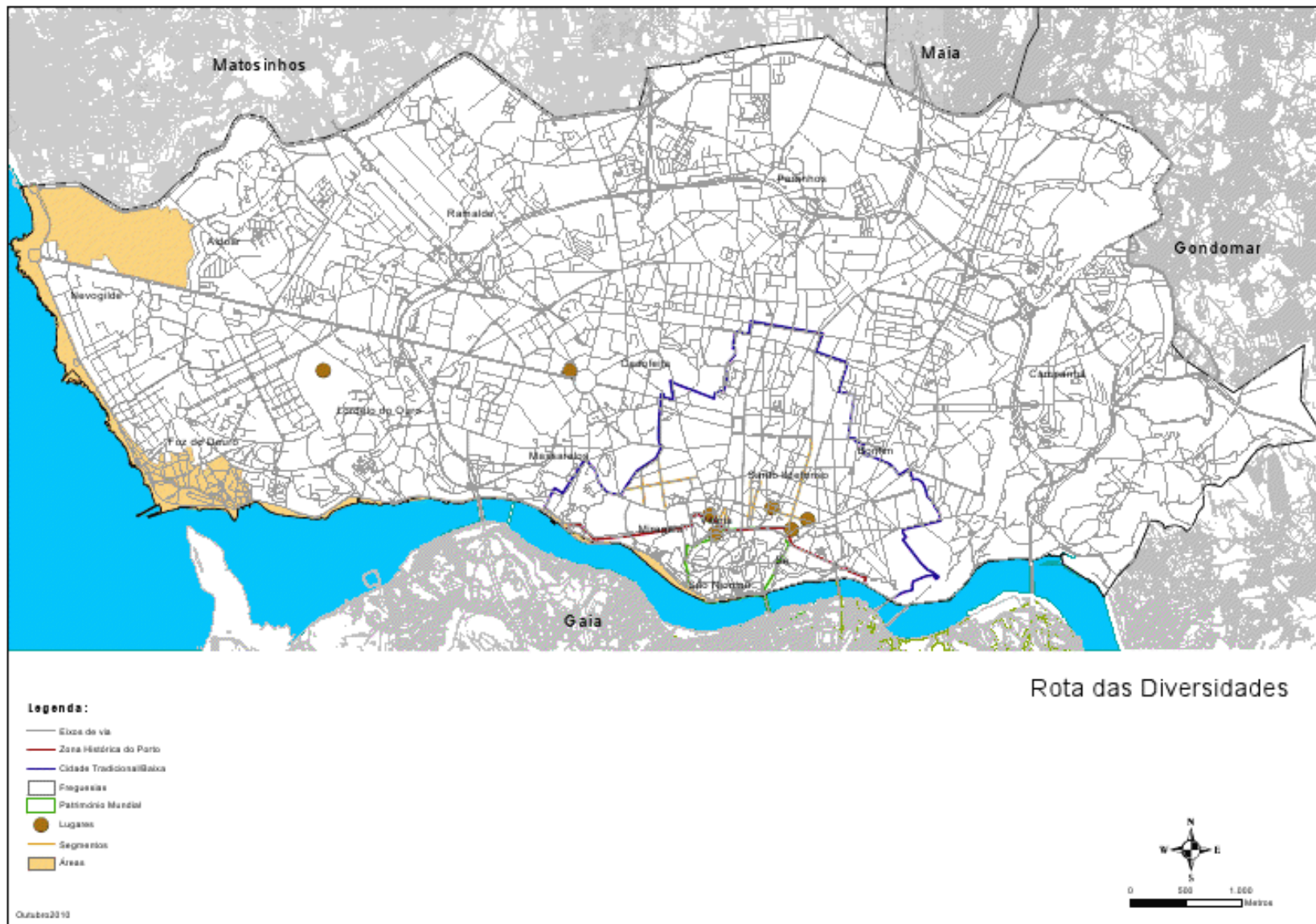


Figura 24 – Proposta 1. Rota das Diversidades

Quanto à segunda proposta (figura 25) que se prende com a representação pontual de *Lugares-âncora* para entender o Porto como convergência de identidades seleccionamos:

- a rua Miguel Bombarda, enquanto espaço aberto às artes que começou pela abertura de galerias e hoje verificam-se tendências de comércio bastante interessantes que aliam cultura, música e design a novas lógicas comerciais que se expandem pelas transversais Ruas do Rosário e Adolfo Casais Monteiro;

- a Praça Carlos Alberto e as ruas Cândido dos Reis e Galeria de Paris enquanto espaços representativos da vida nocturna da cidade, procurada pela população jovem e por mentes criativas que buscam em espaços culturais e alternativos que estas ruas dispõem a oportunidade de exporem e apresentarem as suas ideias;

- a Avenida dos Aliados, por ser representativa de um espaço público onde convergem acontecimentos e eventos culturais e de lazer de abrangência diversa. A Avenida concentra espaços de forte potencial que dão o seu contributo para a afirmação identitária do lugar. Este espaço vê acrescido o seu valor após as intervenções de renovação urbanística que além de repensar a sua imagem dotou a Avenida de uma capacidade acrescida para receber eventos de vários géneros, até os mais insólitos para o local como “Porto Road Show”.

- a linha fluvial até à Frente Marítima, enquanto espaço privilegiado de contacto com o Rio Douro e o Atlântico, cuja importância do local é reforçada pelas intervenções de reabilitação e onde as infra-estruturas e os equipamentos possibilitam momentos de lazer e de aproveitamento dos tempos livres;

- por último, a Rua Santa Catarina e o Bolhão, enquanto zonas que marcam a identidade comercial e tradicional da Baixa. Como referimos anteriormente, a Baixa da cidade conhece actualmente as dificuldades causadas pela abertura de grandes superfícies comerciais e pelo protagonismo conquistado pela Boavista. Por outro lado, a visível degradação do edificado e as assimetrias sociais evidentes não favorecem a afluência a esta zona. Contudo, tanto o mercado do Bolhão e respectiva envolvente, como a Rua Santa Catarina com o seu estatuto e centralidade constituem-se um ponto de passagem nevrálgico para quem se desloca à cidade motivado pelas compras. A rua Santa Catarina cortada ao trânsito revela a importância que conquistou conhecendo as suas esplanadas, estabelecimentos e lojas uma verdadeira agitação. Pela existência de um número significativo de escritórios e colégios a rua acolhe um verdadeiro movimento de cidade durante o dia impulsionado também pelas saídas do metro.

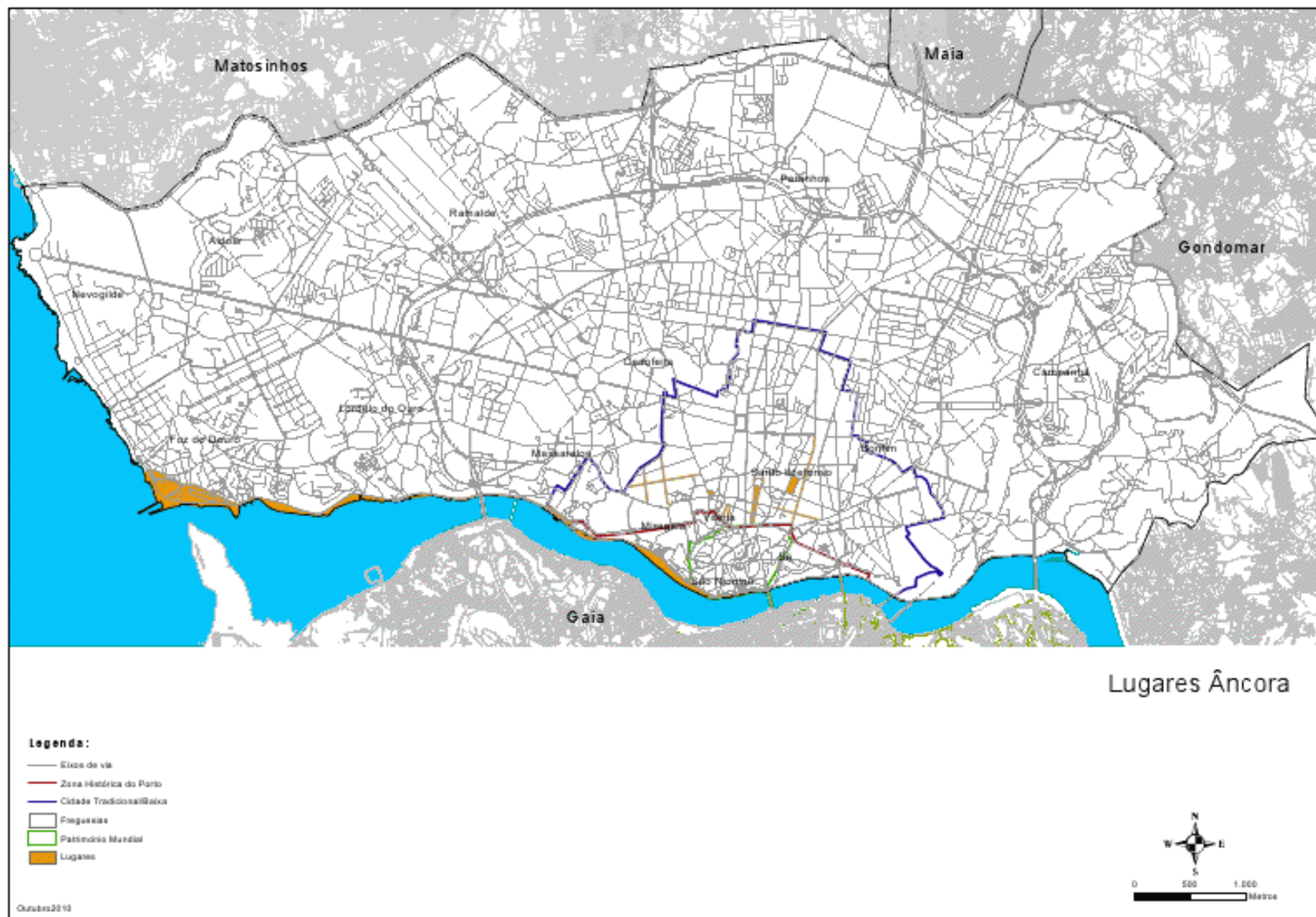


Figura 25 – Proposta 2. Lugares-âncora

A terceira proposta (figura 26) prende-se com uma nova representação de linhas, neste caso de *Rotas dirigidas* como a rota do pós-modernismo e o circuito das artes.

Entender a cidade pós-moderna implica lidar com novas tendências de consumo trabalhadas nas mais refinadas estratégias de marketing que ascendem o produto, o design, valorizam símbolos e imagens, elementos arquitectónicos e cenários particulares, tornam a metrópole contemporânea no centro do consumo, material e imaterial, uma catedral do consumo.

Olhando para o Porto e reflectindo sobre o que se tornou a cidade contemporânea, os símbolos que a identificam, os espaços, a arquitectura e as lógicas de consumo percebemos que há zonas, intervenções e fragmentos da malha urbana que podem ser aplicados nesta rota do pós-modernismo, numa lógica turística e de lazer e dos consumos que lhe estão associados. Contudo, tendo em conta a fragmentação da cidade contemporânea, percebemos que para identificar peças-âncora do pós-modernismo numa lógica de consumo cultural e turístico devemos analisar os concelhos limítrofes à cidade que pertencem à AMP, entre eles Maia, Valongo, Gondomar, Gaia e Matosinhos, cada um com peças-âncora de natureza distinta. Entendemos, por isso, que o Porto tem de ser encarado numa lógica supra-municipal para seja possível a elaboração de rotas intermunicipais do turismo representativas das dinâmicas pós-modernas do consumo.

Associado ao conceito de cidade fragmentada está o “policentrismo” uma vez que se assiste à perda da hegemonia do “centro” e à multiplicação de “novos lugares”, “novas centralidades”. Há uma diversidade de produções nos concelhos adjacentes que enfraquece o protagonismo outrora conquistado pela cidade do Porto e que capta maior atenção por parte dos consumidores culturais e dos turistas. Verifica-se um despertar para novos espaços de consumo e de lazer que apresentam propostas educativas, culturais e artísticas. Estes espaços resultam do novo entendimento dado ao Património e da percepção das suas potencialidades turísticas, simultaneamente propiciadoras de desenvolvimento. Assim, a título de exemplo, vamos encontrar pelos municípios referidos o aproveitamento de complexos industriais desactivados que, após intervenção a nível da reabilitação, dotam o espaço de novas funções, mantendo a sua forte componente simbólica para a localidade, tais como o Fórum Cultural de Ermesinde, no concelho de Valongo, que resulta de um notável e bem sucedido gesto criativo recuperando do espaço outrora ocupado pela “Fábrica da Telha” o forno da cerâmica e respectivas torres/chaminés. A galeria museológica estende-se pela intocável câmara de cozedura da cerâmica que devidamente apetrechada para funções de exposição sobeja um equilibrado sentido estético. Ainda no mesmo concelho o Centro Cultural de Campo e o Museu da Lousa ilustram a proximidade da localidade com a extracção deste minério que está na origem das características geológicas da região. É, portanto, mais um exemplo do resgate de elementos industriais adaptados às lógicas de dinamização do Património e do consumo cultural.

Dentro das rotas intermunicipais, podemos destacar no concelho do Porto equipamentos como a Fundação Serralves, a Casa da Música, a Frente Ribeirinha e a Frente Marítima enquanto espaços pós-modernos.

No concelho da Maia salientamos equipamentos como:

- o Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta;
- o Complexo Municipal da Casa do Alto, dotado de múltiplas valências dispersas pela zona de merendas, pelo miradouro, pelos percursos pedonais, pela galeria e pelos auditório e anfiteatro que oferecem uma programação diversificada e assídua;
- a Quinta de Santa Cruz que faz parte da Rota dos Vinhos Verdes que dá resposta a interesses mais direccionados;
- o Fórum da Maia e respectivo Centro Cultural, Auditório, Galeria, Biblioteca e Arquivo Municipal que aglomerando estas valências constitui um pólo difusor crucial para o consumo cultural na cidade;
- a Quinta da Caverneira onde funciona o Centro de Estudos de Ruralidade, Centro de Documentação, Biblioteca, Galeria, Auditório, Núcleo Museológico, Núcleo de Estudos, Núcleo de Investigação e o Núcleo de apoio administrativo;
- o Parque Urbano de Moutidos que representa uma mancha verde considerável acolhendo os momentos de lazer de famílias e jovens;
- e um conjunto de Casas Senhoriais que dão resposta aos interesses centrados no Património e na História como a Casa do Corim que funciona como salão nobre para as recepções especiais da Autarquia, a Quinta da Granja destinada ao turismo de habitação e, por último, a Quinta dos Cónegos.

No concelho de Valongo destacamos, além dos dois exemplos anteriormente referidos (Fórum Cultural de Ermesinde e Centro Cultural de Campo/Museu da Lousa), o Núcleo Museológico da Panificação, cujo projecto visa através da valorização do Património, do know-how e dos testemunhos transmitir aos visitantes a importância que a indústria representou para a localidade. Para isso alberga um espólio significativo que compreende um conjunto de instrumentos, fotografias e esquemas os quais descrevem o ciclo da panificação, desde o amanho da terra até ao fabrico do pão e do biscoito.

No concelho de Gondomar encontramos disponíveis um conjunto de espaços verdes dinamizados numa lógica de valorização e educação ambiental, assim como programas de animação junto da Margem Ribeirinha, alvo de melhoramento pelo Programa Polis. Devemos ainda salientar a reabilitação da Casa Branca da Convenção de Gramido, como equipamento cultural (edifício classificado como Imóvel de Interesse Público) e a construção do Centro de Desportos Náuticos.

No concelho de Gaia identificamos peças-âncora intimamente ligadas às vivências do mar e do rio como as várias Frentes Marítimas que dotam os 18km de costa atlântica de

equipamentos para o desfrutar dos tempos livres à beira-mar, contribuindo para a melhoria significativa da imagem da cidade e munindo as praias de estruturas de apoio conquistando o maior número de praias com bandeira azul do País; e a Frente Ribeirinha que possibilitou ao Cais conhecer novos fluxos de turistas e prolongar as áreas de lazer.

Numa lógica mais direccionada para o consumo cultural, assente num projecto de educação ambiental temos o Parque Biológico cuja extensão representa bem a negação do modelo de jardim ou parque formal, optando pela preservação da paisagem típica da região numa altura em que era essencialmente um espaço agrícola, conservando os elementos que lhe são característicos como caminhos vicinais, casas rurais, moinhos, o ribeiro, bouças, muros, fauna selvagem e flora espontânea.

No concelho de Matosinhos, que tem conhecido um crescimento exponencial impondo-se pela sua importância económica, podemos realçar o seu valor pelo vasto Património histórico que detém, os numerosos equipamentos culturais que oferecem uma programação adequada ao público em geral apostando em eventos de grande impacto e uma Frente Marítima que por si só representa um dos principais atractivos da cidade.

O Município despertou para relevância do estatuto da arquitectura de autor, pelo que encontramos na cidade um forte contributo de Siza Vieira, nomeadamente na Piscina da Quinta da Conceição, a Piscina das Marés em Leça, a Casa de chá da Boa Nova e a Marginal de Leça da Palmeira. A juntar a todas as suas intervenções devemos salientar a implementação do Centro de Documentação Álvaro Siza Vieira e Casa da Arquitectura cujo espólio retrata a vida e obra do arquitecto considerado Nobel da Arquitectura.

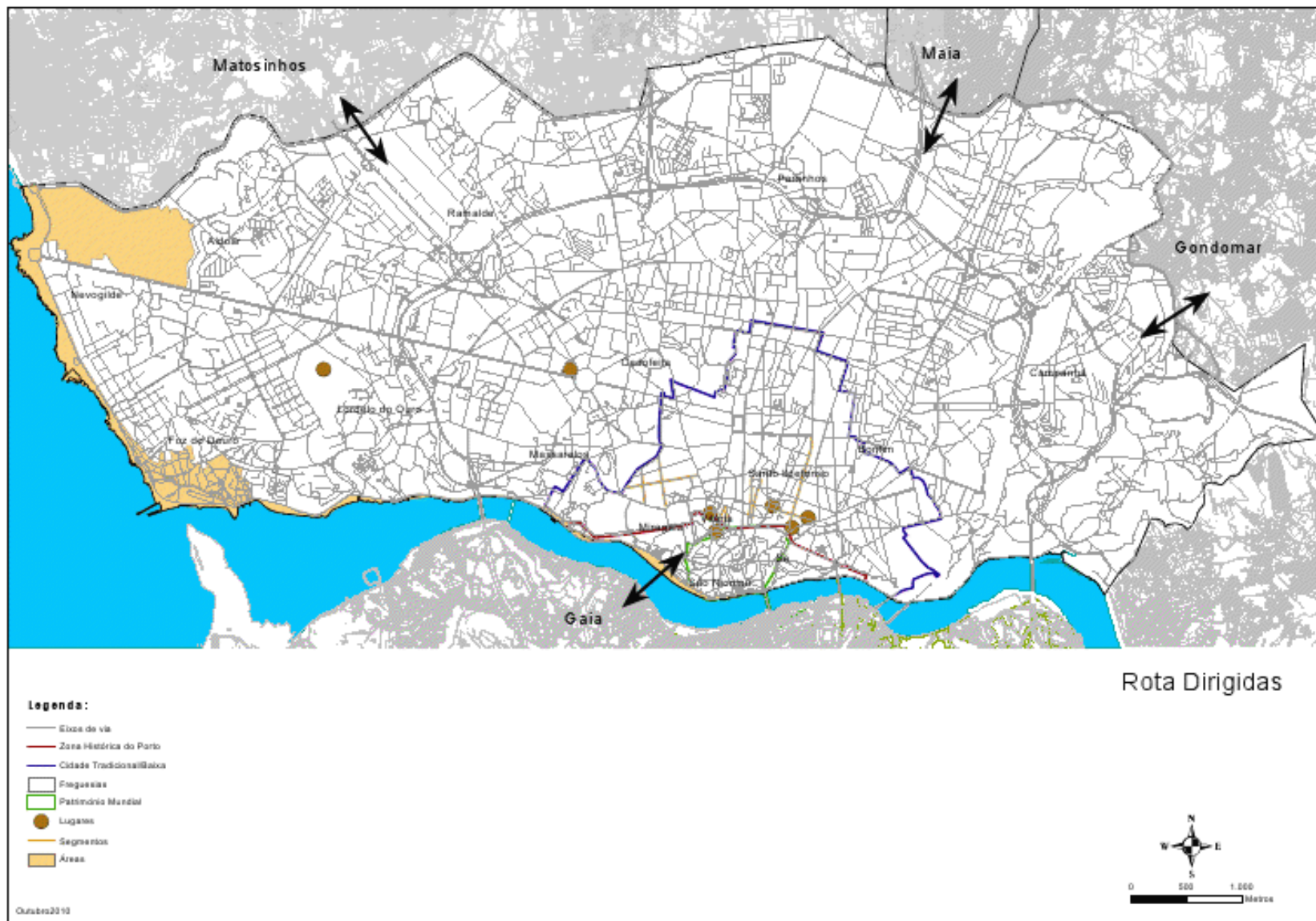


Figura 26 – proposta 3. Rotas Dirigidas

Quanto ao circuito das artes que propomos, a ideia consiste em dar resposta a três desafios: estabelecer o funcionamento em rede dos diferentes equipamentos culturais; diversificar e intensificar a oferta e reforçar a circulação de pessoas, públicos e consumidores culturais na cidade, principalmente na Baixa.

Seria de todo o interesse, para a imagem da cidade, que se estabelecesse sinergias em prol da cultura, das artes e da música num projecto que envolvesse espaços e equipamentos previamente seleccionados, dentro e fora da cidade tradicional.

Excedendo os limites da cidade tradicional pensamos que Serralves, pelas valências do seu conjunto arquitectónico e os jardins seria o local idóneo para acolher espectáculos ao ar livre, pelo que lhe seriam destinadas propostas a nível de concertos e performances. Na Casa da Música, e para desmistificar a conotação elitista que lhe é atribuída, propomos que acolha espectáculos de público-alvo mais alargado, naturalmente ligados à música.

Dentro da cidade tradicional, as ruas Galeria de Paris, Cândido dos Reis e Passos Manuel manter-se-iam fiéis ao seu ambiente alternativo, acolhendo nomes emergentes da música, do design e da fotografia, no registo que os caracteriza. Ainda na rua Passos Manuel faz sentido que o Coliseu entre nesta parceria acolhendo espectáculos cujas dimensões não seriam aplicáveis a espaços como os existentes nas ruas anteriormente mencionadas.

Alargando a oferta, o TNSJ, o Cinema Batalha, o Rivoli e o TECA seriam os espaços ideais para acolher as artes performativas, curtas-metragens e outras iniciativas de carácter experimental. Portanto, seria um cartaz diversificado, cujos espectáculos seriam distribuídos por género pelos equipamentos que entrassem no projecto, cuja duração pode ser variável. Este Circuito das Artes, caso o modelo de gestão e as sinergias dessem resultados proveitosos seria passível de se tornar um festival anual.

Para a entrada nos vários equipamentos seria comercializado previamente um freepass, para um dia/noite de espectáculos ou para toda a sua duração, de forma a responder às diferentes exigências.

Quanto aos stakeholders das propostas apresentadas destacamos os que seriam visados directamente e outros que, não estando explicitamente ligados ao processo, poderiam constituir um potencial interveniente. Desde logo, há quatro intervenientes comuns a todas as propostas e de elevada importância para o funcionamento das mesmas: o Município com especial incidência sobre o Gabinete de Turismo, a ATP, a ERTPNP e a comunidade local, elemento fundamental pois é nela que se vão traduzir os efeitos do projecto.

A nível da primeira proposta, a *Rota das diversidades*, é possível identificarmos outros intervenientes directos como a Universidade do Porto, uma vez que estão presentes equipamentos como o edifício da reitoria e o Museu de Ciência da Faculdade de Ciências.

O Ministério da Cultura (MC) é um interveniente significativo através da participação de organismos como o TNSJ, ao qual está associado o TECA e o Mosteiro de S. Bento da

Vitória, o IGESPAR, uma vez que envolve património classificado, assim como a Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) com a competência para a criação de condições de acesso aos bens culturais.

Dentro dos potenciais intervenientes podemos destacar a importância do mecenato cultural. Há ainda um leque variado de stakeholders no domínio privado ligados às galerias de Miguel Bombarda, ao Rivoli, à Fundação Serralves e aos espaços de lazer mencionados.

Relativamente à segunda proposta que se prende com a representação pontual de *Lugares-âncora* para entender o Porto como convergência de identidades os possíveis stakeholders estão ligados às Indústrias Criativas e à Economia Criativa que dinamizam os fluxos alternativos um pouco por toda a cidade e, principalmente, em Miguel Bombarda; a Porto Lazer, E.M. que vê o seu mérito reconhecido pelas iniciativas que promove num espaço fulcral da cidade – a Avenida dos Aliados; e os agentes turísticos e o comércio em geral que tiram proveito das potencialidades das frentes de água da cidade, intervencionadas, e com melhorias significativas para a imagem da mesma.

Quanto à terceira proposta prende-se com uma nova representação de linhas, neste caso de *Rotas dirigidas* como a rota do pós-modernismo. Neste caso, uma vez que se tratam de rotas intermunicipais os principais intervenientes são os Municípios e as suas políticas urbanas direccionadas ao turismo, ao património e à democratização cultural.

Destacam-se ainda intervenientes como os agentes culturais, nomeadamente no domínio privado como Serralves, a Quinta de Santa Cruz na Maia, mais direccionada para o enoturismo e as Casas Senhoriais.

A um outro nível entendemos que a comunidade criativa pode ser considerada um interveniente onde destacamos o Arq. Álvaro Siza que vê as suas criações materializarem-se em Matosinhos e no Porto, sendo valorizadas enquanto arquitectura e autor e, por isso, objecto de interesse patrimonial.

No *Circuito das artes*, uma vez que se trata de uma proposta que integra vários e distintos espaços culturais da cidade, testando a capacidade de organização em rede e de partilha de informação, os intervenientes principais são, naturalmente, as equipas técnicas associadas a cada equipamento. Podemos ainda destacar como possível interveniente a Direcção Geral das Artes (DGA) que apoia actividades e projectos que contribuam, tanto para projectar nacional e internacionalmente a criatividade e a capacidade de inovação artísticas, como para desenvolver a sensibilidade e o pensamento crítico das populações, promovendo a sua qualificação e a coesão social.

As paisagens adquirem significados diferentes e com uma conotação de subjectividade, influenciam a nossa forma de ver e absorver o lugar, oferecem-nos experiências estéticas e impulsionam pensamentos.

A dissertação recaiu sobre o estudo das paisagens culturais urbanas, mais concretamente da cidade do Porto, a qual se apresenta fortemente marcada por dinâmicas simbólicas retratadas no *Porto Património, Rural e Cosmopolita*, que se traduzem na forma de apropriação do espaço, nas lógicas de consumo que a eles acorrem e na forma de sentir a urbanidade.

Se entendermos a cidade - com todos os seus recursos patrimoniais, paisagísticos e culturais - como espaço privilegiado de afirmação identitária e das suas especificidades num tempo marcado pela globalização, então elas podem ser valorizadas usando as suas idiossincrasias para se evidenciarem perante cidades do mesmo território e de se afirmarem nas rotas internacionais.

Neste sentido, constatamos que as cidades, aproveitando o seu foco de atractividade e magnetismo cultural, patrimonial e turístico, podem projectar-se e entrar nas dinâmicas competitivas de captação de recursos e turistas. Este magnetismo das cidades provém, além de factores inerentes ao urbanismo, à qualidade ambiental, qualidade de vida entre outros, à programação e produção cultural em que a cidade investe produzindo eventos mediáticos, criando infra-estruturas e entrando num ciclo de fabricação da imagem de marca e de valorização de um conjunto de tradições e características identitárias.

Assim, dá-se o despertar para importância do marketing cultural urbano, o qual trouxe além de vantagens óbvias das estratégias promocionais, uma tendência para a hipervalorização e exaltação dos valores identitários da cidade, conduzindo ao que se designa por artificialização da imagem.

O interesse na paisagem dos lugares com importância patrimonial cresceu motivando socialmente a sua busca. Verifica-se, por parte dos lugares, a vontade de alcançar uma identidade cultural representativa do seu Património que passe para o exterior e que valorize as especificidades locais numa tentativa de se afirmar como lugar único e excepcional.

Esta busca pelas paisagens que trouxe a crescente valorização patrimonial extravasa o património material e a peça patrimonial para se estender ao lugar, ao conjunto, à envolvente, integrando a componente simbólica e imaterial do lugar. Assim, a cidade completa o seu magnetismo não apenas com uma paisagem cultural marcada pelo património arquitectónico e histórico mas também com a carga simbólica que os seus espaços encerram.

A identidade cultural do lugar não deve ser dissociada do conceito de pluralidade, o qual encontra espaço nas sociedades actuais, uma vez que a tendência é para valorizar e evidenciar as diferenças do lugar. São as características únicas do lugar e o seu espaço

simbólico que vão funcionar como elemento diferenciador numa lógica global. Por isso, na análise que fizemos anteriormente, no capítulo III, às estratégias promocionais da cidade, percebemos que não basta o selo PM para dar a conhecer a verdadeira essência do Porto. Por consequência, traçamos espaços e dinâmicas simbólicos da cidade que nos parecem de relevo e apresentam-se subaproveitados.

O *glocal*, paradigma da actualidade, é passível de ser aplicado às cidades e, principalmente, às cidades com CH, pois, tal como queremos demonstrar com as nossas propostas, são as especificidades locais e a carga simbólica dos lugares que podem marcar a diferença e constituir o meio para lançar a cidade nas dinâmicas turísticas e de lazer a nível nacional e internacional, conseguindo evidenciar-se face a outras e afastar-se da oferta massificada.

As componentes patrimonial, histórica e cultural que as cidades encerram são cada vez mais encaradas como motor de afirmação e meio impulsionador do desenvolvimento sustentável. Aliás, a componente inovadora no sector do turismo é fazer uso das imagens do património do lugar, evidenciando-o, tornando um produto mais alargado. Contudo, o que quisemos mostrar é que não é através da mercantilização e especularização do património que se consegue um estatuto de distintividade, mas sim através da valorização dos espaços simbólicos, das vivências e das características peculiares presentes na identidade cultural.

O encarar da cidade como confluência de espaços e dinâmicas próprias é uma das carências verificadas. Por outro lado, é notório o desvio da autarquia face à problemática turística que a cidade vive, onde impera a oferta desarticulada, a falta de concertação entre os agentes, os equipamentos culturais que não funcionam em rede deixando potencialidade subaproveitadas e, principalmente, a carência de uma abordagem estratégica que poderia ser conseguida através da elaboração do plano estratégico da cidade, instrumento crucial para identificar problemas e carências e propor soluções. O plano deveria ainda contemplar estratégias de marketing territorial uma vez que se verificaram iniciativas promocionais pouco arrojadas. Assim, as estratégias de marketing devem contrariar a oferta estandardizada, assentando em propostas únicas no sentido em que não podem ser estipuladas por modelos universais, nem repetir modelos já experimentados pois o que está em causa é um produto que encerra uma vertente intangível, tangível e simbólica que permitem uma experiência turística diferenciada.

Fica assim claro que urge a criação de um plano estratégico de desenvolvimento sustentado do turismo para a cidade, o qual deve ter em consideração estudos que identifiquem, auscultem e prognostiquem a dinâmica dos fluxos turísticos. Só com planeamento e atitudes pró-activas se conseguirá colmatar as falhas identificadas e prevenir que efeitos perversos do turismo comprometam ou destruam recursos patrimoniais valiosos e cruciais para a identidade

cultural do lugar. O turismo deve ser encarado seriamente e de forma planificada para que funcione como uma estratégia potenciadora de regeneração urbana.

Com potencialidades de regeneração económica e social, as Indústrias Criativas estão a ganhar espaço na cidade ainda que de forma tímida, dotando-a de produtos distintivos e serviços criativos que em simultâneo com a regeneração económica podem lançar o lugar para um posicionamento internacional.

A cidade do Porto, apesar dos evidentes apoios restritivos ao sector, enquanto meio urbano, contém os requisitos primordiais para o desenvolvimento das Indústrias uma vez que nele se cruzam fluxos de produtos culturais e criativos, ferramentas, ideias e novas mentes.

A economia criativa é passível de gerar riqueza, ser sustentável, dignificar a cidade com a sua oferta diversificada e constantemente actualizada e, por consequência, tornar o lugar um ponto de passagem obrigatório para os turistas que procuram experiências de qualidade, cultura, criatividade e contactar com este mercado flexível que pode integrar desde artistas independentes e microempresas até algumas das maiores multinacionais.

Em jeito de conclusão, pensamos que para que haja um verdadeiro investimento no turismo é necessário proceder a melhorias óbvias que passam pelo domínio urbanístico, pela qualidade ambiental, pela criação de condições de recepção e acolhimento dos turistas, mas também, e fundamentalmente, por uma mudança de vontades que passa pelo apostar num plano estratégico da cidade com ideias promocionais bem definidas, as quais devem extravasar como demonstramos anteriormente o selo PM e divulguem a identidade cultural do lugar, as suas dinâmicas e espaços simbólicos.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida, Sobre a memória das cidades, revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIV, Porto, 1998.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel, A Arquitectura Moderna, in História da Arte em Portugal, Edição Alfa, Vol. XIV, Lisboa, 1986

ALVES, Joaquim Jaime Ferreira, O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas, vol.I, 1987

ALVES, Natália Marinho Ferreira, A escola da talha portuense e a sua influência no Norte de Portugal, 2001

ALVES, Natália Marinho Ferreira, A evolução da talha dourada no interior das igrejas portuenses, 1995

ALVES, Ruth Carvalho, Da Feira dos Ferros Velhos à Arte Nova, in “O Tripeiro”, série 7, vol. XXII, 2003

AMARO, Rogério, O desenvolvimento local – Um caminho para a sociedade-providência? in IEG/FLUC (eds.) Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva, Coimbra, 1996, p. 221-233.

ASCHER, François, Metapolis : acerca do futuro da cidade, trad. de Álvaro Domingues, 1998.

AUGÉ, Marc, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade, Bertrand, 1994.

BRANCO, Francisco, NEVES, Ernesto, O serviço social em Portugal: trajectória e encruzilhada, (s.d.). Versão online em www.cpihts.com

CACHINHO, 2006

CHAMPIGNEULLE, B., A Arte Nova, Verbo, Mem Martins, 1984

CHOAY, Françoise, A Alegoria do Património, Edições 70, 1999.

CHUECA, Goitia, Breve história do urbanismo, Presença, Lisboa, 1996.

CIAM, Carta de Atenas, 1931.

CMP, A qualidade de vida urbana. Perspectivas e práticas de Intervenção, 2003.

CMP, Plano Médio Prazo 2003/2005. Programa de actuação, 2003.

CMP, Programa Polis – Plano estratégico da Frente da Ribeira da Cidade do Porto, 2000.

CMP, Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, 2001.

CMP; SRU, Centro Histórico do Porto Património Mundial. Plano de gestão, 2008.

CONSELHO DA EUROPA, Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975.

- DIAS, J. S. Silva, Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII), *Biblos*, XXVIII, p. 203-498, 1952.
- DOMINGUES, Álvaro, *A Paisagem Revisitada*, Finisterra, XXXVI,72, 2001.
- FERNANDES, João Luís Jesus, *Cityscapes – símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana*, 2009.
- FERNANDES, José Alberto Rio, *O comércio na cidade do Porto [texto policopiado]: uma abordagem geográfica*. Porto, 1993.
- FERRÃO, Bernardo José, *Do burgo medieval à casa moderna*, in “O Tripeiro”, Porto, Série Nova, 1 (10) Out., 1982.
- FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e transformação urbana na época dos Almadás*, Porto, *Disseratção para a obtenção do título de professor agregado da ESBAP*, 1985.
- FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e transformação urbana no Porto na época dos Almadás 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto, 1989.
- FERREIRA, Claudino, *Grandes eventos e revitalização cultural das cidades. Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo’98 e da Porto 2001*, *Território e Turismo*, Porto, 2004, 2.
- FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino, *O turismo, o turista e a (pós)modernidade*, *Oficina do CES*, nº 80, 1996.
- FORTUNA, Carlos; PEIXTO, Paulo, *Projecto e circunstancia: Culturas urbanas em Portugal*, Porto: *Afrontamento*, 2002.
- FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, 1981.
- GEORGE, Pedro, *Paisagem, Do Urbano ao Rural. Notas a partir de Lisboa...*, Finisterra, XXXVI, 72, 2001.
- GONÇALVES, Flávio, *Um século de arquitectura e talha no noroeste de Portugal: 1750-1850*, in “*Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*”, Porto, 32 (1/2), 1969.
- GONÇALVES, Flávio, *A arte no Porto na época do Marquês de Pombal*, in “*Pombal Revisitado*”, vol.II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- GUILLAUME, Marc, *A Política do Património*, *Campo das Ciências*, 2003.
- HENRIQUES, Eduardo Brito, *A Cidade, destino de Turismo*, revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX, Porto, 2003.
- HENRIQUES, Eduardo Brito, *Turismo, Património e Cidade: da revitalização urbana ao risco de manipulação das paisagens*, in Carminda Cavaco (coord.), *Turismo e Lazeres: colectânea de artigos*. 1996.
- ICOMOS, *Carta de Veneza*, 1964.
- ICOMOS, *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas e Áreas Urbanas (Carta de Washington)*, 1976.

- ICOMOS, Documento de Nara sobre a Autenticidade, 1994.
- JORGE, Vítor Oliveira, Arqueologia, património e cultura”, Instituto Piaget, 2000.
- JORGE, Vítor Oliveira, Património: neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na idade da fragmentação”, 8ª Mesa Redonda de Primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março, 2004.
- KEARNS, Gerry; PHILO, Chris, Selling Places: The City as Cultural Capital, Past and Present. Oxford: Pergamon Press, 1993.
- KOLB, Bonita, M. Tourism marketing for cities and towns: using branding and events to attract tourists. Elsevier, 2006.
- LACROIX, Michel, O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda, Instituto Piaget, 1997.
- LEW, Alan et.al., A Companion to tourism, 2004.
- LINEHAN, Denis, A transformação da paisagem Irlandesa: o Fim da Geografia?” In Ensaios de Geografia Cultural, coordenação de João Sarmento, Ana Francisca Azevedo e José Ramiro Pimenta. Porto: Editora Figueirinhas, 2006.
- LUCIARI, Maria et.al., Património, natureza e cultura, Papyrus Editora, 2007.
- LOPES, João Teixeira, Identidades, estilos e repertórios culturais. Um certo ponto de vista sobre a cidade in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e Maria João Vaz, Cidade e metrópole - centralidades e marginalidades. Oeiras, Celta, 2001.
- MACEDO, Manuel, Nacionalização dos Estilos, in Arte Portuguesa, 1, 1895.
- MAMEDE, Luís, O Programa Polis no processo de governação urbana, 2010.
- MARTINS, Ana Cristina, A memória da ruína, ou a ruína da memória, 8ª Mesa Redonda de primavera realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março, 2004.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, Lazer, férias e turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal, 1993.
- NEVES, A. Oliveira das, Planeamento estratégico e ciclo de vida das grandes cidades, Celta Editora, Lisboa, 1996.
- NEVES Amaro, Da. Arte Nova em Aveiro: porquê da diversidade do “estilo”, Fedrave, 1997.
- OLIVEIRA, Pedro, Identificação e Reestruturação dos Sistemas Ecológicos da Estrutura Ecológica Municipal da Cidade do Porto, 2009.
- ONU, Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu Papel na Vida Contemporânea (Recomendação de Nairobi), 1976.
- PACHECO, Hélder, Tradições Populares do Porto, Lisboa:Presença, 1986.
- PACHECO, Hélder, Porto: um Património da Humanidade, Porto: Baviera, 1999.
- PACHECO, Hélder, Porto: O Livro do S. João, Porto: Afrontamento, 2004.

- PAGE Stephen, Urban tourism, London: Routledge, 1995.
- PEDREIRINHO, José Manuel, A História do Prémio Valmor. Lisboa: D. Quixote, 1988.
- PEIXOTO, Paulo, A corrida ao status de património mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas Revista Científica de Turismo*, 1, 23-45, 2002. Versão electrónica consultável em http://www.iesp.edu.br/labtur/veredas_01_p_023-045.pdf
- PEIXOTO, Paulo, Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização. Tese de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1997.
- PEREIRA, Paulo, Do Barroco à Contemporaneidade, in *História da Arte Portuguesa – Temas e Debates*, vol. III, 1995
- PINA, Luís de, “História do Cinema Português”. Mem Martins: Europa-América, 1986.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, História do Porto, Porto Editora, 3ª ed., 1994.
- RELPH, Edward, A paisagem urbana moderna, trad. Ana MacDonald Carvalho, 1990.
- RIO-CARVALHO, Manuel, Do Romantismo ao Fim do Século: Arte Nova, in *História da Arte em Portugal*, Edição Alfa, vol. XI, 1986.
- RIO-CARVALHO, Manuel, Para uma compreensão da Arte Nova, in *Revista de Artes e Letras*, Colóquio, nº41, 1966.
- RIBEIRO, Orlando, Paisagens, Regiões e Organização do Espaço, *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira, Dirigismo na produção imaginária religiosa nos séculos XVI-XVIII: as construções sinodais, in *Sep. de: “Revista Museu”*, 4ª série, n.º 5, 1996.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana (Conceitos e critérios), Edições Afrontamento, Porto, 1992.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, Paisagem e Geografia, *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, A cidade como património” in Carlos Alberto Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, tomo 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades, parte IV – A Cidade como Espaço de Vida e Lugar de Produção, Circulo de Leitores, Lisboa, 2005.
- SANTOS, Fernando Teigão dos, Territórios Resilientes enquanto orientação de Planeamento, in *Prospectiva e Planeamento*, vol. 16, 2009.
- SECCHI, Bernardo, Urban scenarios and policies in Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral (orgs.), *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- SERPA, Luís, A Cidade e as suas estrelas. Fragmentos de Paisagem, 2001.
- SILVANO, Filomena, Antropologia do espaço, Oeiras: Celta, 2001.
- SMITH, Robert C., A talha em Portugal, Lisboa, 1963.
- SRU, manual de Monitorização do Plano de Gestão, 2009.

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, 2004.

UNESCO, *Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de conflito armado (Convenção de Haia)*, 1954.

UNESCO, *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, 1972.

UNESCO, *Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e Sítios (Recomendação de Paris)*, 1962.

Netgrafia:

www.unesco.pt (24-03-2010)

www.cmp.pt (12-05-2010)

www.ertnp.pt (2-04-2010)

www.pent.pt (8-04-2010)

www.ine.pt (27-07-2010)

Apêndice Fotográfico



1.Casa da rua da Reboleira



2. Casa da Câmara



3. Casa do Infante



4. Postigo do carvão. Ribeira



5. Igreja Conventual de São Francisco



6. Igreja de Santa Clara



7. Igreja de S. Lourenço (Grilos)



8. Casa Museu Guerra Junqueiro



9. Igreja da Ordem do Terço



10. Igreja de Santo Ildefonso



11. Igreja das Carmelitas



12. Torre dos Clérigos



13. Igreja de Nossa Senhora da Esperança



14. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto



15. Palácio da bolsa



16. Casa Vicent. *Devanture* Arte Nova



17. Reis e Filhos



18. Livraria Latina



19. Rua Galeria de Paris



20. Rua Cândido dos Reis

Anexos

TÍTULO IV

Dos Sistemas Urbanos

Capítulo I

Sistema Ambiental

Artigo 42º

Estrutura Ecológica Municipal

1 – A Estrutura Ecológica Municipal tem como objectivos a promoção e a preservação das componentes ecológicas e ambientais do território concelhio, assegurando a defesa e a valorização dos elementos patrimoniais e paisagísticos relevantes, a protecção de zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de lazer e recreio.

2 – A Estrutura Ecológica Municipal é constituída pelas seguintes componentes:

a) Áreas integradas na estrutura verde da cidade, compreendendo as subcategorias de espaço regulamentadas na Secção IX do Capítulo II do Título III:

- a.1) Área Verde de Utilização Pública;
- a.2) Área Verde Mistas;
- a.3) Área Verde Privadas a Salvar;
- a.4) Área Verde de Enquadramento de Espaço Canal.

b) Áreas integradas na estrutura verde da cidade resultantes de novas intervenções e podendo assumir o estatuto das subcategorias de espaço referidas na alínea anterior, subordinando-se ao disposto para essa subcategoria no presente Regulamento;

c) As Áreas de Equipamento Existente ou Proposto integradas nos corredores verdes e identificadas na Planta de Ordenamento – Qualificação do Solo como componentes da Estrutura Ecológica Municipal;

d) Áreas de logradouro não incluídas nas subcategorias referidas na alínea a) do presente número, onde deve ser promovida a preservação e introdução de vegetação arbórea e arbustiva;

e) Conjuntos vegetais qualificados e existentes no espaço público e que estabeleçam ligação entre sistemas verdes, onde se admitem os usos compatíveis com as infra-estruturas ou espaços públicos a que estão afectos, devendo ser mantidas as faixas arborizadas existentes ou promovida a sua arborização;

f) Áreas de Protecção de Recursos Naturais, identificadas na Planta de Ordenamento – Carta de Qualificação do Solo e integradas ou não nas componentes referidas nas alíneas anteriores e correspondendo aos seguintes ecossistemas:

f.1) Com estatuto *non aedificandi*:

f.1.1) Leitões e margens das águas não navegáveis nem fluviáveis de caudal descontínuo, com a largura de 10 metros;

f.1.2) Praias, sapais e zonas naturais sujeitas às variações das marés, incluindo o afloramento rochoso de reconhecido valor didáctico-científico pela diversidade apresentada ao nível das litologias, estruturas geológicas e aspectos geomorfológicos, designadamente o complexo metamórfico da Foz do Douro;

f.1.3) escarpas e respectivas faixas de protecção delimitadas a partir do rebordo superior e da base, e outras zonas de declives superiores a 25% e/ou de instabilidade geotécnica identificadas na Carta Geotécnica

f.2) Com estatuto condicionado:

f.2.1) Zonas ameaçadas pelas cheias, que correspondem às Zonas Inundáveis e à área contígua à margem de um curso de água, que se estende até à linha alcançada pela maior cheia conhecida; quando esta for desconhecida é considerado o limite de uma faixa de 100 metros para cada lado da linha de margem do curso de água;

f.2.2) Nas zonas identificadas na sublinha anterior, as intervenções devem subordinar-se às seguintes condições:

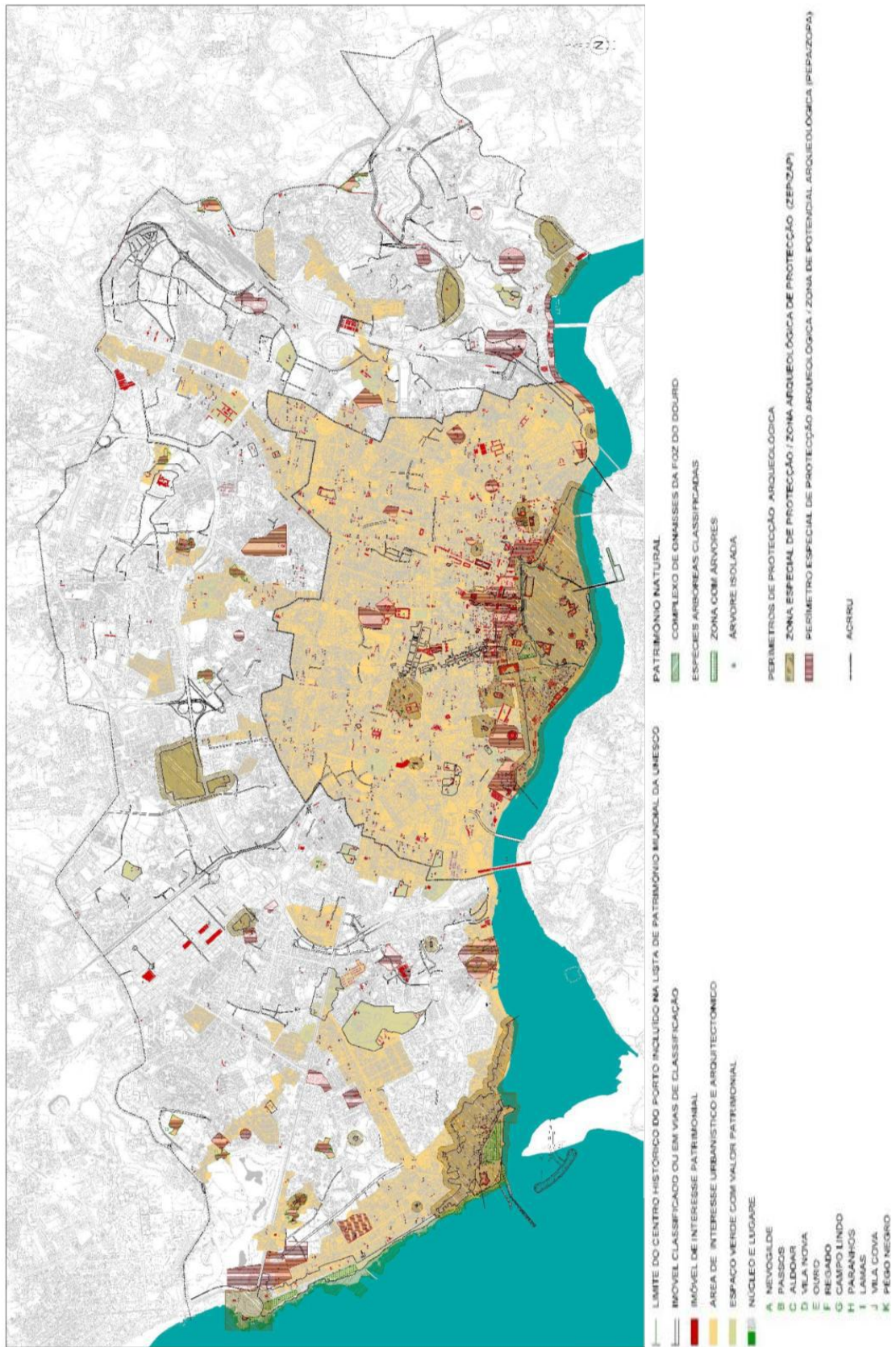
1. As cotas dos pisos de habitação terão de ser superiores à cota local da máxima cheia quando esta é conhecida e, para as áreas urbanas consolidadas, o mesmo se aplica ao comércio e serviços.

2. Em todos os espaços não afectos a edificação, só são admitidos pavimentos que garantam a permeabilidade do solo, devendo ser munidos dos competentes sistemas de drenagem de águas pluviais

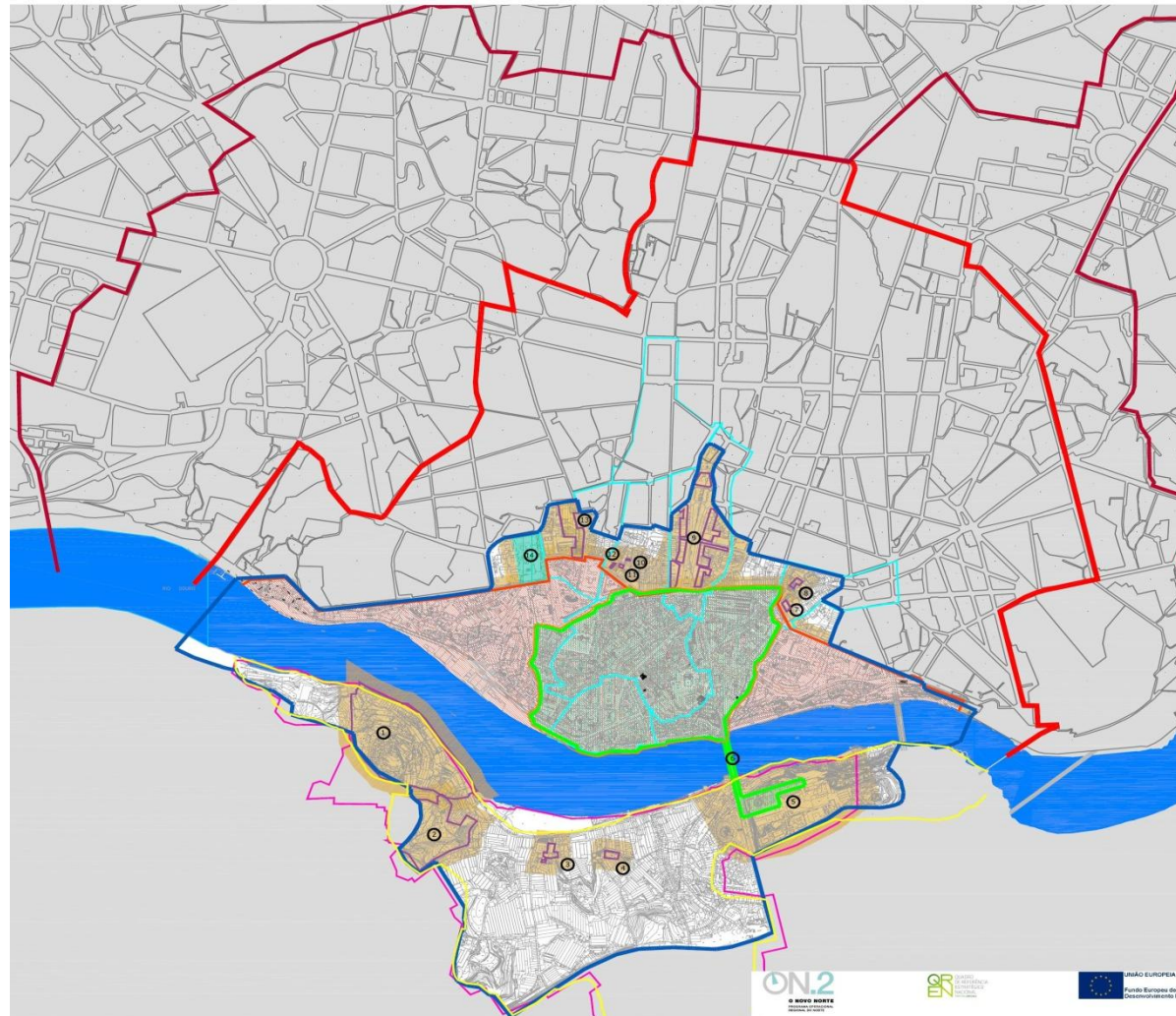
g) As transformações de maior vulnerabilidade à contaminação de aquíferos, identificadas na Carta de Condicionantes Geológico-geotécnicas, onde quaisquer intenções de escavações ou construção em cave, ou que de algum modo possam provocar alterações ao nível do subsolo, deverão ser acompanhadas de estudo de incidência ambiental e submetidas a parecer dos serviços municipais competentes.

3 – Numa faixa de 50 metros contada a partir dos rebordos superior e inferior das escarpas, e sem prejuízo do estabelecido na alínea f.1.3) do n.º2 do presente Artigo, qualquer projecto de obra de construção, ampliação e urbanização deve ser instruído com estudos geotécnicos que demonstrem que a área do prédio abrangida pela intervenção pretendida possui, no âmbito da geotecnia, aptidão para a construção dos ecossistemas em causa.

Anexo B - Carta do Património



Anexo C – Limites em vigor



- 1 Area do Castelo de Gaia (IIP) Decreto nº 29 / 90 , de 17 de Julho
- 2 Paço do Campo Belo, incluindo a Capela e todo o seu conjunto circundante, nomeadamente os jardins (IIP) Decreto nº 129 / 77 , de 29 de Setembro
- 3 Antigo Convento Corpus Christi, Instituto do Bom Pastor (IVC) Despacho de nº 09 de Agosto de 1995
- 4 Igreja Paroquial de Santa Marinha, (IIP) Decreto nº 45 / 93 , de 30 de Novembro
- 5 Igreja e Claustro do Mosteiro da Serra do Pilar (MN) e Sala do Capítulo , Refeitório, Cozinha, Torre e Capela (IIP) ZEP Decreto de 16 de Junho de 1910; Portaria de 16 de Junho de 1949 e Decreto nº 25_034 de 11 de Fevereiro de 1935.
- 6 Ponte de Dom Luís (IIP) Decreto nº 28 / 82 de 26 de Fevereiro
- 7 Cinema Batalha (Em Vias de Classificação) Despacho de abertura de 27 de Janeiro de 2005, do Presidente do IPPAR
- 8 Igreja de Santo Ildefonso (IIP) Decreto 129/77, DR 226, de 29-09-1977
- 9 Conjunto da Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e Praça do General Humberto Delgado (Em Vias de Classificação) ZEP Parecer de 01.10.2008 da Comissão Consultiva do IGESPAR, I.P.; Proposta de 18.02.2008 da DRCN e Club dos Fenianos Portugueses (IVC 19)
- 10 Edifício na Rua de Cândido dos Reis, 75-79 (IIP) Decreto 735/74, DG 279, de 21-12-1974 ZEP DG (II Série), n.º 6, de 08-01-1954
- 11 Edifício na Rua da Galeria de Paris, 28 (IIP) Decreto 735/74, DG 279, de 21-12-1974
- 12 Livraria Lello & Irmão (Em Vias de Classificação) Decreto Despacho do Ministro da Cultura de 14 de Fevereiro de 2000
- 13 Igreja da Venerável Ordem Terceira de N.ª Sr.ª do Carmo e Sacristia. (Em Vias de Classificação) Decreto Despacho de abertura de 30 de Novembro de 1994
- 14 Hospital de Santo António (MN) Decreto 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910

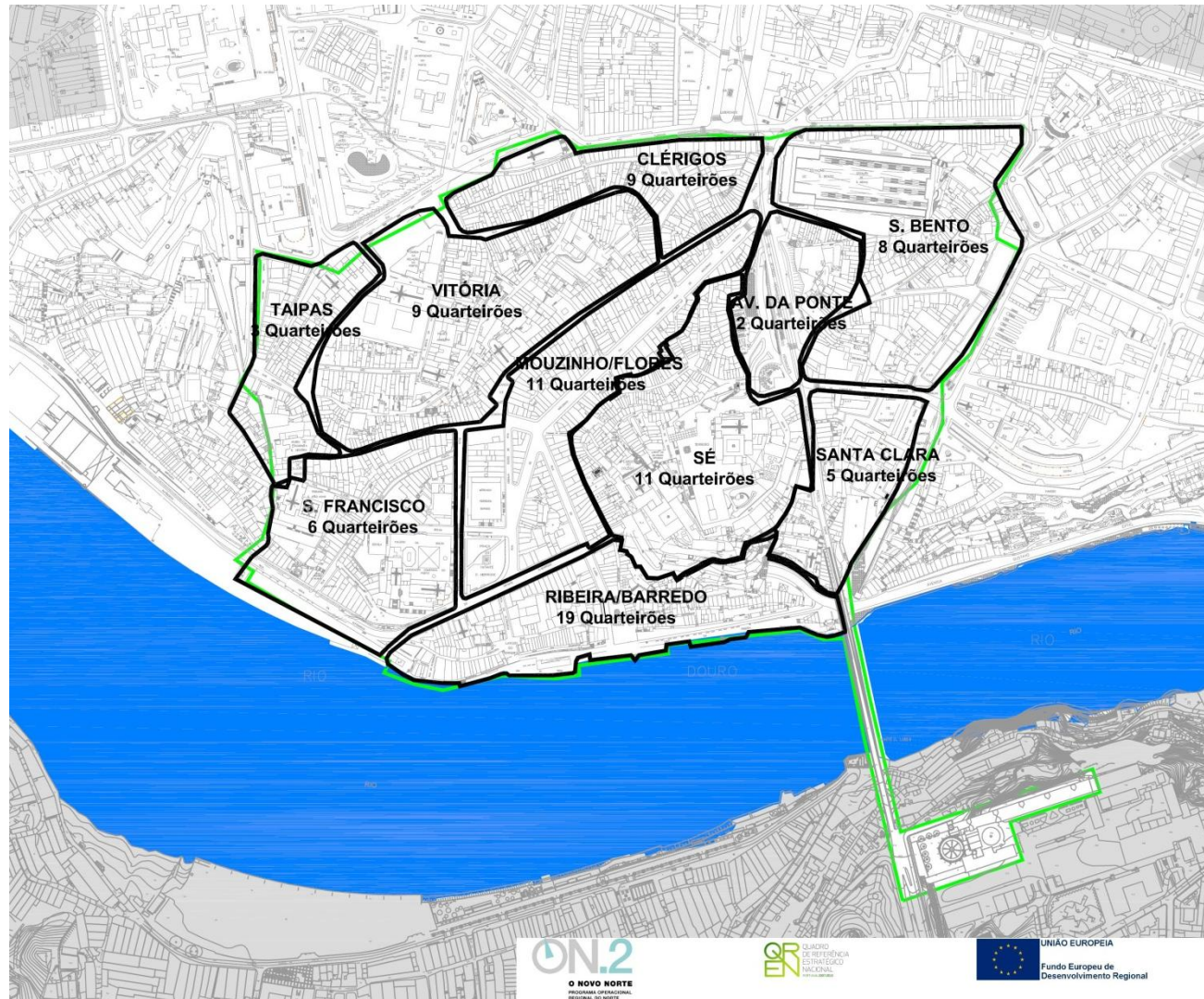
- 1996 - LIMITE DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO - PATRIMÓNIO MUNDIAL (MN) art.º 15.º, n.º 7, da Lei n.º 107/2001, de 8/11
- OUTROS MONUMENTOS NACIONAIS
- 1996 - ÁREA DE PROTECÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL ("BUFFER ZONE")
- ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO (ZEP) OUTROS IIP - IVC - IIM
- 1997 - IIP 51 (MÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO) ZONA HISTÓRICA DO PORTO 87/97, DR 301, de 31-12-1997; Portaria 975/2006, de 19 de Maio, DR - II Série, N.º 113, de 12 de Junho
- 1997 - LIMITE DA ACRRU - VILA NOVA DE GAIA DECRETO REGULAMENTAR Nº 54 / 1997 DE 19 DE DEZEMBRO
- 2000 - LIMITE DA 3ª ACRRU DECRETO REGULAMENTAR Nº 11 / 2000 DE 24 DE AGOSTO
- 2004 - ZONA DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- 2005 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- 2008 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA
- LIMITE CENTRO HISTÓRICO GAIA

LIMITES EM VIGOR ACTUALMENTE

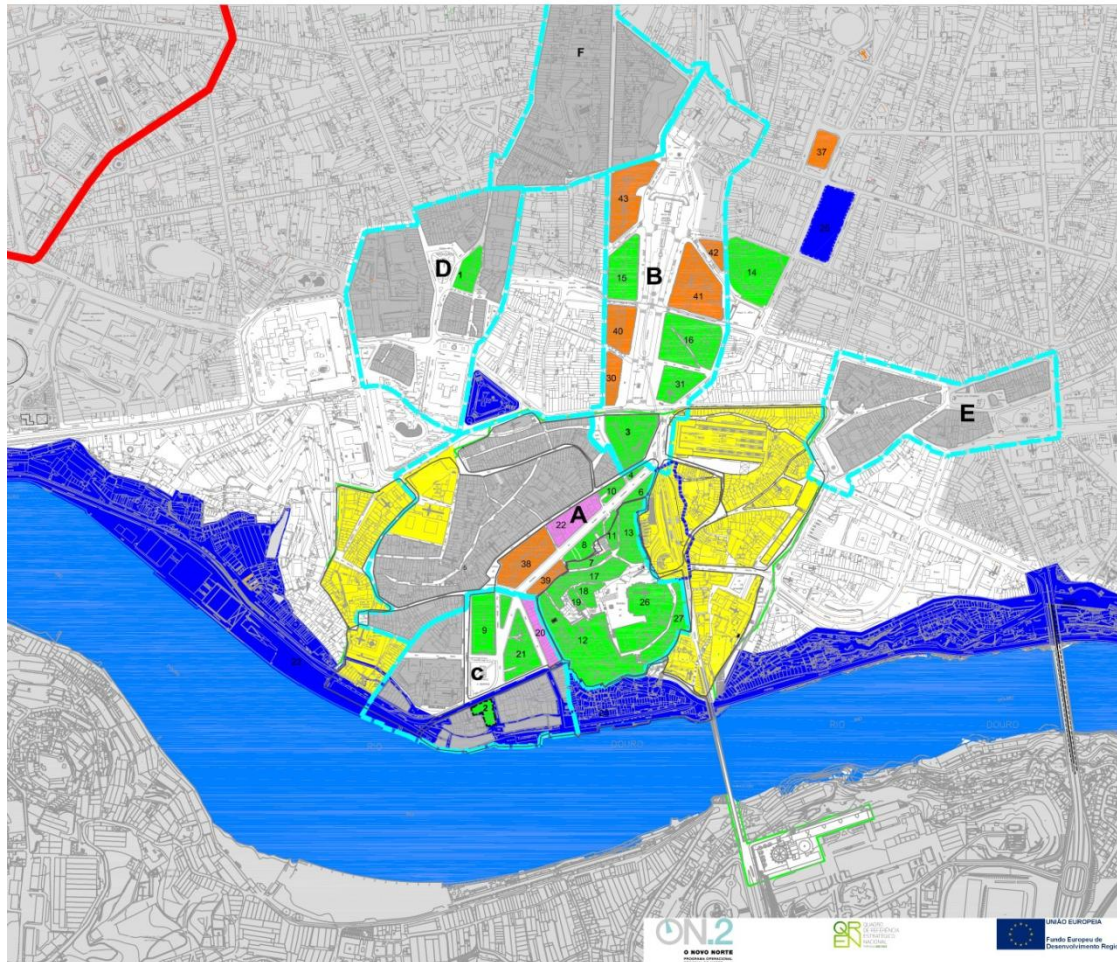
OUTUBRO 2008



Anexo D – Limites das operações



Anexo E – Plano geral de actividades



ÁREA DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (AIP)	
A - S. VITÓRIA	D- CARLOS ALBERTO
B- ALIADOS	E - POVEIROS / S. LAZARO
C- INFANTE	F - REPÚBLICA
QUARTEIÕES COM DOCUMENTO ESTRATÉGICO APROVADO	
1 - CARLOS ALBERTO (2005/006)	
2 - INFANTE (06/006)	
3 - CARDOSAS (20/06/2007)	
4 - TRINDADE COELHO (20/006)	
5 - SOUSA VITEIRO (05/06/2007)	
6 - CORPO DA GUARDA (05/06/2007)	
7 - VIELA DO ANJO (06/06/2007)	
8 - PORTO VIVO (20/06/2007)	
9 - FERREIRA BORGES (20/06/2007)	
11 - SOUTO (27/11/2007)	
12 - SEMINÁRIO (10/12/2007)	
13 - FELAMES (08/04/2008)	
14 - D. JOAO I (24/07/2007)	
16 - VIELA DOS CONGREGADOS (13/11/2007)	
17 - BANHARIA (20/03/2008)	
18 - S. SEBASTIÃO (10/12/2007)	
19 - ALDAR (27/11/2007)	
21 - FEITORIA INGLESA (20/02/2008)	
26- S.É. (12/03/2008)	
27- D. HUGO (12/03/2008)	
QUARTEIÕES COM PROJECTO BASE DE DOCUMENTO ESTRATÉGICO APROVADO	
10 - MARTINS ALHO	
15 - PENSÃO MONUMENTAL	
20 - S. JOÃO	
22 - PONTE NOVA	
QUARTEIÕES COM PROJECTO BASE DE DOCUMENTO ESTRATÉGICO EM CURSO	
30- BANGO DE PORTUGAL	42- HOMENS DAS LETRAS
31- CAFÉ IMPERIAL	43- FENIANOS
36- CAS DAS PEDRAS	
37- PALÁCIO DO COMÉRCIO	
38- SÃO DOMINGOS	
39- BEMENTEIRA	
40- GUARANY	
41- RIVOLUCCO	
PROCESSOS EM CURSO	
23- FREITE RIBEIRINHA	
24- PRAÇA DE LISBOA	
25- MERCADO DO BOLHÃO	
QUARTEIÕES INCLUIDOS	
23- FREITE RIBEIRINHA	
24- PRAÇA DE LISBOA	
25- MERCADO DO BOLHÃO	
FUTURAS UNIDADES DE INTERVENÇÃO	
LIMITE DA ÁREA INCLUIDA NA LISTA DA UNESCO	
LIMITE DAS OPERAÇÕES	

Índice de Anexos

Anexo A – Artigo 42º do Regulamento do PDM	150
Anexo B – Carta do Património em PDM	152
Anexo C – Limites de actuação da SRU	153
Anexo D – Limites das operações	154
Anexo E – Plano Geral de Actividades da SRU	155

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa dos bens portugueses inscritos na LPM	22
Figura 2 – Muralha primitiva	33
Figura 3 – Muralha fernandina	34
Figura 4 – Igreja Conventual de São Francisco	35
Figura 5 – Paço episcopal	36
Figura 6 – Biblioteca pública municipal do Porto	37
Figura 7 – Conjunto arquitectónico dos Clérigos	37
Figura 8 – Portão do retábulo de Nossa Senhora da Soledade	39
Figura 9 – Café majestic	40
Figura 10 – A pérola do bolhão	45
Figura 11 – Edifício Arte Nova na rua Galeria de Paris	46
Figura 12 – Edifício Arte Nova na rua Cândido dos Reis	46
Figura 13 – TNSJ	50
Figura 14 – Edifício palladium	50
Figura 15 – Cinema Batalha	55
Figura 16 – Cascata tradicional do S. João	61
Figura 17 – Estação de S. Bento	78
Figura 18 – Avenida dos Aliados	79
Figura 19 – Planta da Estrutura Ecológica Municipal	96
Figura 20 – Mapa dos edifícios de valor patrimonial ou museológico	98
Figura 21 – Mapa do enquadramento do concelho do Porto e as suas freguesias	99
Figura 22 – Mapa das zonas verdes do CH	105
Figura 23 – Motivo da visita	110
Figura 24 – Proposta 1. Rota das Diversidades	124
Figura 25 – Proposta 2. Lugares-âncora	126
Figura 26 – Proposta 3. Rotas Dirigidas	130

Índice de Quadros

Quadro 1 – Sintetização dos diversos conceitos de desenvolvimento a partir da década de 60	18
Quadro 2 – Património da Humanidade de Portugal	20
Quadro 3 – A evolução estratégica do marketing	25
Quadro 4 – Actividades contempladas nas Indústrias Criativas	66
Quadro 5 – Grupos de actividades das Indústrias Criativas	67
Quadro 6 – Antecedentes do Plano de Gestão do CH do Porto	87
Quadro 7 – Motivos da escolha do Porto e Norte de Portugal pelos visitantes em Lazer/Férias	112
Quadro 8 – Contribuição dos produtos turísticos para cada região	114
Quadro 9 – Questionário em relação à participação das actividades associadas ao S. João	115
Quadro 10 – Questionário em relação à duração da estadia na cidade	116
Quadro 11 – Análise SWOT	119

Índice de Fotografias

1 – Casa da rua da Reboleira	142
2 – Casa da Câmara	
3 – Casa do Infante	
4 – Postigo do carvão	143
5 – Igreja conventual de S. Francisco	
6 – Igreja de Santa Clara	
7 – Igreja de S. Lourenço	144
8 – Casa-museu Guerra Junqueiro	
9 - Igreja da Ordem do Terço	
10 – Igreja de Santo Ildefonso	145
11 – Igreja das Carmelitas	
12 – Clérigos	
13 – Igreja de Nossa Senhora da Esperança	146
14 – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	
15 – Palácio da Bolsa	
16 – Casa Vicent	147
	157

17 – Reis e filhos	
18 – Livraria Latina	
19 – Rua da Galeria de Paris	148
20 – Rua Cândido dos Reis	

Lista de abreviaturas

ACRRU	– Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AMP	– Área Metropolitana do Porto
ATP	– Associação de Turismo do Porto
CEC	– Capital Europeia da Cultura
CH	– Centro Histórico
CMP-GOP, EM	– Empresa Municipal de Gestão das Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto
CMP	– Câmara Municipal do Porto
CPF	– Centro Português de Fotografia
CRUARB	– Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo
DMCCH	– Divisão Municipal de Conservação do Centro Histórico
DMRCCH	– Departamento Municipal de Reabilitação e Conservação do Centro Histórico
DMRU	– Divisão Municipal de Reabilitação Urbana
DMU	– Direcção Municipal de Urbanismo
EPC	– Estrutura da Paisagem Cultural
ERT	– Entidade Regional de Turismo
ESBAP	– Escola Superior de Belas Artes do Porto
FCP	– Futebol Clube do Porto
GM	– Guerra Mundial
ICAT	– Iniciativas Culturais de Arte e Técnica
ICOMOS	– International Council of Monuments and Sites
ICCROM	– International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	– International Council of Museums
IGESPAR	– Instituto de Gestão do Património Arquitectónico
INE	– Instituto Nacional de Estatística
INH	– Instituto Nacional de Habitação
IPDT	– Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo
IURD	– Igreja Universal do Reino de Deus

JOP – Junta de Obras Públicas
LPM – Lista do Património Mundial
MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis
OCPM – Organização de Cidades Património Mundial
ODAM – Organização Dos Arquitectos Modernos
PDM – Plano Director Municipal
PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo
PM – Património Mundial
PPM – Porto Património Mundial
PPUBS – Projecto-piloto Urbano do Bairro da Sé
RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento da Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana
SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação
TECA – Teatro Experimental Carlos Alberto
TNSJ – Teatro Nacional de São João
UE – União Europeia
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UP – Universidade do Porto